



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ERINELDA DA COSTA PAIXÃO**

**ENTRE PERSONAGENS E NARRATIVAS:**  
**A GÊNESE DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL**  
**CAPISTRANO DE ABREU EM MARANGUAPE, CEARÁ**  
**(1959-1963)**

**FORTALEZA**

**2020**

**ERINELDA DA COSTA PAIXÃO**

ENTRE PERSONAGENS E NARRATIVAS:  
A GÊNESE DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL  
CAPISTRANO DE ABREU EM MARANGUAPE, CEARÁ  
(1959-1963)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: História e Memória da Educação. Eixo: História da Educação, Filosofia Política e Instituições Escolares.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- P172e Paixão, Erinelda da Costa.  
Entre personagens e narrativas : a gênese da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu em Maranguape, Ceará (1959-1963) / Erinelda da Costa Paixão. – 2020.  
157 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2020.  
Orientação: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade.
1. História de Educação. 2. Biblioteca Pública. 3. Leitura. I. Título.

CDD 370

---

ERINELDA DA COSTA PAIXÃO

**ENTRE PERSONAGENS E NARRATIVAS: A GÊNESE DA CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CAPISTRANO DE ABREU EM MARANGUAPE, CEARÁ (1959-1963)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestrado em Educação.

Aprovada em 10 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Francisco Ari de Andrade (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Dra. Lidia Eugenia Cavalcante

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Dra. Isaíde Bandeira da Silva

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À Ele.

Ao meu Deus, e melhor amigo *Jesus Cristo*.

O único digno de receber a honra, a glória,

o louvor e toda adoração, para sempre!

*Em memória à*

*Sarah Maria Silva Nascimento*

e ao Sr. Antonio Botelho Câmara.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, pela Sua infinita graça, em possibilitar a realização deste sonho, que foi o de concluir essa etapa da minha vida: *Oh amado, Sua presença e companhia se constituíram Torre Forte, na qual me senti acolhida e segura nos momentos mais difíceis.*

Aos meus preciosos pais, Sérgio e Marly, por todo o incentivo, apoio e carinho: *Não há palavras que possa definir o que sinto por vocês. Obrigada por sempre acreditaram em mim!*

Aos meus irmãos Neuzinha, Eliseu e Gisele: *Obrigada por estarem ao meu lado, em todos os momentos!*

À minha sobrinha Alice, pela compreensão nos momentos em que eu era solicitada a participar de suas brincadeiras, e em virtude da pesquisa, eu nunca estava disponível. *Obrigada princesa, você me inspira a nunca deixar de ser uma caçadora de achadinhos da infância, tal qual o poeta Manoel de Barros se referia.*

Ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade: *Obrigada pela excelente orientação, e por ter acreditado na possibilidade do meu crescimento no caminho do conhecimento.*

Aos professores participantes da banca examinadora Profa. Dra. Lidia Eugenia Cavalcante, Profa. Dra. Isaíde Bandeira da Silva e Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro: *Obrigada pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões que só fizeram engrandecer esta Dissertação.*

Aos professores Prof. Dr. Messias Dieb e Profa. Dra. Adriana Limaverde: *Obrigada, saibam que suas palavras lançaram luz no meu caminho de aprendiz pesquisadora.*

Aos amigos: Ângela Abreu (Bibliotecária da BPMCA), Solange (Coordenadora da BPMCA), Diana (funcionária da BPMCA), Eurídice (Responsável pelo Arquivo Público da Prefeitura de Maranguape), Neide Nunes (Jornalista e amiga, cujo apoio foi singular), Sr. Antonio Júnior (Filho do ex-Prefeito de Maranguape, Antonio Botelho Câmara, que tão

carinhosamente contribuiu com essa pesquisa), Martha Cordeiro (ex-Secretária de Educação de Maranguape), Fátima e Cristina Medeiros da Escola Menino Jesus, por possibilitar meu encontro com Wagner Barroso; ao Wagner e Eliomar Nunes (Primeiros responsáveis pela BPMCA), e o Daniel do Jazz (Rapaz que me apresentou à Neide Nunes): *Obrigada, sem vocês essa pesquisa não teria sido possível.*

Às minhas queridas irmãs em Cristo: Arlethe, Cristina, Rita e Emídia: *Obrigada preciosas, suas orações me deram o suporte necessário!*

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos meses em que pude contar com seu apoio financeiro.

À minha preciosa família que me sustentou em amor ao longo de toda a jornada da pesquisa.

Ao meu orientador e amigo Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade, cuja parceria foi de muito valor.

## PARA QUEM SE METE A ESCREVER

---

“Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”

(Graciliano Ramos)

## RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender os movimentos históricos que deram origem a Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu, durante a primeira gestão do prefeito Antonio Botelho Câmara (1959-1963), no município de Maranguape, Ceará, a fim de angariar subsídios para pensar as raízes históricas desta instituição em meio às ações políticas e os debates pedagógicos que perpassaram o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), ao se pretender a formação de um cidadão que atendesse à nova proposição de modernidade nacional. Como fundamentação para o alcance de tal objetivo foi utilizada a perspectiva teórica de Roger Chartier (2002), Michel de Certeau (1998), e de Sandra Jatahy Pesavento (2008; 2007) no âmbito da nova história cultural, segundo a qual se busca resgatar as sensibilidades do passado de uma determinada realidade social, com ênfase para o modo como ela foi construída, e pensada num dado período e lugar. O *corpus* analisado resulta de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e exploratório, constituído a partir de diferentes instrumentos metodológicos: análise de documentos, de fotografias e de testemunho oral transcrito de entrevista semiestruturada com o Sr. Antonio Botelho Câmara, o prefeito da época, e Sra. Marta Cordeiro, ex-Secretária de Educação do município. Os dados revelaram que embora previsto em lei, o projeto de uma biblioteca pública para Maranguape procrastinou, haja vista que demorou quatorze anos para sair do papel, vindo a se concretizar somente em 28 de agosto de 1973, quando ocorreu, de fato, a implantação da biblioteca na cidade. Logo, com base nessa constatação, é possível inferir que os movimentos empreendidos no sentido de criar a referida biblioteca, partiram de relevantes iniciativas, todavia, particulares, constituindo-se em ações isoladas, sem a participação efetiva da comunidade, e que embora existentes, não foram suficientes para pôr em prática, no considerado recorte temporal analisado, a almejada expansão do acesso ao conhecimento e à informação, no contexto da educação maranguapense, conforme preconizava os sujeitos-atores, imbuídos do sentimento do desenvolvimentismo nacional que caracterizou o período.

Palavras-chave: História da Educação; Biblioteca Pública; Leitura.

## ABSTRACT

The objective of this research is to understand the historical movements that gave rise to the Capistrano de Abreu Municipal Public Library, during the first administration of Mayor Antonio Botelho Câmara (1959-1963), in the municipality of Maranguape, Ceará, in order to raise subsidies to think about the historical roots of this institution amidst the political actions and the pedagogical debates that permeated the government of Juscelino Kubistchek (1956-1961), aiming at the formation of a citizen that met the new proposition of national modernity. As a basis for the achievement of this objective was used the theoretical perspective of Roger Chartier (2002), Michel de Certeau (1998), and Sandra Jatahy Pesavento (2008; 2007) in the context of new cultural history, according to which we seek to recover the sensibilities of the past of a given social reality, with emphasis on the way it was built, and thought of at a given time and place. The analyzed corpus results from a qualitative research, of a descriptive and exploratory nature, constituted from different methodological instruments: analysis of documents, photographs and oral testimony transcribed from a semi-structured interview with Mr. Antonio Botelho Câmara, the mayor of the time, and Mrs. Marta Cordeiro, former Secretary of Education of the municipality. The data revealed that although envisaged by law, the project for a public library for Maranguape procrastinated, given that it took fourteen years to get off the ground, coming to fruition only on August 28, 1973, when the actual implementation took place. from the library in the city. Thus, based on this finding, it is possible to infer that the movements undertaken to create this library, started from relevant, however, particular initiatives, constituting isolated actions, without the effective participation of the community, and although existing, They were not enough to put into practice, in the considered time frame analyzed, the desired expansion of access to knowledge and information, in the context of Maranguapense education, as advocated by the subject-actors, imbued with the feeling of national development that characterized the period.

Key-words: History of Education; Public Library; Reading.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu.....	49
Figura 2	– Entrevista com o Sr. Antonio Botelho Câmara (a) .....	51
Figura 3	– Entrevista com o Sr. Antonio Botelho Câmara (b) .....	51
Figura 4	– Parcifal Barroso recebendo JK, em Fortaleza, durante seu governo .....	70
Figura 5	– Parcifal Barroso abraça JK sob o olhar de José Martins Rodrigues, em 19 de novembro de 1958 .....	70
Figura 6	– Menção ao Miguel Alves da Silva Câmara e Antonio Botelho de Sousa, no jornal <i>O Libertador</i> , em 1890 .....	75
Figura 7	– Coronel Antonio Botelho de Sousa .....	76
Figura 8	– Sr. Antonio Botelho Câmara, (1959-1963) .....	79
Figura 9	– Sr. Antonio Botelho Câmara (no centro), na solenidade de abertura da I Exposição Agropecuária Industrial de Maranguape, em 16 de outubro de 1961 .....	79
Figura 10	– Edição do jornal <i>A Razão</i> , de 21 de outubro de 1936 .....	83
Figura 11	– Edição do jornal <i>A Razão</i> , de 30 de janeiro de 1937 .....	83
Figura 12	– Coronel Jehovah Motta, (1955-1957) .....	85
Figura 13	– Capistrano de Abreu, [s.d] .....	88
Figura 14	– Capistrano de Abreu caminhando, [s.d] .....	89
Figura 15	– Assis Brasil, Capistrano de Abreu, Domingos Jaguaribe e um desconhecido, [s.d] .....	89
Figura 16	– Deputado Paulo Sarasate, [s.d.] .....	93
Figura 17	– Paulo Sarasate juntamente com JK, por ocasião da inauguração do Açude de Orós, em 11 de janeiro de 1961 .....	94

Figura 18	– Ofício referente à criação da Biblioteca 10 de Novembro (Início) .....	96
Figura 19	– Ofício referente à criação da Biblioteca 10 de Novembro (Fim) .....	97
Figura 20	– Orçamento municipal para a Educação e Cultura de Maranguape, 1951 .....	99
Figura 21	– Orçamento municipal para a Educação e Cultura de Maranguape, 1954 .....	99
Figura 22	– Orçamento municipal para a Educação e Cultura de Maranguape, 1955 .....	99
Figura 23	– Orçamento municipal para a Educação e Cultura de Maranguape, 1956 .....	100
Figura 24	– Decreto-Lei nº 257, que cria a BPMCA em Maranguape, Ceará, em 1959 .....	101
Figura 25	– Ata da 12ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959 (Parte 1) ...	102
Figura 26	– Ata da 12ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959 (Parte 2) ...	102
Figura 27	– Ata da 12ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959 (Parte 3) ...	103
Figura 28	– Ata da 12ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959 (Parte 4) ...	103
Figura 29	– Ata da 12ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959 (Parte 5) ...	104
Figura 30	– Ata da 13ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959 (Parte 1) ...	105
Figura 31	– Ata da 13ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959 (Parte 2) ...	107
Figura 32	– Ata da 14ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959 (Parte 1) ...	107
Figura 33	– Ata da 14ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959 (Parte 2) ...	107
Figura 34	– Ata da 14ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959 (Parte 3) ...	108
Figura 35	– Informativo sobre o Grêmio Literário e Recreativo Capistrano de Abreu, em 1938 .....	109
Figura 36	– Ofício expedido pelo prefeito à Câmara Municipal, tratando da sanção da Lei nº 257/1959 .....	111
Figura 37	– Ofício expedido pelo prefeito ao Diretor do INL, em 1959 .....	118
Figura 38	– Obelisco do 1º Centenário de Capistrano de Abreu, em Maranguape, [s.d] .....	118
Figura 39	– Estátua de Capistrano de Abreu, em Maranguape, em 1951 .....	119

Figura 40	– Projeto de Lei nº 1.474 do Dep. Paulo Sarasate, em 1960 (Parte 1) .....	120
Figura 41	– Projeto de Lei nº 1.474 do Dep. Paulo Sarasate, em 1960 (Parte 2) .....	120
Figura 42	– Projeto de Lei nº 1.474 do Dep. Paulo Sarasate, em 1960 (Parte 3) .....	120
Figura 43	– Decreto-Lei nº 4.125, de 27 de agosto de 1962 .....	122
Figura 44	– Prédio da Sociedade Artística Maranguapense, [s.d] .....	123
Figura 45	– Ofício expedido pelo prefeito Paulo Afonso Cirino sobre a doação de prédio para a instalação da biblioteca, em 1963 .....	124
Figura 46	– Orçamento previsto para a instalação da BPMCA, 1963 .....	126
Figura 47	– Orçamento previsto para a instalação da BPMCA, 1968 .....	127
Figura 48	– Orçamento previsto para a instalação da BPMCA, na década de 1970 .....	127
Figura 49	– Nota sobre a data da implantação da Biblioteca, ocorrida no dia 28 de agosto de 1973 .....	130
Figura 50	– Documento do convênio celebrado entre a Prefeitura de Maranguape e o INL, em 1974 (Parte 1) .....	130
Figura 51	– Documento do convênio celebrado entre a Prefeitura de Maranguape e o INL, em 1974 (Parte 1) .....	131
Figura 52	– Documento do convênio celebrado entre a Prefeitura de Maranguape e o INL, em 1974 (Parte 1) .....	131
Figura 53	– Posição do município de Maranguape em relação ao Estado e à capital, em 1959 .....	136
Figura 54	– Entrada da cidade de Maranguape, [s.d] .....	136
Figura 55	– Vista parcial do centro de Maranguape, 1951 .....	137
Figura 56	– Grupo Escolar Capistrano de Abreu, [s.d] .....	139
Figura 57	– Ginásio do Instituto Santa Rita, [s.d] .....	140
Figura 58	– Ofício do prefeito Paulo Afonso Cirino ao Presidente da Legião Brasileira de	141

Assistência, em 1963 .....

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Quantidade de alunos matriculados no Ensino Secundário no Ceará, em 1959 72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPMCA	Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu
FACED	Faculdade de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INL	Instituto Nacional do Livro
JK	Juscelino Kubitschek
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NHC	Nova História Cultural
NHIME	História e Memória da Educação
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PID	Programa de Iniciação à Docência
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO: EU, A PESQUISADORA E O TEMA ESTUDADO .....</b>	20
2	<b>CAPÍTULO 2: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....</b>	30
2.1	<b>Práticas e representações culturais: um olhar a partir da nova história cultural .....</b>	30
2.2	<b>Biblioteca pública: considerações em torno do conceito e de sua história ..</b>	37
3	<b>CAPÍTULO 3: O PERCURSO E OS PERCALÇOS DA PESQUISA: UM CAMINHO SIGNIFICATIVO .....</b>	44
3.1	<b>Natureza da pesquisa .....</b>	45
3.2	<b>Campo de pesquisa e as fontes .....</b>	49
3.3	<b>Critérios e procedimentos de análise .....</b>	55
4	<b>CAPÍTULO 4: OS ACHADOS DA PESQUISA .....</b>	61
4.1	<b>Personagens: sobre os sujeitos-atores .....</b>	73
4.1.1	<i>Antonio Botelho Câmara: o idealizador .....</i>	73
4.1.2	<i>Jehovah Motta: um mediador intelectual .....</i>	80
4.1.3	<i>Capistrano de Abreu: o patrono .....</i>	86
4.1.4	<i>Paulo Sarasate: um deputado na história .....</i>	90
4.2	<b>Funções dos personagens: sobre os movimentos históricos que deram origem a biblioteca .....</b>	94
4.2.1	<i>Aprovação da lei nº 257/1959, que cria a Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu .....</i>	101
4.2.2	<i>Mediação cultural - Em busca de convênio para a constituição do acervo ....</i>	113
4.2.3	<i>Legado histórico – A escolha do nome da instituição .....</i>	115
4.2.4	<i>Elaboração de um projeto de lei - Um lugar para a biblioteca .....</i>	119
4.2.5	<i>Inclusão da biblioteca pública no plano orçamentário de Maranguape .....</i>	126
4.3	<b>Narrativa: sobre a relação entre a proposta da criação da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu e as demandas educacionais do período .....</b>	132
4.3.1	<i>Panorama educacional do município (1959-1963) .....</i>	135

4.3.2	<i>A proposta da criação da biblioteca e às demandas da educação local</i> .....	141
5	<b>À GUIA DE CONCLUSÃO</b> .....	145
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	148
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO</b> .....	157
	<b>APÊNDICE B – NOTA EXPLICATIVA</b> .....	160
	<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O SRA. MARTA CORDEIRO, EX-SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE MARANGUAPE, CEARÁ</b> .....	161
	<b>APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O SR. ANTONIO BOTELHO CÂMARA, EX-PREFEITO DE MARANGUAPE, CEARÁ</b> .....	162
	<b>ANEXO A - LEI Nº 257/1959 QUE CRIA A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CAPISTRANO DE ABREU, EM MARANGUAPE, CEARÁ</b> .....	163
	<b>ANEXO B - PROJETO DE LEI Nº 1474/1960, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAULO SARASATE</b> .....	164

## 1. INTRODUÇÃO: EU, A PESQUISADORA E O TEMA ESTUDADO

Sempre imaginei que o paraíso fosse uma espécie de biblioteca.

(Jorge Luís Borges)

O ponto de partida não poderia ser outro. Começo o texto empilhando, na primeira prateleira da estante deste estudo, as memórias da minha infância e adolescência, que carregam consigo elementos substanciais para compreender o percurso que desenvolvi ao realizar determinadas escolhas, evidenciando a influência e o lugar privilegiado que as histórias, os livros e a biblioteca ocuparam (e ainda ocupam) em minha vida, pois de acordo com Bernard Charlot (2000), a escolha da carreira molda-se, sobretudo, por meio da mobilização do sujeito a partir das atividades vivenciadas. A relação com o saber é, segundo este autor, um emaranhado de relações epistêmicas e identitárias que são construídas ao longo da vida, sendo elas permeadas dos afetos e sentimentos evocados a partir das experiências.

Sendo assim, traçar um breve histórico da minha vida é, sem dúvidas, relevante para que eu possa dizer das mobilizações que me direcionaram ao presente tema desta pesquisa, no qual privilegia a biblioteca pública, enquanto “lugar da memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, [...] lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação” (BARATIN; JACOB, 2008, p. 9).

O leitor perceberá, ao longo da leitura, que no que concerne à minha relação com o saber (CHARLOT, 2000), vivenciei experiências notadamente marcadas pelas mobilizações referentes ao contato com o universo da leitura e da biblioteca, por meio de uma vigorosa prática leitora, da minha atuação como contadora de histórias, e também através da atividade de pesquisa empreendida no período da minha graduação, sobretudo, se considerada aquela com o foco voltado para a biblioteca pública do município de Maranguape, Ceará.

No tocante ao sentido que atribuo à minha formação, acrescento a seguinte afirmação do filósofo e poeta francês Gaston Bachelard (1970, p. 88 *apud* BARBOSA, 2011, p. 52) “é necessário refletir sobre um ritmo oscilatório de objetivação e subjetivação”. Assim sendo, é sob

essa perspectiva que percorri a jornada rumo à minha formação como educadora e pesquisadora, pensando na construção do conhecimento como algo não apenas cognitivo, isolado da minha subjetividade, mas me deixando transformar durante todo o processo. Foi numa dimensão ora literária, preche de sensibilidade poética, e ora científica, dialogando com as exigências do letramento acadêmico, que deixei fluir o intento de unir a ciência aos meus anseios, paixões, expectativas, desejos e sonhos. Com efeito, é assim que me percebo: uma síntese do entrecruzamento das minhas experiências, numa profunda relação com a história dos livros e sua importância na formação dos sujeitos.

Meu contato com os livros literários foi um encontro que abriu possibilidades reais de transformação do meu mundo, pois através deles conheci lugares culturalmente ricos viajei por lugares diversos, imergi em histórias fantásticas, mantive vínculos afetivos com diferentes autores nacionais e estrangeiros, li importantes obras e, por fim, apreendi conhecimentos que me possibilitaram adentrar, no ano 2013, em uma universidade pública, a saber, a Universidade Federal do Ceará (UFC), a fim de cursar Licenciatura Plena em Pedagogia. Foram essas experiências formativas que me fizeram compreender a importância do saber, e do sabor, no meu processo de aprendizagem. Vivi grande parte dessas experiências em um espaço comumente conhecido como *biblioteca*, que para mim, significa mais que apenas uma instituição que conserva livros e socializa o saber científico, representa uma espécie de paraíso, lugar perfeito<sup>1</sup>. Foi, então, envolta neste ambiente, e em sua atmosfera quase sagrada, que encontrei oportunidades para compensar as desvantagens que marcaram meu trajeto de formação.

Na biblioteca pública e escolar, devorei livros, estudei e aproximei-me da produção de conhecimentos da humanidade. E na relação com o texto, com as imagens, com o outro, com o espaço de uma biblioteca, vivenciei experiências estéticas significativas, que provocaram em mim vários sentimentos, desde prazer, desejo, questionamentos, frustrações, entre outros, emoções que foram frutos de uma relação íntima, análoga àquela descrita por Clarice Lispector,

---

<sup>1</sup> A palavra “lugar” é empregada, neste ponto, como um espaço impregnado de subjetividade, conforme concebida por Yi-Fu Tuan (1983), em seu livro *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*, quando ao tratar das relações de “espaço” e lugar”, afirma que “na experiência, o significado de “espaço” frequentemente se funde com o de “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p. 06).

em *Felicidade Clandestina*, que entrelaça a menina e o livro *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato, numa teia de infinitas sensações<sup>2</sup>.

O meu gosto pela leitura veio de longas datas, e sob a influência, sobretudo, do meu pai, um valente sertanejo, que venceu as intempéries da vida munido de uma educação formal mínima, haja vista que o único curso do qual ele participou, concluindo-o integralmente, foi aquele proveniente do Movimento Brasileiro de Alfabetização<sup>3</sup>, em meados da década de 1970.

Nascido na cidade de Moraújo, interior do Ceará, meu pai partiu para a capital em busca de melhores condições de vida. Após casar-se, construiu sua casa, estabilizou-se, e desenvolveu um interessante hábito que logo tornou-se um de seus principais prazeres: a leitura. Meu pai é um autodidata. Lembro que, durante o período da minha infância, meu pai costumava guardar diversos livros dentro de um guarda-roupa, em seu quarto. Tal comportamento atraiu a minha curiosidade infantil, e com o passar do tempo, de posse dessas e outras leituras que eu viria a fazer, me tornei uma leitora madura, que busca nos livros emancipação e autonomia frente ao mundo, isto é, que almeja construir um sentido próprio nas ressonâncias infinitas que a literatura oferece<sup>4</sup>.

Assim sendo, pelo viés do contato com a literatura de ficção, foi que uma menina observadora, cheia de sentimentos e sonhos, transformou-se em uma educadora, amante dos livros e das bibliotecas. Uma mulher apaixonada pelas palavras. Sucedeu, assim, que o passado se imbricou no presente. Acumulei, portanto, ao longo dos anos um desejo intenso pela leitura.

---

<sup>2</sup> LISPECTOR, Clarice. **Felicidade clandestina**: contos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 07-10.

<sup>3</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos. No contexto do acirramento da ditadura civil-militar, assume o lugar da alfabetização realizada pelos movimentos sociais a exemplo do Movimento Brasileiro de Base (MEB), “De pé no chão também se aprende a ler” e outros. (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p.15)

<sup>4</sup> Pensamento em estreita afinidade com a suavidade das palavras do autor mineira Bartolomeu de Campos Queirós, quando entende que “cada um lê no texto a sua experiência, daí a vantagem da literatura, a de criar divergências de sentimentos, entendimentos e emoções. A palavra é para abrir portas e não para pintar uma única passagem” (QUEIRÓS, 1997, p. 43).

Tornei-me contadora de histórias, à exemplo de Sherazade<sup>5</sup>, a lendária rainha persa narradora dos contos de *As mil e um noites*<sup>6</sup>.

E durante este percurso de vida, trabalhei por oito anos em bibliotecas escolares, contando histórias, elaborando projetos literários, realizando mediação de leitura. Tais experiências desenvolveram em mim uma sensibilidade para os fenômenos de cada época; uma compreensão simpática da natureza humana e um desejo profundo de contribuir com a sociedade presente, e futura. Acredito que essas experiências consolidaram em mim a compreensão da importância da presença e da efetiva atuação das bibliotecas, também da sua democratização nos espaços urbanos, do livre acesso ao livro, e da promoção plena do saber letrado. Essas experiências deram, por fim, um significado próprio à minha caminhada.

Foi assim que, ao cursar a graduação em Pedagogia, vinculei-me à linha de pesquisa História e Memória da Educação (NHIME), da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal do Ceará, e sob a orientação do Professor Dr. Francisco Ari de Andrade viajei pelos caminhos pedagógicos do passado, colhendo sentidos e significados de experiências educativas, para se chegar à compreensão de problemas humanos do presente, sendo um deles, a questão da ausência de significado histórico e social da biblioteca pública brasileira.

Diante disso, optei por renunciar ao trabalho formal que realizava em uma biblioteca escolar, a fim de ser bolsista de iniciação à docência – PID, e posteriormente de iniciação científica – PIBIC, na faculdade, passando a dedicar-me ao estudo e pesquisa de temas que permeasse a história da leitura e das bibliotecas, elencando, por isso, como principal objeto de estudo na graduação, a Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu (BPMCA), situada no município de Maranguape, localidade na qual resido desde o ano 2010. Dessa maneira, foi que participei, durante a graduação, de uma pesquisa do Programa de iniciação científica (PIBIC), que influenciou diretamente na minha escolha pelo tema de estudo do presente trabalho. Tal pesquisa era intitulada *A biblioteca e o conhecimento: a representação dos sujeitos usuários*

---

<sup>5</sup> Outras grafias também como Sheherazade, Scheherazade ou Xerazade.

<sup>6</sup> Para informações acerca desta obra, como por exemplo a autoria e origem, indico a leitura da Dissertação de Mestrado de Rosane de Souza (2010), da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada **A gênese de um processo tradutório: As Mil e uma Noites de Dom Pedro II**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94197/284312.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2020.

*acerca da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu no processo da aquisição do saber*, e foi desenvolvida no período de agosto de 2016 a julho de 2017, propondo averiguar a leitura que os discentes faziam da biblioteca pública de Maranguape no tocante à aquisição do saber.

Essa experiência, em particular, possibilitou o conhecimento sobre diferentes problemáticas que permeiam a realidade de uma biblioteca pública, e que envolvem questões diversas. No contato com a biblioteca de Maranguape identifiquei problemas envolvendo: gestão, planejamento pedagógico no que tange, sobretudo, à elaboração de propostas eficientes para a formação e o desenvolvimento do seu público leitor, problemas de cunho sociocultural, a saber, a fragilidade do valor simbólico da instituição na cidade, outros de caráter político, dado à escassez de recursos e um orçamento próprio que fortaleça a atuação da instituição na comunidade, e, por fim, problema envolvendo a questão da preservação da memória da instituição.

Este último aspecto, especificamente, despertou em mim um olhar atento, sendo o fio que nos uniria, meses depois da realização da pesquisa do PIBIC, num trabalho de pesquisa científica mais abrangente, no âmbito do mestrado, pois tais questões envolvendo a história e a memória de uma biblioteca se afinavam aos meus interesses pessoais, dada a importância que tenho atribuído a essa instituição ao longo da trajetória da minha formação, e à proposta do NHIME (linha de pesquisa na qual estive vinculada no decorrer da graduação), resultando assim num enlace perfeito.

Ao observar o trabalho de pesquisadoras como Eglem de Oliveira Passone Rodrigues e Kênia Hilda Moreira (2019), cuja pesquisa foi recentemente publicada na *Revista História da Educação*, na qual buscou-se analisar a campanha de criação, implantação e funcionamento da Biblioteca Pública de Campo Grande, ao sul de Mato Grosso, propagadas nas páginas da Revista Folha da Serra (RFS, 1931-1940), na década de 1930, como também outros trabalhos que põem em relevo a importância da memória das bibliotecas para a formação e ampliação de leitores de uma dada região, e como ilustração acerca deste aspecto cito a pesquisa de Leonardo Montes Lopes (2008), da Universidade Federal de Goiás, acerca da história da Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos, na cidade de Rio Verde – Goiás, que investigou as práticas e representações de leitura constituídas no espaço da biblioteca a partir de sua história e memória, convenci-me, portanto, da necessidade de empreender pesquisas que preservem o arcabouço histórico dessas instituições. Pois, talvez, desse modo, seja possível em tempos futuros, criar

pontes que nutram sentimentos de pertencimento entre uma comunidade local e sua biblioteca, diminuindo, assim, o hiato que ainda prevalece na sociedade brasileira, no que tange ao significado social dessas instituições, conforme evidenciado em diferentes estudos<sup>7</sup>.

É nesse sentido, que a atenção da presente pesquisa se voltou para a resgate histórico do processo de criação da BPMCA, a fim de reconstruir seu passado, “um componente inevitável das instituições” (HOBSBAWM, 2014, p. 25). Um passado que pertence não apenas à biblioteca local, mas a história educacional<sup>8</sup> do seu município. Ademais, ao trazer à tona tal problemática, dita específica, tocarei em questões mais amplas, de interesse geral, vendo no micro o macro (GINZBURG, 1989), a saber, as significações utilizadas na edificação de bibliotecas, ou melhor, as representações construídas, de modo a gerar sentido histórico para essas instituições ao longo do tempo, pois, “ao restabelecer uma parte pequena, mas emocionalmente carregada de um passado perdido, de algum modo restabelece o todo” (HOBSBAWM, 2014, p. 32).

No que diz respeito a situação da BPMCA, especificamente, a minha proposta de pesquisa esbarra em um problema que atravessa qualquer trabalho que tenha como objeto de estudo ou campo de investigação a referida instituição, que é a falta de informações sistematizadas acerca de seu passado histórico. Minha pesquisa se justifica, portanto, pelo fato de que tal passado ainda é considerado um universo pouco conhecido pela comunidade que a cerca, a julgar pela ausência de um registro ordenado de sua história, distanciando, portanto, seus usuários de uma compreensão clara do lugar que esse passado ocupa no panorama educacional do município. Essa dificuldade é redobrada, tendo em vista que o que se apresenta, atualmente, são apenas relatos extraídos, em sua maioria, do imaginário coletivo maranguapense, e alguns

---

<sup>7</sup> São exemplos desses estudos: a Tese de Maria Cleide Rodrigues Bernardino, da Universidade de Brasília (UnB), intitulada *Gestão da imagem organizacional da biblioteca pública na sociedade da informação: as bibliotecas polos do Estado do Ceará* (BERNARDINO, 2013), na qual se evidenciou a imagem de descaso e abandono que tem acometido tais instituições; e a Tese de Ana Cláudia Perpétuo de Oliveira da Silva, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), denominada de *Biblioteca Pública do povão? Exclusão social da informação nas bibliotecas públicas do estado de Santa Catarina nas representações de seus dirigentes* (SILVA, 2017), em que denuncia, dentre outros aspectos, um estranhamento, por parte dos usuários, no discurso “biblioteca para todos”.

<sup>8</sup> A concepção de educação que tomei como base neste trabalho é a John Dewey (1959), no qual Anísio Teixeira traduz como sendo “o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras. Por essa definição a educação é um fenômeno direto da vida, tão inelutável como a própria vida. (DEWEY; TEIXEIRA, 1975, p. 17). Desse modo cultura e educação caminham juntas, não havendo separação entre essas duas dimensões da vida social.

documentos dispersos, informações soltas, diluídas e, por vezes, confusas, sobre as raízes históricas que deram origem a essa instituição.

Por fim, e para usar um termo de Le Goff (2013), é possível deduzir que a referida biblioteca não dispunha, até o presente momento, de uma *narrativa* clara acerca da realidade histórica acerca de seu surgimento na cidade. Fator preocupante, sobretudo, se concordarmos com Jerome Bruner (2001) quando defende a importância do formato narrativo para a organização da experiência e do conhecimento. De acordo com este autor, “O ‘motivo’ da narrativa é resolver o inesperado, eliminar a dúvida do ouvinte ou, de alguma forma, corrigir ou explicar o ‘desequilíbrio’ que, antes de mais nada, fez com que a história fosse contada” (BRUNER, 2001, p. 119).

Em face dessas constatações, e na intenção de trazer à tona tal narrativa, surgiu o interesse de realizar uma pesquisa historiográfica que possibilitasse um entendimento acerca das raízes do passado histórico da BPMCA. Assim sendo, a questão central que norteou a pesquisa foi: Como se deu a gênese da BPMCA, durante o período da primeira gestão do prefeito Antonio Botelho Câmara (1959-1963<sup>9</sup>), no município de Maranguape, Ceará? Tal problema de pesquisa suscitou um desdobramento por meio do qual surgiram três outras questões: Quais *movimentos*<sup>10</sup> foram empreendidos, no dado período, que possibilitaram uma contribuição ao processo de criação da biblioteca? Qual a autoria de tais movimentos, ou seja, quais atores históricos impulsionaram estas ações, dando balanço a esses movimentos? Quais as significações utilizadas por esses atores no emprego de tais ações? e De que maneira esses movimentos históricos buscaram se relacionar com as demandas educacionais que emergiram das transformações ocorridas e dos debates pedagógicos que perpassaram o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961)?

---

<sup>9</sup> A escolha por tal recorte temporal se justifica por ter sido durante a primeira gestão do prefeito Antonio Botelho Câmara que ocorreram os movimentos direcionados à dar origem a uma biblioteca pública na cidade de Maranguape, desde a assinatura do decreto de lei nº 257, em 1959, que cria a BPMCA, sendo, por isso, considerado nesta pesquisa como o marco inicial para análise, às iniciativas direcionadas no sentido de financiar a construção de um prédio para acolher a biblioteca na comunidade, em 1963, sendo este o marco final para análise. Haja vista que, não se foi localizado nenhum registro de acontecimentos ou iniciativas, após o ano 1963 até meados de 1973, direcionadas à implementação da biblioteca.

<sup>10</sup> A partir deste ponto, passarei a denominar os movimentos que visaram dar origem a biblioteca, como *movimentos históricos*.

Para responder a tais indagações tracei como objetivo geral da Dissertação: Compreender a gênese da BPMCA, durante o período da primeira gestão do prefeito Antonio Botelho Câmara (1959-1963), no município de Maranguape, Ceará. O desdobramento desse objetivo, em passos específicos para a pesquisa, deu-se com a investigação dos movimentos que foram empreendidos, no dado período, que possibilitaram uma contribuição ao processo de criação da biblioteca; a identificação dos atores históricos que impulsionaram tais movimentos, o exame das significações utilizadas por esses atores no emprego de tais ações; e a análise da relação entre os referidos movimentos históricos da biblioteca, bem como as demandas educacionais que emergiram naquele período.

Nessa direção, me ponho, então, no escopo deste trabalho, como uma narradora que tece as palavras de um conto, pretendendo revelar aquilo que, segundo Propp (2010) em seu livro *Morfologia do Conto Maravilhoso*, constituem os elementos essenciais de sua composição, a saber, as funções dos personagens. Assim sendo, busco, por meio desta pesquisa, tecer uma narrativa que revele os personagens que fizeram parte da história do surgimento da citada biblioteca, e suas funções, ou seja, o procedimento de cada um, “*definido do ponto de vista de sua importância para o desenrolar da ação*” (PROPP, 2010, p. 22. Grifo do autor). É na linha de tal pensamento, em coerência com essa perspectiva, que *Entre Personagens e Narrativa* configura-se, portanto, como um termo de referência para dar título, e uma conotação poética, a este trabalho, bem como para designar, também, o modo como foi estruturada a apresentação dos dados da pesquisa.

A apresentação está dividida de modo a acentuar: 1) a apresentação dos personagens, os sujeitos-atores que protagonizaram a gênese da BPMCA; 2) o esclarecimento de suas funções, que diz respeito ao papel que eles desempenharam nesse processo, em outras palavras, os movimentos históricos desempenhados por eles ou sob sua inspiração (como é o caso de Capistrano de Abreu) que deram origem a biblioteca, com ênfase para as significações utilizadas nestas ações, correlatas à realidade histórica na qual estiveram imersos, e, por fim, a partir da análise da relação entre a proposta de criação da BPMCA e as demandas educacionais do município, no dado período, 3) construir uma narrativa de modo que, ao final do capítulo, fosse possível, ao leitor, compreender a gênese da BPMCA.

A organização retórica desse trabalho se fez mediante a sua divisão em duas partes. A primeira é composta por esta Introdução e mais dois capítulos, os quais apresentam o aporte teórico-metodológico ancorado na nova história cultural, a partir das noções de “práticas e representações culturais”, conforme proposta por Roger Chartier (2002), alinhada ao pensamento de Michel de Certeau (1998), e de Sandra Jatahy Pesavento (2007), e nas concepções de biblioteca pública que embasam este trabalho. Além desse embasamento teórico-metodológico, apresento, no segundo capítulo, o percurso e os percalços da pesquisa, em pormenores, em que destaco: a natureza da pesquisa, bem como os teóricos que embasam a escolha das diferentes fontes e dos métodos de análise elencados como parâmetros para o caminho da investigação. Portanto, a primeira parte tem como objetivo situar o leitor quanto às opções teórico-metodológicas que orientaram este percurso.

A parte seguinte é composta de um capítulo e um texto de conclusão, construídos a partir das fontes coletadas. No capítulo desta segunda parte, apresento os sujeitos-atores, os movimentos históricos que deram origem a biblioteca e, uma narrativa sobre a relação entre a proposta de criação da BPMCA e as demandas educacionais do período, tomando como pano de fundo o contexto histórico caracterizado pelas ações políticas e os debates pedagógicos que perpassaram a referida época. Finalizo a segunda parte com um texto conclusivo, apresentando a síntese do que foi exposto e evidenciado ao longo do trabalho realizado, as implicações da pesquisa, e apontando sugestões de continuidade.

Logo, espero que a leitura por entre as páginas deste breve estudo histórico seja, para o leitor, um passeio prazeroso, e que se perceba o movimento desencadeado por meus anseios e dúvidas, sendo estas o próprio princípio de tudo, o que abriu espaço para as minhas indagações, para a possibilidade de continuar contando histórias tal qual Sherazade, Todavia, vale salientar que, não será uma narrativa de conto ficcional, mas um relato embasado num compromisso rigoroso com as fontes e o método, na busca por um conhecimento fundamentado e crítico, com o objetivo de fazer deste trabalho, uma construção mais inteligível possível, e que ao final da leitura o leitor possa vislumbrar a narrativa histórica acerca da gênese da BPMCA, e descobrir, enfim, a partir das fontes e a abordagem teórico-metodológica utilizadas nesta pesquisa, uma versão possível do que se passou. Admito que esta pesquisa seja oportuna às novas gerações pelo

resgate e preservação da memória e da história da biblioteca pública no município de Maranguape.

## 2. CAPITULO 2: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.

(CHARTIER, 2002, p. 16)

Neste capítulo busco apresentar o aporte teórico-metodológico embasado, em primeiro lugar, na nova história cultural, a partir das noções de “práticas e representações culturais”, conforme proposta por Roger Chartier (2002), alinhada ao pensamento de Michel de Certeau (1998), e de Sandra Jatahy Pesavento (2007) e, em segundo lugar, nas concepções de Biblioteca Pública, a partir da abordagem pretendida.

### 2.1 Práticas e representações culturais: um olhar a partir da nova história cultural

As considerações que tratarei neste tópico serão acerca das noções de “práticas e representações”, no âmbito da Nova História Cultural<sup>11</sup> (NHC), especialmente aquelas elaboradas por Roger Chartier (2002) e Michel de Certeau (1998), autores que, ao se debruçarem sobre a história da leitura, atentaram para os aspectos simbólicos da vida sociocultural, a fim de captar as significações atribuídas aos objetos culturais, pelos sujeitos nos processos que envolvem a produção e difusão cultural.

É importante salientar que tais proposições só foram possíveis com a reestruturação da própria historiografia, decorrida dos desdobramentos de sua trajetória, sobretudo, aqueles aflorados nas últimas décadas do século XX, e que impulsionaram as transformações

---

<sup>11</sup> Utilizaremos a expressão “nova história cultural”, que entrou em uso no final da década de 1980, ao invés de somente “história cultural”, tal como empregada por Roger Chartier e Sandra Jatahy Pesavento. Embora ambas expressões possuam um sentido análogo, o acréscimo da palavra “nova” é importante “para distinguir a NHC – como a *nouvelle histoire* francesa da década de 1970, com a qual tem muito em comum – das formas mais antigas [...]”. (BURKE, 2008, p. 68-69).

epistemológicas no campo da História<sup>12</sup>. Segundo Peter Burke (2008), a NHC surge em contraposição às postulações propostas pela historiografia tradicional, que concebia como fato histórico apenas os grandes eventos, as grandes realizações humanas, em outras palavras, o extraordinário, o não-cotidiano. É nesse sentido, que os estudos históricos empreendidos a partir dessa concepção, privilegiavam apenas a dimensão política das sociedades.

Como reação ao “paradigma” tradicional, e em decorrência de uma intensificação no diálogo com outras disciplinas sociais, a Antropologia em particular, dá-se início, nas décadas de 1970 e 1980, a um novo estilo de história cultural<sup>13</sup> mais diversificado, tanto na dimensão coletiva como na individual, que se interessa pelas ideias, percepções, sentimentos, concepções, avaliações, símbolos, em outras palavras, pelas *representações* presentes em toda a atividade humana.

Para Sandra Jatahy Pesavento (2007), historiadora que deixou um legado fértil no campo da história cultural brasileira, o historiador da cultura é aquele pesquisador que está atento às singularidades dos objetos culturais, que busca materializar, através de fontes diversas, as sensibilidades mais finas da humanidade, os traços deixados pelo passado. Como é possível perceber na seguinte afirmação abaixo:

A história cultural tem se empenhado, entre outras coisas, a resgatar estas tais sensibilidades do passado, ou as práticas culturais do sensível, através das marcas que deixaram nos materiais de arquivo, nas artes, na literatura. Estes seriam, por assim dizer, os indícios ou pegadas, deixados pelo homem e que se oferecem à leitura, desde que iluminados por uma pergunta ou questão. Em todas elas [...] é possível encontrar registros da alma, traços do mundo sensível de uma outra época. (PESAVENTO, 2007, p. 15).

Assim sendo, paralelo ao incipiente terreno cultural que se anunciava no campo historiográfico, nas últimas décadas do século XX, surgia também a necessidade de os historiadores reformularem seus objetos, os métodos a serem utilizados, a concepção sobre o que

---

<sup>12</sup> Em virtude da delimitação deste capítulo, não me detive na exposição das transformações epistemológicas ocorridas no campo da historiografia, ao longo do século XX, especialmente aquelas afloradas nas últimas décadas, e que influenciaram diretamente na expansão de seus objetos e métodos de investigação. No entanto, para um estudo mais aprofundado acerca das novas perspectivas de escrita da história, sugiro a leitura da seguinte obra: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1992.

<sup>13</sup> “Associado à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*” (BURKE, 1992, p. 09).

poderia ser considerado “fato histórico”, desafiando-os a incorporem em seu campo de pesquisa novos territórios. Tais mudanças comprometeram, de modo significativo, o próprio percurso epistemológico da disciplina. Desse modo, “representação, imaginário, sensibilidades, memória e subjetividade, em associação com uma atitude hermenêutica”, foram alguns dos conceitos dos quais os investigadores do passado no terreno da cultura precisaram se apropriar (*Ibidem*, p. 16).

Na esteira desse raciocínio, “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’ sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11). Foi assim que a atenção se deslocou do eixo, especificamente, político, e também econômico, como os principais prismas para se visualizar a narrativa histórica, e passou a privilegiar também a história das práticas cotidianas.

Essa abordagem abriu, então, novas possibilidades de investigações históricas. É nesse cenário, e mediante os diálogos interdisciplinares ocorridos neste período, que se tornou possível pensar as noções de “práticas e representações” tal qual as entendemos hoje. A elevação dessas noções à condição de objeto de reflexão historiográfica se deu, sobretudo, a partir da ampliação do conceito antropológico de cultura, em especial àquela proposta por Clifford Geertz (2008) ao lançar luz sobre o referido conceito atribuindo a ele uma definição semiótica, na medida em que concebe a cultura como sendo “um padrão de significados, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 2008, p. 66).

Em adição a essa perspectiva de Clifford, o antropólogo brasileiro Roque de Barros Laraia (2001), em seu livro *Cultura: um conceito antropológico*, cita a abordagem de David Schneider, que define cultura da seguinte forma:

Cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento. O status epistemológico das unidades ou ‘coisas’ culturais não depende da sua observabilidade: mesmo fantasmas e pessoas mortas podem ser categorias culturais. (SCHNEIDER, 1968 apud LARAIA, 2001, p. 63).

Tal perspectiva de cultura, que entende a sociedade envolta em uma rede de significados, foi incorporada no campo da história. Roger Chartier<sup>14</sup>, por exemplo, ao interiorizá-las na sua abordagem historiográfica, foi responsável pela teorização e pela aplicabilidade das noções de “práticas e representações”, na medida em que ao instrumentalizar o novo conceito de cultura, evidenciaria, processos mais complexos para se compreender uma determinada realidade social, conforme lemos em uma de suas definições acerca do papel da NHC, cujo fragmento foi, inclusive, utilizado para introduzir este capítulo:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é *construída, pensada, dada a ler*. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 2002, p. 16-17. Grifo meu).

Michel de Certeau (1998), por sua vez, dedicou-se a compreender os sujeitos como produtores culturais, o que significa dizer que, todo ser humano, a partir das diferentes apropriações culturais, produz cultura. Segue abaixo uma de suas célebres afirmações no que diz respeito a essa nuance de sua concepção:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem economicamente dominante. (CERTEAU, 1998, p. 39. Grifo meu).

Para Certeau, há produção cultural como resultado da elaboração de produtos próprios (como no caso dos escritores, atores, intelectuais, entre outros), mas há também produção cultural oriundos dos diferentes modos ou maneiras de se utilizar produtos alheios, ou

---

<sup>14</sup> Chartier também incorporou e deu aplicabilidade histórica a dois conceitos oriundos da teoria sociológica de Pierre Bourdieu: *habitus* e *campos*, conforme indica Alexandre Pacheco (2005), em seu trabalho intitulado *As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu*, divulgado no XXIII Simpósio Nacional de História, evento realizado pela Associação Nacional de História – ANPUH. O trabalho está disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.0051.pdf> Acesso em 17 de janeiro de 2020.

seja, todos somos produtores culturais, mesmo quando estamos na condição de receptores, qualificados, por alguns, como passivos ante ao produto ou objeto cultural (como é o caso dos leitores, consumidores, telespectadores, entre outros). Mesmo, nesse caso, de acordo com o autor, os sujeitos possuem um papel dinâmico, criativo, expressos nas diferentes maneiras de empregar ou se relacionar com os produtos culturais como, por exemplo, ler um livro, interpretar um texto, utilizar um jornal ou fazer uso de um determinado espaço ou serviço cultural. Tais maneiras de empregar e fazer uso dos produtos culturais geram novas representações, que produzem sentido para o sujeito que as emprega. A essa capacidade do ser humano de ressignificar a vida, Certeau (1998) denominou de “a invenção do cotidiano”.

O fato é que as expressões em destaque nos dois trechos supracitados, tanto de Chartier como de Certeau, evidenciam a estreita afinidade existente entre as proposições teóricas desenvolvidas por eles, as quais privilegiam os aspectos simbólicos da vida sociocultural, e o moderno conceito antropológico de cultura. Logo, diante do exposto, e após ter feito esse preâmbulo, é possível tratar, a partir deste ponto, das noções de “práticas e representações”, dentro da abordagem pretendida.

Para Chartier (2002), uma dada realidade social, compreendida num contexto particular e historicamente determinado, pode ser analisada no entrecruzamento mediado pela relação das “práticas e representações” culturais. Desse modo, parece pertinente iniciar as considerações, definindo para o leitor, primeiramente, aquilo que entendo como sendo “práticas culturais”. Para isso, evoco as palavras de Barros (2005), que define o termo como:

[...] não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições várias, às técnicas e às realizações – por exemplo os objetos culturais produzidos por uma sociedade –, mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros. (BARRROS, 2005, p. 131).

Em outras palavras, práticas culturais são os modos de vida, as normas que regem os comportamentos, as atitudes que caracterizam um determinado grupo. E são elas que “além de gerarem eventualmente produtos culturais no sentido literário e artístico, geram também padrões de vida cotidiana” (*Ibidem*, p. 132). Neste ponto, algumas questões mostram-se necessárias para a elaboração de uma compreensão clara do que venha a ser as noções de “práticas e

representações”, são elas: O que impulsiona essas práticas culturais afinal? Em que elas se fundamentam? O que as justificam, ou explicam? O que permite elas terem sentido, numa dada realidade social?

Segundo Pesavento (2008, p. 13) a resposta para essas questões é simples, seria unicamente as “representações”, haja vista serem elas que dão,

a chave para a análise desse fenômeno presente em todas as culturas, ao longo do tempo: os homens elaboram ideias sobre o real, as quais se traduzem em imagens discursos e práticas sociais que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre essa realidade.

Logo, importa para este estudo compreender estas duas noções como complementares, ou seja, em sua relação de interdependência, onde as representações desencadeiam práticas culturais que, por sua vez, produzem e geram novas representações, numa confluência coesa de mutualidade.

Tal perspectiva está ancorada na abordagem proposta por Chartier, como é possível conferir no texto *Defesa e ilustração da noção de representação*<sup>15</sup>, publicado pela Revista *Fronteiras*, da Universidade Federal da Grande Dourados, Minas Gerais, a partir de uma palestra proferida pelo historiador, em 7 de maio de 2010, no Colloque franco-allemand “Représentation/ Darstellung”, pelo Institut Historique Allemand de Paris, sob o tema *Pouvoirs et limites de la notion de représentation*. Neste texto o autor expõe com clareza sobre a relação existente entre “práticas e representações”, e a importância do historiador, que busca compreender uma dada realidade social, estar atento a esta articulação das duas noções. Conforme lemos no seguinte trecho a seguir:

penso que não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação. Ou seja, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los [os elementos citados] é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. (CHARTIER, 2011, p. 16).

---

<sup>15</sup> Fonte: Revista **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, jul./dez. 2011, p. 15-29. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf> Acesso em 17 de janeiro de 2020.

À guisa de ilustração, e no sentido de possibilitar ao leitor um maior entendimento acerca da relação entre as noções de “práticas e representações”, cito o exemplo proposto por Roger Chartier, em sua obra *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII* (1999a), no qual ele traz um estudo sobre as significações utilizadas nas edificações das bibliotecas (texto que vai de encontro a proposta dessa pesquisa) no período especificado no título do livro.

De acordo com esse estudo, Chartier demonstra que as diferentes acepções atribuídas ao termo “biblioteca” influenciaram diretamente nas características de suas edificações, ou nos produtos culturais que foram elaborados sob o nome de “biblioteca”, a partir das representações culturais de cada época (coleções, catálogos, inventários, nomenclaturas, recenseamento). Ao final do estudo, o autor conclui dizendo o seguinte:

As diferentes acepções dadas ao termo “biblioteca” manifestam com acuidade uma das tensões maiores que habitam e estiolam as letras da primeira modernidade. Uma biblioteca universal (ao menos em uma ordem do saber) só poderia ser imaterial, reduzida às dimensões de um catálogo, de uma nomenclatura, de um recenseamento. Ao contrário toda biblioteca instalada em um lugar privado, formada com obras bem reais, dispostas para a consulta e a leitura, não poderia ser, malgrado suas riquezas, nada mais que uma imagem truncada da totalidade do saber acumulável. A distância irreduzível entre os inventários – idealmente exaustivos – e as coleções- necessariamente lacunares – foi vivenciada com uma frustração imensa. Ela levou as iniciativas descabidas, reunindo – em espírito, se não em realidade – todos os livros possíveis, todos os títulos visados, todas as obras já escritas. (CHARTIER, 1999, p. 87).

Com efeito, e corroborando com Barros (2005, p. 131) quando afirma que “a contribuição decisiva de Roger Chartier para a História Cultural está na elaboração das noções complementares de “práticas” e “representações”, é possível inferir que, diferentes representações de biblioteca geraram, com o passar dos séculos, diferentes “práticas culturais” que influenciaram inteiramente na maneira como foram empregadas, e construídas. Logo, fica evidente a associação entre as duas noções, em uma relação de complementaridade, de modo a considerar que são

bastante úteis, porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes”. (BARROS, 2005, p. 135).

Com isso, e afinada a essa abordagem teórico-metodológica, compreendi que, para o alcance dos objetivos da minha pesquisa, é fundamental ter em vista que, no dado momento da

criação da BPMCA, os sujeitos-atores, aqueles que impulsionaram os movimentos de criação, enquanto produtores culturais (CERTEAU, 1998), não estavam despidos de suas *representações*, ou seja, daquilo que a Pesavento (2008) chamou de *sensibilidades*, que são as convicções, as maneiras de construir suas práticas, e de ver e apreender o mundo (CHARTIER, 2002).

Logo, é de suma importância estar atenta às práticas e representações culturais contidas na gênese da BPMCA, ou seja, a significação que eles deram para a questão da leitura, da educação, da biblioteca, enquanto instituição. Contudo, sem perder de vista, a historicidade, pois “os sujeitos estão imersos numa rede de relações atravessada pelas variações históricas, por isso as noções de “práticas de representações” precisam, necessariamente, ser compreendidas “num sentido mais particular e historicamente mais determinado” (*Ibidem*, p. 20), haja vista que:

Todo o trabalho que se propõe identificar o modo como as configurações inscritas nos textos, que dão lugar a series, construíram representações - aceites ou impostas do mundo social, não pode deixar de subscrever o projeto e colocar a questão, essencial, das modalidades 'da sua' recepção. [...]. Compreender na sua *historicidade* as apropriações que se apoderam das configurações textuais exige o rompimento com o conceito de sujeito universal e abstrato tal como o utilizam a fenomenologia e, apesar das aparências, a estética da recepção. (CHARTIER, 2002, p. 24-25. Grifo meu).

Para finalizar, e parafraseando a professora Regina Machado (2004), foi a partir dessa janela que vi a paisagem almejada, ou seja, foi com base nesta perspectiva teórico-metodológica que empreendi a análise dos dados, a fim de compreender o processo que deu origem a BPMCA. O olhar poderia ser outro, tal qual o político, ou enfatizando a história, sobretudo, pelo viés econômico por exemplo, mas foi buscando as sensibilidades, as “práticas e representações” que tentei contar essa história. A seguir, esboço algumas considerações em torno da Biblioteca Pública, sobretudo, no que tange à concepção adotada por este estudo, e o percurso histórico empreendido pela instituição até chegar aos desafios dos tempos atuais.

## **2.2 Biblioteca pública: considerações em torno do conceito e de sua história**

Ao se pretender uma pesquisa acerca da história de uma biblioteca pública se faz necessário, em um primeiro instante, conceituar tal instituição, dentro da abordagem pretendida, a fim de compreender seu papel na sociedade, bem como sinalizar seu percurso histórico e os desafios que lhe são propostos pelos leitores da contemporaneidade. É o que tratarei neste tópico. Todavia, vale salientar que, considerando os limites dessa Dissertação, a leitura que se segue, busca apenas apresentar algumas considerações nesse âmbito.

Ao prefaciар o livro *O poder das bibliotecas* (2008), Christian Jacob tece um refinado e elegante elogio às bibliotecas, ao enaltecê-las como sendo um

lugar da memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, [...] o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, o movimento do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira. (BARATIN; JACOB, 2008, p. 9).

Tal afirmação, que mais se aproxima de uma apologia às bibliotecas, corrobora com a proposta deste estudo, e enriquece o olhar acerca da amplitude do potencial dessas instituições que servem como espaço motor da produção de saberes.

Para conceituar a biblioteca pública<sup>16</sup>, dentro da abordagem pretendida, este estudo apoia-se no documento intitulado *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública*, cuja primeira edição foi publicada em 2010, pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), ou seja, a *Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias*. Assim, de acordo com a (IFLA), a definição de biblioteca pública seria:

uma organização criada, mantida e financiada pela comunidade da administração local, regional ou central, quer através de outra forma de organização comunitária. Disponibiliza acesso ao conhecimento, à informação, à aprendizagem ao longo da vida e a obras criativas, através de um leque alargado de recursos e serviços, estando disponível a todos os membros da comunidade independentemente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, deficiência, condição econômica e laboral e nível de escolaridade. (IFLA, 2013, p.13).

---

<sup>16</sup>Segundo Núbia Almeida, Valéria Medeiros e Braz Vas, em um artigo publicado na Revista *Entreletras*, de Tocantins, de 2014, no qual as autoras recuperam os antecedentes históricos da biblioteca pública no Brasil, desde a criação do Instituto Nacional do Livro à incorporação das inovações tecnológicas, temos que, “a primeira biblioteca pública do Brasil, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, foi inaugurada em 1808 e aberta ao público em 1814. Desse período até a Era Vargas, foram criadas mais algumas bibliotecas públicas estaduais e municipais com infraestrutura precária e falta de manutenção, fatos que podem ter contribuído para a demora de seu reconhecimento e legitimação pelo público brasileiro. (ALMEIDA; MEDEIROS; VAZ, 2014, p. 42). E no que se refere ao cenário cearense, e de acordo com Emir Suaiden em seu livro “*Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas*” (1980), a primeira biblioteca pública foi fundada em 1867, atualmente denominada Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, e que segundo este autor, ocupou diversos locais diferentes antes de possuir sua sede própria. Tal fato só reforça o entendimento acerca das precárias condições em que as bibliotecas públicas foram iniciadas no país.

Para a IFLA (2013), a biblioteca pública desempenha um importante papel na comunidade dita democrática, já que busca possibilitar aos seus usuários o acesso a uma diversidade de saberes, conhecimentos e ideias. Seus objetivos consistem em oferecer recursos e serviços para atender às necessidades dos usuários, “fornecer recursos e serviços em diversos suportes, de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal, e também de recreação e lazer (*Ibidem*, p. 13-14).

O documento também estabelece que para o êxito da biblioteca pública é de suma importância que ela esteja relacionada com as raízes culturais, ou seja, ela precisa, necessariamente, estar inserida culturalmente na cidade em que está localizada, tal condição, de acordo com a IFLA (2013) é essencial, pois, desse modo, ela será identificada e aceita pelos cidadãos, facilitando o atendimento às demandas de informação da sua comunidade.

Assim sendo, a missão de uma biblioteca pública está estreitamente relacionada ao papel da educação no desenvolvimento cultural da sociedade, tendo em vista que tanto a biblioteca pública como a escola buscam apoiar o indivíduo em sua autoformação, disponibilizando, através de seus serviços, suportes adequados que visem contribuir com os processos de aprendizagem formal e informal.

Com relação a esse entrecruzamento ‘biblioteca pública e escola’, e citando Louis F. Málaga, Wilson Martins salienta:

A biblioteca pública deve colaborar na educação das massas ignorantes. Ela completará o ensino dispensado pela escola e ajudará a formar o público de amanhã. Ela desempenhará o papel de um centro de serviço social, onde as crianças, os adolescentes e os adultos que não puderem receber nas escolas uma instrução suficiente, encontrarão informações, conselhos, divertimentos, sem distinção de condição social, de nacionalidade, de crença, de língua ou de profissão. Enfim, ela servirá aos interesses da comunidade e aos mais nobres valores humanos; ela despertará a consciência social do indivíduo e do grupo e orientará as aspirações altruístas dos melhores elementos da sociedade. (MÁLAGA *Apud* MARTINS, 1998, p. 326).

Ademais, no que se refere ao desenvolvimento cultural, especificamente, a biblioteca pública desempenha um papel primordial, na medida em que atua no fortalecimento da identidade cultural de uma dada comunidade, através de realizações de atividades culturais e artísticas.

Contudo, a concepção de biblioteca nem sempre foi essa, pois ao se debruçar sobre sua história, é possível perceber que as visões de biblioteca foram se modificando no decorrer do tempo. À guisa de ilustração, e em coerência com a perspectiva da NHC, tal qual a proposta por Chartier (2002), convido o leitor a fazer um passeio pela história, de modo a refletir sobre as práticas culturais que se entremearam ao longo do tempo com relação à significação dada à figura da biblioteca, desde a Antiguidade até os dias atuais. Para isso, tomarei como base de apoio as obras de Wilson Martins (2001), Kevin McGarry (1999), e F. McNeely e Lisa Wolverton (2013).

No período Antigo, as bibliotecas se constituíam em lugares para *armazenar* documentos, rolos de papiro, pergaminhos. Sua função era a de *conservar* as informações e o conhecimento. Não eram as pessoas comuns que faziam uso da biblioteca, pois eram tidas como propriedades e tesouros dos grandes reis e imperadores. Àqueles que possuíssem a biblioteca com o maior número de escritos de intelectuais, era-lhe atribuído um status de *poder e grandeza*. Tal concepção fez com que fossem construídas grandes bibliotecas, a fim de reunir todo o conhecimento disponível da humanidade naquele tempo, o exemplo mais notável foi a construção da biblioteca de Alexandria. A biblioteca era, então, para conservar um saber, entesourá-lo, representando a glória de reis e imperadores.

As bibliotecas, na Idade Média, na civilização ocidental, não se distanciavam daquelas da Antiguidade no que se refere à sua funcionalidade, pois a sua existência social ainda era justificada como sendo primordial para, e tão somente, acumular e conservar o conhecimento, bem como no que diz respeito ao acesso, já que a biblioteca continuava limitada a uma minoria, em outras palavras, fechada para as massas populares. Todavia, diferente do período Antigo, não eram os reis e imperadores que detinham o poder das bibliotecas, mas sim a Igreja Católica. E com a Igreja comandando a vida social, política e econômica da população, ela também almejava o domínio do conhecimento. De maneira tal, que *enclausuraram* as bibliotecas nos mosteiros, proibindo, assim, qualquer pessoa que não fossem os clérigos a fazerem uso de seus escritos, censurando as pessoas, dentre aqueles poucos que sabiam ler, para que não fizesse qualquer tipo de leitura que não aquelas religiosas, e permitidas pela instituição dita sagrada. De acordo com essa concepção, a biblioteca servia, pois, para *monopolizar o conhecimento* por parte da Igreja Católica, no intuito de legitimar sua *autoridade* e perpetuar o seu domínio.

No mundo moderno, com o advento do movimento humanista, com o descobrimento da Prensa por Gutenberg, o conhecimento ganhou uma dimensão social, porque teve uma abrangência maior de circulação por via dos impressos que passaram a fazer parte do cotidiano da vida urbana (BURKE, 2003), e com essa maior exposição ao impresso, o pensamento e a conduta da humanidade foram, de certo modo, afetados (DARNTON, 2010, p. 190). A cidade, por conseguinte, se torna fonte de informação e o processo do conhecimento ganhou, assim, uma dimensão global com as descobertas europeias, que tornaram o mundo mais amplo, sobretudo, com a comercialização do conhecimento por via da expansão da impressão gráfica e da abertura de novos mercados. De modo que, a biblioteca ganha um novo sentido, a de *patrocinadora do saber acadêmico*.

No projeto da “República das Letras”<sup>17</sup>, tal como mencionado por McNeely; Wolverton (2013), a biblioteca começa a fazer parte do cenário urbano, abrindo-se gradualmente para as camadas populares, contribuindo para a construção de um ambiente de cultura letrada, sendo, portanto, tida como uma instituição fundamental não só para a preservação, mas também para a *difusão* do conhecimento.

No tocante ao termo *biblioteca pública*, especificamente, vale salientar um estudo sobre os discursos acerca da leitura na França, nos anos de 1880 a 1980, quando os pesquisadores Anne-Marie Chartier, Jean Hébrard e Sergio Bath analisaram a gênese das concepções republicanas sobre leitura pública. De acordo com esta pesquisa, “até a Segunda Guerra Mundial, o que se inclui de boa vontade na categoria de leitura pública remete muitas vezes a iniciativas particulares e corre o risco de designar, de modo bastante anacrônico, práticas e instituições que só posteriormente foram reunidas sob essa denominação” (CHARTIER; HÉBRARD; BATH, 1995, p. 116).

Os esforços no sentido de popularizar a leitura, e neste ponto se inserem as iniciativas de expor ao público os acervos de seus importantes livros educativos e instrutivos, partiram, inicialmente, de reformadores, como o do pastor luterano Oberlain, em Waldersbach, e também de iluministas, ou seja, aqueles conhecidos como *Homens das Luzes*, pois “eles tinham a consciência de difundir no precocemente alfabetizado Leste da França os germes de uma piedade

---

<sup>17</sup> “República das Letras (Respublica Literaria) ou “Comunidade do Saber” é uma expressão que passou a ter uso cada vez mais frequente nos primórdios da Europa moderna para designar a comunidade internacional dos estudiosos”. (BURKE, 2003, p. 58).

esclarecida” (*Ibidem*, p. 117). Contudo, o intento mais sistematizado de alcançar as camadas sociais não-educadas, permitindo o acesso da leitura, na França por exemplo, cabe ao século XIX, e se insere mais na perspectiva de “uma filantropia preocupada em abranger as massas rurais ou populares, ou ainda na evolução da pastoral católica e na adaptação aos novos dados do mercado cultural” (*Ibidem*, p. 117).

Segundo Milanese, a ideia de biblioteca tal qual temos hoje só foi se construir, de fato, “já no limiar do século XX, sobrepondo-se a idéia de biblioteca como uma forma de organização do saber, delineou-se para ela uma nova função: sistematizar o acesso às informações. Ter dados à disposição, funcionalmente, passou a ser uma nova necessidade” (1983, p.22).

É nesse cenário que a biblioteca estendeu, então, suas dimensões democráticas, e se consagrou como uma instituição fundamental de preservação e disseminação do conhecimento e da memória de um povo, quando passou a fazer parte do cenário urbano, no contexto do mundo moderno, possibilitando a transformação do universo intelectual das sociedades, ao longo da história.

Por fim, nos dias atuais, e dado o avanço da tecnologia e dos novos suportes de informação, a biblioteca precisou se reinventar, enquanto espaço de conhecimento, a fim de dialogar com os leitores da contemporaneidade, pois o modo como leitor lê, dentre outros fatores, também determina as condições de apropriação de sua leitura, podendo extrair do texto múltiplas significações. De acordo com Roger Chartier, o novo formato de leitura “permite usos, manuseios, e intervenções do leitor infinitamente mais numerosos e mais livres do que qualquer uma das formas antigas do livro” (CHARTIER, 1999b, p. 88).

Assim sendo, à biblioteca é atribuída, hoje, uma significação mais ampla, que se fundamenta na *preservação do saber*, na *democratização do acesso*, e na *construção e promoção do conhecimento*, haja vista que,

Os usuários das bibliotecas e dos sistemas de informação atuais diferem dos leitores das bibliotecas de alguns anos atrás, especialmente no que concerne ao fator tempo: se, no passado, o leitor frequentava a biblioteca para ler por horas seguidas, no presente, o que se percebe é a urgência pela informação e a notável diminuição do tempo disponível para a leitura na biblioteca. Isso talvez explique a substituição, na literatura da área, do termo “leitor” pelo termo “usuário”. (ARRUDA, 2013, p. 47)

Partindo dessa perspectiva é possível apreender que os profissionais responsáveis por conduzir esses espaços e mediar a relação usuário-livro precisam estar aptos para trabalhar com estratégias que promovam educação e cultura através da utilização do suporte dos recursos de multimídias, já que “o novo leitor demonstra curiosidade pelos suportes com tela ao mesmo tempo que vibra ao ler um livro” (ROSING; BECKER, 2005, p. 220). Outrossim,

A nova biblioteca pública – aberta, na qual crianças, jovens e adultos podem escolher suas leituras diretamente nas estantes, com mediadores da informação ao alcance, para facilitar o acesso e na qual se pode optar por sentar no chão ou em poltronas confortáveis que estimulam o ato de ler – ainda aparece, tímida, aqui e ali, mas deve multiplicar-se, dada a importância da leitura. A base de qualquer conhecimento é a leitura, e ela precisa ser um prazer, e não uma obrigação. Por isso, a biblioteca pública propõe-se a promover o ato de ler. (ARRUDA, 2013, p. 273).

Portanto, é possível inferir que as diferentes visões e concepções de biblioteca que foram sendo construídas no decorrer dos tempos, são, e para utilizar um termo afim à perspectiva teórica adotada por este estudo, “representações culturais”, percepções do real, modos de ver e entender essa instituição no decorrer da história. Tais representações de biblioteca geraram, com o passar dos séculos, diferentes “práticas culturais” que influenciaram inteiramente na maneira como foram edificadas, empreendidas e usufruídas nas suas respectivas localidades. Além disso, vale salientar a natureza complexa que envolve a criação de uma biblioteca, conforme é possível apreender da citação a seguir, ao afirmar que a biblioteca é,

[...] uma agência social de natureza complexa. Criada por uma instituição para servi-lhe de instrumento de ação, é moldada pelos padrões da estrutura social. Por outro lado, é o repositório e um dos meios de difusão das experiências culturais desenvolvidas nos níveis adaptativo, associativo e ideológico, que determinam aqueles padrões. Por sua condição singular, liga-se aos sistemas básicos da estrutura social, numa contínua interdependência, que nem sempre se dá de forma equilibrada e satisfatória. A criação e desenvolvimento de bibliotecas depende, assim, da forma como se desenvolvem os fatores que atuam no processo sócio-cultural. (GOMES, 1983, p. 6)

Logo, e de posse de tais pressupostos, é que busquei compreender o processo no qual se deu o surgimento da BPMCA, no município de Maranguape, atenta às significações atribuídas à figura da biblioteca, e sem desconsiderar a complexa realidade que envolveu sua criação, afinal tal evento esteve imerso numa relação de inteira interdependência com o contexto sócio cultural da época, e esteve submetido ao sentido que lhe era conferido pelos sujeitos-atores, ao protagonizar tal processo, haja vista que o desenvolvimento exitoso de uma biblioteca dependerá do olhar e da ação que lhe são dispensados.

### 3. CAPÍTULO 3: O PERCURSO E OS PERCALÇOS DA PESQUISA: UM CAMINHO SIGNIFICATIVO

Capturar as razões e os sentimentos que qualificam a realidade, os quais expressam os sentidos que os homens, em cada momento, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo, constituiria a *crème de la crème* da história, a meta buscada por todo pesquisador!

(PESAVENTO, 2008, p. 14)

A epígrafe supracitada destaca o conceito de pesquisa com o qual procurei identificar e cujos princípios foram adotados para a construção deste trabalho. Durante a sua concretização, devotei atenção às sensibilidades, escutar as vozes e os silêncios do passado com o respeito que se exige daquele que se pretende historiador, um respeito pleno aos resquícios extraídos das fontes, considerando-os “como uma espécie de registro dos afetos [...] lendo aí vestígios de sensibilidades” (CHIAPPINI, 2000, p. 19) que, trançados suavemente numa tessitura delicada de lembranças, fazem ressonâncias nas linhas que tocam o presente, abrindo possibilidades de movimentações no futuro.

Nesse sentido, na pretensão de capturar as razões e os sentimentos que permearam o processo de criação da BPMCA, empreendi uma busca por esses vestígios sensíveis, ou como bem ressalta Jeanne Marie Gagnebin (2009), pelos rastros deixados pelo tempo, como uma tentativa de luta, a fim de evadir o esquecimento, dada as fragilidades dos registros da memória e da escrita. Tal fragilidade foi, de fato, detectada no meu percurso de pesquisa na medida em que me deparei com a carência de fontes que trouxessem registros significativos do passado da BPMCA, conforme o leitor perceberá ao longo da leitura.

É por isso que, para Gagnebin (2009, p. 53-54), o papel daquele que narra a história se assemelha ao do “catador de sucata e de lixo, esta personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo

desejo de não deixar nada se perder”. Desse modo, e ainda considerando este caráter da pesquisa histórica, vale ressaltar as palavras de Miranda (1998), quando defende que,

coleccionar cacos e contar histórias afirmam-se como atividades análogas, visto que se definem por uma espécie de ritual de revificação em que a imagem-fragmento, além de evidenciar a distância do passado e o desejo de redimi-lo pelo presente, revela-se como representação disjuntiva do espaço social. (MIRANDA, 1998, p. 133).

Nessa trilha, procurei, portanto, avivar a voz, sem desmerecer os silêncios. Como um trabalho quase arqueológico, escavei lugares, rastreei vestígios, catei os cacos das primeiras ações, dos primeiros gestos, colecionei-os, organizando em categorias de análise<sup>18</sup>, para refletir sobre eles, interrogando-os, provocando-os, interpretando-os, a fim de produzir objetos que contivessem os dados, na intenção de recuperar o passado para reconstituir a história, evitando, assim, a perda irremediável da importante memória da BPMCA.

### 3.1. Natureza da pesquisa

Tal perspectiva reflete o olhar que lancei sobre a questão central da minha pesquisa, qual seja, compreender o processo de criação da biblioteca pública de Maranguape, e evidencia a forma com a qual concebi a construção do conhecimento, em harmonia com a proposta de Santos Filho e Gamboa (2001, p. 9), ao destacar que

[...] as opções da pesquisa não se limitam à escolha de métodos ou técnicas qualitativos ou quantitativos, desconhecendo suas implicações teóricas e metodológicas. As opções são mais complexas e dizem respeito às formas de abordar o objeto, aos objetivos com relação a este, às maneiras de conceber o sujeito, aos interesses que comandam o processo cognitivo, às estratégias da pesquisa, ao tipo de resultados esperados, etc. Em outras palavras, fazem referência à complexidade das alternativas epistemológicas. (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2001, p. 9)

O *corpus* analisado resulta de uma pesquisa qualitativa, desse modo o presente trabalho se embasa em González Rey ao inferir que

A pesquisa qualitativa não corresponde a uma definição instrumental, é epistemológica e teórica, e apóia-se em processos diferentes de construção do conhecimento. [...] A pesquisa qualitativa se debruça sobre o conhecimento de um objeto complexo: a

---

<sup>18</sup>A categorização se constituiu na seguinte organizou dos dados: 1) personagens, ou seja, os sujeitos-atores que protagonizaram a história da criação da BPMCA; 2) funções dos personagens, que diz respeito aos movimentos históricos de criação propriamente ditos; e 3) relação entre a história da criação da BPMCA e as demandas educacionais do período.

subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto. A história e o contexto em que caracterizam o desenvolvimento do sujeito marcam sua singularidade, que é expressão da riqueza e plasticidade do fenômeno subjetivo (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 50)

Tal perspectiva está coesa ao que propõe a nova história cultural, abordagem teórico-metodológica adotada por esse trabalho, haja vista que, ao se buscar interpretar uma dada realidade social, deve-se levar em consideração a multiplicidade de elementos que estão interligados a um todo complexo e contextualizado, sendo a *historicidade* dos sujeitos e dos objetos investigados um aspecto essencial desse tipo de pesquisa, pois rompe com a concepção de sujeitos universais e abstratos, entendendo a individualidade nas suas variações históricas e culturais, pois são elas que dão sustento às acepções construídas pelos sujeitos (CHARTIER, 2002).

Logo, diante do exposto, a natureza da pesquisa, consiste em uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo e exploratório, por pretender descrever as características de um processo que parte de uma questão ainda pouco conhecida, e pouco explorada, a saber, a origem da BPMCA.

Tal procedimento se insere na proposta de fazer deste trabalho um empreendimento científico. Afinal, como diz Michel de Certeau (1982), a história só é tida como campo científico se, e somente se, houver nela “a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam controlar operações proporcionadas para a produção de objetos determinados” (CERTEAU, 1982, p. 57), o que significa dizer que o historiador precisa indispensavelmente estar munido de um aparato teórico-metodológico, um instrumental claro, sólido e coerente, elaborado para que possibilite a produção dos objetos almejados pela investigação.

Le Goff (2013) foi um autor que trouxe uma fecunda contribuição para esse trabalho, através de suas concepções acerca 1) da história enquanto *narrativa*; 2) da inter-relação entre a construção do passado e a perspectiva própria do pesquisador, ao mostrar que “o historiador parte do presente para apresentar questões ao passado” e que “é inútil acreditar num passado independente daquele que o historiador constrói” (LE GOFF, 2013, p. 28), aspecto relevante se considerar que ao construir o passado da BPMCA, busquei reinterpretá-lo sem a necessidade de me distanciar das inquietações do presente, ao contrário, foi partindo de questões envolvendo

aspectos como leitura, biblioteca, educação, na atualidade, que empreendi a busca pelo passado da BPMCA; e 3) do caráter multiforme da documentação histórica.

Sobre este último ponto, especificamente, Le Goff afirma que é o historiador, em sua subjetividade criativa, que decide sobre o que, de fato, será considerado documento em sua pesquisa, corroborando com outros dois importantes autores, ao replicar o pensamento de ambos em seu livro. O primeiro é Marc Bloch, ao defender que “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca, pode e deve informar-nos sobre ele” (BLOCH, 1941-1942, p. 63 *apud* LE GOFF, 2013, p. 105). E o segundo é Fustel de Coulanges, quando cita:

A história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem [...] Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais; com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses de luas e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos, e análises de espada de metal, feitas por químicos. Com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser. (COULANGES, 1949, p. 428 *apud* LE GOFF, 2013, p. 105).

De posse desse raciocínio, e no sentido de dar conta da atividade da pesquisa, lancei mão de variados documentos históricos, tais como: 1) o documento escrito, a saber, os documentos legais, como decretos e projetos de lei, atas de sessões oficiais, manuscritos, jornais antigos, e um caderno contendo um texto autobiográfico de um dos atores que participaram do processo de criação da biblioteca; utilizei também 2) fotografias e, por fim 3) os testemunhos orais transcritos das entrevistas com o Sr. Antonio Botelho Câmara, o prefeito da época, e a Sra. Marta Cordeiro, ex-Secretária de Educação do município.

Tais opções metodológicas começaram a tomar força quando, durante as primeiras visitas realizadas ao arquivo da referida instituição, me deparei com a carência de documentos escritos, ao mesmo tempo que tomei conhecimento da possibilidade de um encontro com o prefeito da época, em sua residência, na cidade de Fortaleza, estando ele com mais de 90 anos de idade. Com essa possibilidade de incorporar outras fontes ao documento escrito, a pesquisa ganhou abrangência, já que, de acordo, com Xavier (2010, p. 124), “A maleabilidade na utilização das fontes, e os diversos tipos procedimentais, ao explorá-las, proporcionarão um trabalho científico de maior conjectura e de fundamentação teórico-metodológico mais

sustentável”. A escolha das fontes refletiu, portanto, os registros que foram possíveis de localizar, e coletar, no âmbito do meu campo de pesquisa, conforme detalharei mais adiante.

Iniciei meu percurso, realizando primeiramente uma busca da literatura existente, a fim de compor o corpus teórico-metodológico para o alcance dos meus objetivos, embasada na perspectiva de que “enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrinsecamente inseparáveis” (MINAYO, 1994, p. 16). Dessa maneira, foram elencados, no âmbito da concepção teórico-metodológica, estudos atrelados à perspectiva da nova história cultural, tais como as obras de Peter Burke (2003; 2008) e, sobretudo, estudos com ênfase para a noção de “práticas” e “representações” a partir da semiótica de Roger Chartier (1991; 2002; 2011), de Michel de Certeau (1998), e de Sandra Jatahy Pesavento<sup>19</sup> (2007; 2008). Já no que concerne ao embasamento para as fontes coletadas e para os métodos utilizados para análise de cada uma, foram elencados os seguintes estudos: Le Goff (2013); Vieira, Peixoto e Khoury (2008); e Carlo Ginzburg (1989). O primeiro no que diz respeito as escolhas das fontes, e os dois últimos quanto à perspectiva de análise documental. Para a análise de fotografias, utilizei o olhar de Sandra Jatahy Pesavento (2008); e, por fim, e pelo fato de privilegiar a importância da memória na análise do testemunho oral, elenquei, mais uma vez, os estudos de Le Goff (2013), bem como os de Ecléa Bosi (2012) e os de Marieta Ferreira e Janaína (1998).

Com o aprofundamento deste estudo procurei fazer a interlocução com os referidos autores, construindo diálogos que ora confirmavam minhas impressões, ora confundia-me, relativizando minhas hipóteses. No entanto, através de tal empenho, pude não apenas aflorar minhas demandas conscientes, ou seja, trazer à tona meus reais interesses e motivações, mas também, na etapa final, relacionar os conceitos estudados aos dados coletados, o que significou um acréscimo valioso à minha formação como pesquisadora.

---

<sup>19</sup> Sobre esta autora, especificamente, vale salientar que, além de me valer de suas ideias para embasar teoricamente a discussão, fui, enquanto aprendiz pesquisadora, profundamente inspirada pelo seu olhar sensível de historiadora, que permeou a minha pesquisa de um sentido poético. Raro, na minha concepção.

### 3.2. Campo de pesquisa e as Fontes

Ao mesmo tempo em que me dedicava às leituras, imergia também no *lócus* da minha pesquisa, haja vista que numa investigação científica o pensamento e ação caminham juntos (MINAYO, 1994). O primeiro local a ser visitado foi o arquivo da BPMCA, atualmente situada no prédio Solar Bonifácio Câmara<sup>20</sup>, no centro de Maranguape. Conforme mostra imagem a seguir:

**Figura 1** – Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu.



Fonte: Lauriston Trindade, 2006<sup>21</sup>

Na biblioteca foram localizados os seguintes documentos: 1) uma cópia do decreto da lei nº 257/1959 referente à sua criação, 2) algumas edições do jornal *O Maranguab*, que consiste em uma publicação de iniciativa da biblioteca, na década de 1980, e que contém uma informação relevante para esta pesquisa, 3) um caderno composto de textos autobiográficos de autoria de Jehovah Motta, um dos atores participantes do processo de criação da biblioteca, e por fim, 4) livros orçamentários, contendo as despesas e as receitas do município de Maranguape no período compreendido entre os anos de 1951 a 1970. Essas fontes foram fundamentais no sentido de

<sup>20</sup> Solar Bonifácio Câmara, construído pela Família Correia na segunda metade do Século XIX, quando o café era o carro chefe da economia de Maranguape. Vindo do arquipélago de Açores em Portugal em 1837, João Correia Martins mandou construir o sobrado, cujas obras demoraram cinco anos para ser concluídas. Influenciado pela arquitetura portuguesa, o prédio foi edificado para abrigar dois usos: em cima, a residência da família e embaixo ponto de comércio. O sobrado pertenceu por quatro gerações à Família Bonifácio Câmara. Atualmente, o Solar Bonifácio Câmara é um bem do Patrimônio Histórico Municipal e é sede da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu. (Fonte: Informação extraída do site da Prefeitura de Maranguape: <http://www.maranguape.ce.gov.br/turismo/>. Acesso em 13 de janeiro de 2020).

<sup>21</sup> Disponível em <https://www.flickr.com/photos/26194920@N06/2456045947>. Acesso em 13/01/2020.

apresentar, em primeiro lugar, a data da lei, facilitando a busca<sup>22</sup> pelo projeto que lhe deu origem, a fim de descobrir tanto a autoria como a motivação da proposta de criação da biblioteca; em segundo lugar, a informação exata da efetiva implementação da biblioteca, evidenciado um fato até então desconhecido: um hiato de quatorze anos entre a criação e a implantação da instituição na cidade; em terceiro lugar, registros acerca da vida de um dos personagens da história investigada; e em quarto, e último lugar, a inserção da biblioteca pública no plano orçamentário do município, nos anos subsequentes a assinatura da lei.

Não obstante a localização desses documentos, e em face da carência de mais registros sobre os anos iniciais da biblioteca, percorri outros lugares de preservação da memória da cidade, tais como o Arquivo Público da Prefeitura, o arquivo da Câmara Municipal de Maranguape, e o arquivo pessoal da família Câmara, a fim de obter informações e registros acerca do prefeito da cidade, no dado período. Nos dois primeiros locais, foi possível localizar as atas de sessões oficiais por ocasião da apreciação do projeto da lei nº 257/1959, e manuscritos de correspondências de ofícios expedidos na época. Foram esses locais que me forneceram o percurso legal da criação da biblioteca. O último local citado, a saber, o arquivo pessoal da família Câmara, me forneceu fotografias de Antônio Botelho Câmara, em sua atuação enquanto prefeito de Maranguape. Além de que, possibilitou uma conversa informal com o Sr. Antonio Júnior. Sendo este, sobrinho e admirador do legado do tio, compartilhou causos, lembranças que para a família, e para a história da cidade, são de importante valor, embora não tomados como fontes nesta pesquisa.

Outros locais que se constituíram partes do meu campo de pesquisa foram as casas onde entrevistei o Sr. Antonio Botelho Câmara, e a Sra. Marta Cordeiro. No primeiro caso, a casa está localizada em Fortaleza, Ceará, onde, atualmente, reside Antonio Botelho Câmara<sup>23</sup>. Nesse

---

<sup>22</sup> Tal busca foi, de fato, empreendida. Contudo, sem total sucesso. Haja vista que, nem na Câmara Municipal da cidade, nem no Arquivo Público da Prefeitura foi possível localizar tal projeto de lei. Segundo informações da funcionária responsável pelos arquivos da Câmara Municipal da cidade, não existe mais esse documento, apenas as atas das sessões. Contudo, e felizmente, por meio das referidas atas foi possível descobrir que a autoria partiu do Chefe do Executivo da época, ou seja, Antonio Botelho Câmara. Dado importante para a pesquisa. Todavia, no que se refere às motivações para a criação da biblioteca, elas só vieram à tona mediante o testemunho oral extraído da entrevista com realizada com ele, conforme o leitor terá acesso no capítulo dos achados da pesquisa.

<sup>23</sup> Essa entrevista ocorreu no dia 22 de outubro de 2019, meses antes de seu falecimento (21/01/2020).

local fui calorosamente recebida, e realizei a entrevista com o ex-prefeito de Maranguape. Logo abaixo, o leitor verá registros desse momento:

**Figura 2 – Entrevista com o Sr. Antonio Botelho Câmara (a)**



Fonte: Autora da pesquisa

**Figura 3 – Entrevista com o Sr. Antonio Botelho Câmara (b)**



Fonte: Autora da pesquisa

A segunda entrevista foi realizada na residência de uma parente da Sra. Marta Cordeiro, ex-Secretária de Educação do Município, localizado no centro de Maranguape, Ceará. Em ambos os casos, e no intuito de que a entrevista se desenrolassem da melhor maneira possível, elaborei um roteiro previamente estruturado, agendei e acertei antecipadamente com as famílias. A duração da primeira entrevista foi curta, aproximadamente uns doze a quinze minutos, considerando a avançada idade do nosso entrevistado, haja vista que ele estava com mais de 90 anos de idade. A segunda entrevista teve uma duração de aproximadamente trinta minutos,

também fui bem acolhida, e a entrevistada respondeu prontamente todas as perguntas, com o sentimento de colaborar, da melhor maneira possível, com o andamento da minha pesquisa.

Inicialmente, expliquei aos entrevistados que se tratava de uma pesquisa voltada, especificamente, para a história da biblioteca, criada a partir da lei nº 257, em 02 de junho de 1959. Esclareci que as lembranças deles, far-se-iam indispensáveis para que o resultado desta investigação obtivesse sucesso. No caso do Sr. Antonio Botelho Câmara, especificamente, as respostas foram dadas pausadamente, por conta das limitações de sua idade, e de sua memória. Em um dado momento da entrevista, lembro que ele parou por um instante, como que procurando em suas memórias a resposta adequada. Houve esforço, certamente, e muita boa vontade. Por conta da doença de *Parkinson*<sup>24</sup>, o entrevistado não pode assinar o termo de consentimento, mas deu a sua autorização oralmente, sendo então registrada na gravação do áudio da entrevista. Da mesma forma, o registro de autorização da Marta Cordeiro também foi concedido via oral, no entanto, não por doença, mas pelo fato de no dia da entrevista eu não estar munida do documento de consentimento.

Por fim, efetuei buscas também em ambientes virtuais, localizando no site da Revista Instituto do Ceará<sup>25</sup>, informações acerca da família de Antonio Botelho Câmara; no Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE)<sup>26</sup>, fotografias da cidade de Maranguape; no portal da Biblioteca Nacional, na sessão Hemeroteca Digital<sup>27</sup>, jornais que trouxeram indícios relevantes acerca de Jehovah Motta, um dos atores do processo investigado; bem como no site oficial da Câmara dos Deputados<sup>28</sup> e do Senado Federal<sup>29</sup>, no qual encontrei o dossiê do projeto de lei do deputado Paulo Sarasate, que tratava da doação de prédio para a instalação da biblioteca pública

---

<sup>24</sup> É uma doença neurológica que afeta os movimentos da pessoa. Causa tremores, lentidão de movimentos, rigidez muscular, desequilíbrio, além de alterações na fala e na escrita. (Fonte: Informações extraídas do site da Biblioteca Virtual em Saúde, do Ministério da Saúde: <http://bvsmms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2059-doenca-de-parkinson> Acesso em 16 de janeiro de 2020).

<sup>25</sup> <https://www.institutoceara.org.br/revista.php>

<sup>26</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/historico>

<sup>27</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>28</sup> <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/192577>

<sup>29</sup> <http://legis.senado.leg.br/norma/545967/publicacao/15639948>

de Maranguape, em 1960, e o decreto da lei nº 4.125, de 27 de agosto de 1962, autorizando o Poder Executivo a doar o tal imóvel da União à Prefeitura Municipal de Maranguape.

Vale ressaltar que outros lugares também foram visitados no intuito de coletar o maior número de documentos históricos possível, contudo, não se havia nesses locais nenhum registro vinculado à biblioteca da cidade, como exemplo desses outros lugares visitados, cito: Secretaria de Educação, a Fundação Viva Maranguape de Turismo, Esporte e Cultura (FITEC), o acervo do Museu Municipal, arquivos de escolas adjacentes, bem como as residências de alguns moradores antigos<sup>30</sup> da comunidade, localizadas no entorno do atual prédio da biblioteca, no centro da cidade. Ademais, efetuei buscas também na Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel (seções de microfilmagem e de periódicos) e no Instituto do Ceará, ambas instituições localizadas em Fortaleza, Ceará. Nas referidas instituições, especificamente, os jornais cujas datas eram de interesse desta pesquisa estavam sem condições para manuseio, estando eles, por isso, em local separado para restauração.

O momento de imersão no *lócus* da minha pesquisa foi desafiador. Lembro de querer desanimar no momento em que me deparei com o primeiro obstáculo da pesquisa, a saber, a dificuldade em localizar documentos que tratassem da história da biblioteca, que apresentassem, mesmo que minimamente, alguma informação acerca dos sujeitos que se constituíram atores no processo de criação da instituição, ou que me levassem a algum fato desencadeado no dado período. Tais obstáculos já haviam sido evidenciados, por outros pesquisadores, à exemplo de Sônia de Conti Gomes (1983), que na busca pela história das bibliotecas durante o período da Primeira República no Brasil, percebeu que,

Muito se desconhece da história brasileira por falta de tradição de guarda e preservação sistemática de documentos. No tocante a documentos sobre bibliotecas, o descaso se mostrou bem patente. Receberam-se respostas de bibliotecas em que os encarregados alegam não ter mais documentos antigos porque não há obrigatoriedade de se arquivar papéis de 30 ou mais anos atrás. (GOMES, 1983, p. 47)

Diante disso, percebi que os esquemas previamente organizados em meu projeto de pesquisa não se sustentavam ante à fragilidade da memória das pessoas e dos registros escritos. Cheguei a acreditar, por um momento, que não conseguiria tecer os fios da rede dos

---

<sup>30</sup> Visitei essas residências na intenção de localizar nas lembranças de imagens desses moradores, possíveis fotografias contendo os antigos locais nos quais a biblioteca foi instalada.

acontecimentos. Foi a etapa mais difícil da pesquisa, seguida depois do momento da escrita desta dissertação, outro grande desafio. Na condição de aprendiz pesquisadora, quis entregar-me a desesperança, cheguei a esmorecer por vários dias.

No entanto, as leituras que me amparavam reanimaram meu esforço, redirecionaram meu olhar, lançando luz no meu caminho, me impulsionando a focar não apenas no obstáculo, mas principalmente nas possibilidades que existem por detrás das dificuldades. Compreendi, então, que “o processo de investigação não cabe em esquemas prévios, e as categorias que servem de apoio ao trabalho serão construídas no caminho da investigação” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2008, p. 9).

Assim sendo, diante do obstáculo que havia me deparado no percurso, passei a me questionar sobre as fontes que elencaria para a pesquisa, haja vista a pouca documentação identificada até então. Foi quando me amparei em outra proposição teórica valiosa, a saber, as palavras de Le Goff (2013) acerca dos silêncios da história. Segundo ele,

Falar sobre os silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogando-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história. Devemos fazer um inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos. (LE GOFF, 2013, p. 107).

Diante dessa leitura, e disposta a aceitar o desafio que a pesquisa me lançava, mudei o ponto de vista, passei a conceber o obstáculo não mais como um problema, mas como um indício potente, embora sutil, quase imperceptível, que me falava algo acerca da história da biblioteca, e que suscitaram em mim provocativas reflexões, tais como: *Por trás deste silêncio, será que é possível descobrir as ações que compuseram a história da criação da biblioteca? Não aquelas que, por acaso, permeiam o imaginário da comunidade, mas o que de fato, ocorreu e que deu forma ao projeto de biblioteca, no qual conhecemos hoje?* Compreendi, então, que esta história estava inserida no arquivo dos silêncios da cidade, e “estudar o que é esquecido e o que é lembrado parece fundamental para entender o presente” (FERREIRA, 2006, p. 201). Não creio que esse esquecimento tenha se dado intencionalmente, mas como reflexo de uma cultura frágil no tocante aos registros de memória.

### 3.3. Critérios e procedimentos de análise

Após a localização dos registros e o levantamento da documentação alcançada, eis o momento da catalogação e análise. Conforme citado anteriormente, na introdução deste trabalho, no processo de catalogação levei em consideração os aspectos que segundo Propp (2010) em seu livro *Morfologia do Conto Maravilhoso*, são os elementos essenciais na constituição de uma narrativa, a saber, as funções dos personagens. Assim sendo, foi na linha desse pensamento, que cataloguei os achados da pesquisa, de modo a acentuar em um primeiro momento os personagens que fizeram parte da gênese da biblioteca, seguido de suas funções, ou seja, o procedimento de cada um, “*definido do ponto de vista de sua importância para o desenrolar da ação*” (PROPP, 2010, p. 22), que foram os movimentos históricos que deram origem a biblioteca, e 3) a relação entre a proposta de criação da biblioteca e as demandas educacionais do município, no dado período.

Nesta pesquisa, o documento escrito (arquivos oficiais, jornais antigos, texto autobiográfico), de imagem (fotografia), e oral (testemunhos extraídos das entrevistas semiestruturadas) assumiram papéis fundamentais. A opção pela análise documental no presente trabalho deu-se por conceber o documento como sendo expressão da experiência humana de um dado período (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2008), sendo produção da realidade histórica na qual foi construída. Por isso, busquei selecioná-los, analisando-os de modo sensível, como que procurando desvendar não apenas o que se fala, mas como se fala e de onde se fala, em outras palavras, averiguando as intenções, os vestígios de sensibilidade. Tomando como embasamento a ideia de que

A relação do historiador com o documento também se modifica. O documento já não fala por si mesmo, mas necessita de perguntas adequadas. A intencionalidade já passa a ser alvo de preocupação por parte do historiador, num duplo sentido: a intenção do agente histórico presente no documento e a intenção do pesquisador ao se acercar desse documento. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2008, p. 15)

Em consonância com o pensamento supracitado, e ainda no que concerne à verdade histórica, insiro a seguinte afirmação de Bonazzi-Tourtier (1998), em seu importante artigo sobre propostas metodológicas para análise de arquivos:

De fato, a verdade histórica provém da interface entre os componentes do passado, tal como ele nos chega através de seus vestígios documentais, e o espírito do historiador que o reconstrói, buscando conferir-lhe inteligibilidade. Há, pois, necessariamente

correlação e reciprocidade entre o sujeito e o objeto. (BONAZZI-TOURTIER, 1998, p. 222).

Desse modo, como procedimento para análise dos documentos, buscou-se investigar neles as marcas do passado, procurando identificar no macro o micro, como sugere Carlo Ginzburg (1989), quando expõe sobre o método indiciário de Morelli que, enquanto conhecedor de arte, era comparado a uma espécie de detetive que desvende um determinado crime, por isso, para tal método é atribuído, muitas vezes, o termo “método detetivesco”. Vejamos, nas palavras do próprio autor, no que consiste tal método:

[...] é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros; os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário **examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados** pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos, e dos pés. Dessa maneira, Morelli descobriu, e escrupulosamente catalogou, a forma de orelha própria de Botticelli, a de Cosmè Tura, e assim por diante: traços presentes nos originais nos originais, mas não nas cópias (GINZBURG, 1989, p. 144. Grifo meu).

Em harmonia com a proposta de Ginzburg (1989), sobre dar atenção aos detalhes, às sutilezas que os documentos históricos apresentam, Pesavento (2008), vem contribuir com essa discussão ao tratar da análise de fotografias, outra fonte que foi utilizada na pesquisa. Na obra *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*, a autora indica a necessidade de compreender as imagens como rastros permeado de detalhes significativos. Ademais, ainda de acordo com esta autora,

[...] a imagem é portadora de significados que são construídos e/ou descobertos por aquele que pensa, enquanto olha...Da visão ao olhar – que constitui o *ver*, mas estabelecendo significados e correlações -, uma operação mental introduz-se. Nessa instância da percepção, a imagem visual será complementada por uma imagem mental, que classifica, qualifica e confere sentidos àquilo que é visto. (PESAVENTO, 2008, p. 101).

Para Pesavento (2008, p. 107), as imagens extraídas de uma fotografia não correspondem a uma reprodução absoluta da realidade, mas é uma construção, “realidade simulada, transfigurada, dotada de sentidos, simbólica”. Tal assertiva é pertinente, pois em um procedimento de análise, no qual busca suscitar dados do passo a partir da fotografia, não se deve pensar que se alcançará a realidade tal qual ela foi, ou aconteceu, mas na dimensão de uma verossimilhança, apenas. E a autora prossegue afirmando que “imagens mostram totalidades, mas

também sutilezas de minúcias que, como postula Carlo Ginzburg (1990), compõem um paradigma indiciário, potencializando a interpretação”.

Mas a imagem pode ter ainda um outro sentido, o de *narrativa* que discursa sobre o mundo, sobre algo (aspecto que muito agrega a esta pesquisa). Conforme evidencia a autora:

Textos e imagens, como narrativas que são, fazem-se acompanhar de saberes específicos e de habilidades técnicas próprias: o ato de ler, com seu simbolismo de códigos, analogias e convenções; a composição da imagem, com suas técnicas, regras, convenções e formas de educação do olhar. (PESAVENTO, 2008 p. 109).

Assim sendo, como processo de análise da imagem, considereei como fundamento teórico a concepção de que uma fotografia é uma (re)construção do real, pois a realidade trazida por ela é “sempre uma realidade reconstruída, simulada, que implica uma performance e uma teatralização. [...] esse olhar criador da imagem fotográfica faz dela um texto ou narrativa, pois carrega consigo avaliações julgamentos, emoções, reflexões. (*Ibidem*, p. 111).

Partindo dessa perspectiva, ao se privilegiar uma fonte, seja texto, imagem ou testemunho oral (aspecto que discutirei no próximo parágrafo), é preciso estar atento a todos os detalhes que a compõe, pois um pequeno fragmento de informação presente na fonte, como uma data, uma localização, uma paisagem, um pausa no depoimento, a forma da letra manuscrita no papel, o pronome de tratamento utilizado numa correspondência, por exemplo, são alguns tipos de indícios que requerem a atenção historiador, pois se bem analisados e contextualizados, podem apresentar motivações, discursos subscritos, sentimentos, ideias, pensamento, rastros, em outras palavras, “práticas e representações culturais” (CHARTIER, 2002) de uma época passada, por isso, a importância do historiador estar sensível aos detalhes. Tais proposições feitas por Carlo Ginzburg (1989) e Pesavento (2008) foram, portanto, uma contribuição valiosa para este trabalho, pois orientou o método de análise proposto na metodologia desta pesquisa.

No que tange à dimensão projetada pela História Oral no presente trabalho, vale mencionar, primeiramente, o procedimento utilizado na realização das entrevistas semiestruturadas, no qual, de posse de um roteiro pré-estabelecido, mas não fechado, deixando margem às novas interpelações, se deu nas residências dos investigados, sendo que as respostas às perguntas feitas foram registradas com um gravador do celular. Pois, dessa forma, tanto foi

garantido o registro com qualidade da coleta dos dados de maneira palpável como também não inibimos os entrevistados ao se expressarem, algo que com uma filmadora poderia ocorrer.

Nas entrevistas procurei obter informações referentes à criação da BPMCA, buscando identificar fatos e motivações em torno da iniciativa de propor uma biblioteca à comunidade, também questionei sobre as lembranças acerca do contexto educacional no dado período, e como a biblioteca propunha contribuir com a comunidade. Após concluída as entrevistas, iniciei o processo de transcrição dos áudios para em seguida, analisá-los.

Tal análise tomou o testemunho oral dos entrevistados segundo a concepção de que tal fonte se configura como

um depoimento, solicitado por profissionais da história, historiadores ou arquivistas, visando prestar contas, a uma posteridade mediada pela técnica histórica, da ação da testemunha, tomando-se a palavra “ação” num sentido muito amplo que engloba o fato, o acontecimento, o sentimento e a opinião, o comentário e a lembrança do passado. (VOLDMAN,1998, p. 256).

Desse modo, como critério para análise, a pesquisa considerou a memória do entrevistado como sendo um importante recurso para o resgate e desenvolvimento da história da criação da biblioteca de Maranguape, já que para Rousso (1998, p. 94) “A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado”.

Nesse sentido, o procedimento de análise da pesquisa ancorou-se na semiótica de Le Goff (2013), quando afirma que a memória é indissociável da história. Segundo o autor a memória cresce com a história que, por sua vez, se alimenta da memória. E é nessa estreita inter-relação que o autor põe em relevo o papel que a memória coletiva tem desempenhado na evolução das sociedades.

Vale ressaltar que essa concepção de memória proposta por Le Goff (2013), permite pensarmos ou considerarmos o resgate da história não como sendo o passado tal como é relatado, mas, sim, como um trabalho de reconstrução pelo viés da memória de cada indivíduo. Pois ao rememorar, o indivíduo reconstrói, buscando nas réstias do passado, imagens nas suas lembranças, que serão transformadas em novos espaços, que representarão novas imagens ressignificadas pelo presente vivido, afinal, de acordo com Borges (2000, p. 383) “somos nossa memória, somos esse quimérico museu de formas inconstantes, essa pilha de espelhos rotos”.

No que se refere à memória dos velhos, especificamente, soma-se a perspectiva de Ecléa Bosi (2012), que em seu estudo sobre a importância do ato de lembrar, se debruça sobre a intersecção metodológica memória-velhice, especificamente, conferindo um valor às narrativas memorialistas como fonte de pesquisa. De acordo com Bosi (2012, p. 68), “a narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória”.

Desse modo, temos que é possível obter significações a partir das narrativas rememoradas pelos velhos. Quando nos remete a olhar às lembranças dos velhos como fonte de memória mais contextualizada e definida, a autora declara que: "lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho" (*Ibidem*, p. 55).

Do mesmo modo, Alistair Thomson (1998), em seu artigo acerca da memória e história, contido no livro “*Usos & abusos da História oral*”, organizado por Marieta Ferreira e Janaína Amado, obra que, inclusive, fundamentou todo o percurso teórico-metodológico desta pesquisa no que tange a dimensão da história oral presente no trabalho, considera de suma importância em uma investigação interligar o discurso da história e da memória coletiva, conforme lemos:

Gerar processos através dos quais todos os meios usados para dar sentido ao passado possam dialogar entre si, em que os discursos da história e da memória coletiva possam se interligar de forma instrutiva e complementar, assim como começamos a entender os fenômenos da história e da memória como interligados em nossa cultura. (THOMSON, 1998, p. 78).

Logo, foi com esse embasamento teórico-metodológico que optamos por estruturar os procedimentos de análise dos dados, buscando extrair das fontes elementos significativos do processo de criação da BPMCA, propondo um diálogo coerente entre o discurso da história, da imagem e da memória, tal como será possível verificar na seção subsequente.

Portanto, finalizo este capítulo parafraseando o poeta espanhol Antonio Machado, quando digo que *foi no caminhar que fiz o meu caminho*. Em outras palavras, foi na atividade de pesquisa, e considerando os percalços do trajeto, que se delineou com maior clareza meus objetivos, o campo a ser investigado, as fontes a serem analisadas, e os métodos a serem adotados. Caminhei, e só então descobri, apreendi, e vivenciei a experiência investigativa por

inteiro. Por isso, considero este percurso, com seus percalços, um caminho significativo, traduzido como sendo o meu trajeto em busca por conhecimento, qualificando, assim, a minha compreensão acerca dos acontecimentos que nutriram o passado histórico da biblioteca.

#### 4. CAPÍTULO 4: OS ACHADOS DA PESQUISA

Os eventos, ao serem recontados, assumem significados no contexto da história como um todo. Mas a história como um todo é algo que é construído a partir de suas partes.

(BRUNER, 2001, P. 119)

Em face da classificação proposta por Propp (2010), no qual considera como sendo os elementos essenciais de sua constituição as funções dos personagens, tratarei de apresentar os dados da pesquisa, de tal maneira que acentue: primeiramente, os sujeitos-atores que protagonizaram a gênese da biblioteca; em seguida, as funções dos personagens, que diz respeito ao papel que eles desempenharam nesse processo, em outras palavras, os movimentos históricos que deram origem a instituição, desempenhados por eles ou sob sua inspiração (como é o caso de Capistrano de Abreu), com ênfase para as significações utilizadas nestas ações, correlatas à realidade histórica na qual estiveram imersos. Ao final, construo uma breve narrativa, contendo a história da criação da BPMCA, em sua relação com as demandas educacionais do município, no dado período.

Contudo, antes de adentrar na primeira parte, é preciso iniciar focalizando o tempo e o lugar que se constituiu cenário para essa história, sobretudo, nos aspectos que se referem ao panorama educacional<sup>31</sup> no país. De modo a evidenciar os debates e as concepções pedagógicas que predominavam no período, e que, de certa maneira, se refletiram nas “práticas e representações culturais” dos sujeitos atores, haja vista que adotei como parâmetro a abordagem de Chartier (2002), quando diz que,

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma

---

<sup>31</sup> A Educação no Brasil tem a sua história baseada no contexto sócio-político vigente em cada época. Assim, por “acontecimentos históricos e educacionais” entendem-se os caminhos percorridos pela educação brasileira o logo de sua história, e que serão analisados aqui nesse estudo sob a semiótica de Demerval Saviani (2008), Otaíza Romanelli (1986) e Maria Luíza Marcílio (2016).

história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. (CHARTIER, 2002, p. 27)

Por essa razão, tomo como ponto de partida deste capítulo, a exposição de uma breve contextualização, com ênfase para anos do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e seus reflexos no panorama educacional brasileiro. Tal procedimento acaba por conferir à narrativa, maior força, uma vez que repensa as funções dos personagens no seu contexto particular e historicamente determinado, pois “não dá para separar a produção de uma linguagem das condições históricas em que foi produzida” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2008, p. 22), seja qual for a natureza assumida por essa linguagem (signos, discurso literário, imagens, sons, leis, fotografias, entre outros tipos de registros históricos).

Vale salientar que, a leitura que se segue, busca servir a título de contextualização, pretendendo apenas sinalizar os principais acontecimentos que sucederam no campo da cultura e educação, no dado momento em que se projetou a criação da biblioteca pública de Maranguape.

### *Tempo e Lugar*<sup>32</sup>

A ideia-força que possibilitou a proposta de criação da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu, em Maranguape, surgiu com base no contexto histórico e político do final da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). De acordo com Saviani (2008), a partir do final do período denominado de Estado Novo (1945), a perspectiva humanista moderna já se delineava como a concepção nitidamente predominante no campo da educação brasileira, por intermédio dos princípios fundamentais da *Pedagogia Nova*, também conhecida como *Educação Nova*, os quais são: laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação. Essa concepção reivindicava uma “escola comum ou única”, delegando ao Estado o dever de provê-la, e de garanti-la a cada indivíduo. Em suma, começou a se introduzir nos debates políticos a questão da democratização da educação, bem como a organização do ensino.

A partir dessa filosofia da educação, buscou-se a possibilidade de um rompimento com a formação tradicionalmente literária<sup>33</sup>, desvinculada das reais demandas da economia do

---

<sup>32</sup> No intuito de tornar a leitura deste estudo mais coesa, optei por não incluir, neste tópico, a contextualização do município de Maranguape, especificamente, ponto que será discutido, com maior profundidade, no ponto 3.3.1 deste capítulo, que trata da história da criação da biblioteca e as demandas educacionais do referido município (ver p. 137).

país, haja vista que a *Pedagogia Nova*, preconizava a modernização do ensino<sup>34</sup>, buscando imprimir à cultura, “um caráter eminentemente científico técnico e vinculando a escola ao meio social produtivo, sem negar os valores especificamente culturais representados pela arte e pela literatura” (*Ibidem*, p. 247-248).

Tudo indica que, pelo menos em tese, essa preocupação com uma educação moderna, técnica e científica esteve presente durante todo o governo de JK, na medida em que buscava diminuir a disparidade social, gerar riquezas por meio do desenvolvimento da industrialização do país, lançando, por isso, seu Plano de Metas, cujo lema era “o Brasil iria desenvolver 50 anos em 5”. Dessa forma, denominado como o período do *desenvolvimentismo econômico*, o governo de Kubitschek priorizou investimentos nos setores de transporte, energia, e indústrias de base.

Tal proposta desenvolvimentista deveria preceder, necessariamente, de uma reforma educacional que garantisse formar profissionais e técnicos para as demandas do setor produtivo, e não apenas acadêmicos. Isso acarretou numa série de eventos educacionais que marcaram o período, sendo os mais importantes, o amplo debate sobre a reforma curricular das escolas secundárias, o manifesto “Mais uma vez convocados” (1959), bem como a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961). Eventos que se refletiram na realidade da escola básica. De modo que, ao final dos anos 50, a escola básica estaria menos em conformidade com a perspectiva humanista tradicional do que com as características do público escolar e da moderna sociedade industrial brasileira (SOUZA, 2008).

No ano de 1957, em uma mensagem dirigida ao congresso nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, Juscelino Kubitschek assinala sua preocupação em relação aos problemas da cultura brasileira, conforme lemos:

Os problemas culturais que defrontamos decorrem, essencialmente, de desigualdades no ritmo de desenvolvimento nas várias regiões do País e em suas diferentes esferas de atividade produtiva. Daí, coexistirem, em nosso vasto território, modos de fazer, de

---

<sup>33</sup> Sobre essa questão, Anísio Teixeira afirma: “O ensino brasileiro, por isto mesmo que era um ensino quase que só para a camada mais abastada da sociedade, sempre tendeu a ser ornamental e livresco. Não era um ensino para o trabalho, mas um ensino para o lazer [...] Todo o ensino sofria, assim, dessa diátese de ensino ornamental: no melhor dos casos, de ilustração, e nos piores, de verbalismo oco e inútil”. (TEIXEIRA, 1976, p. 25).

<sup>34</sup> Para um estudo mais aprofundado acerca da proposta dessa nova escola, ler: TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976).

sentir, de pensar, distanciados de séculos, entre si. [...] Reflexos desses contrastes no plano cultural evidenciam-se, por um lado, na pequena participação do povo no progresso tecnológico; por outro, na falta de uniformidade e de integração no desenvolvimento das diferentes esferas de atividade. (OLIVEIRA, 1957, p. 419. Manteve-se a grafia apresentada no livro).

Após expor a problemática, Kubitschek prossegue sugerindo uma das possíveis causas:

Até recentemente, prevalecia completa desvinculação entre o nosso sistema de ensino, voltado em todos os graus para a formação acadêmica, e os problemas práticos que o povo brasileiro tem de enfrentar. As escolas formavam uma elite que nem sempre considerava como tarefa sua o aprimoramento das técnicas de exploração dos recursos naturais. Só nos últimos anos e nas zonas mais desenvolvidas se observa uma tendência para se integrarem as elites nas atividades da produção, e começarem os progressos científicos em tôdas as suas formas e alcançar camadas mais amplas, sobretudo urbanas. (*Ibidem*, p. 419-420. Manteve-se a grafia apresentada no livro).

Desse modo, no discurso de JK há, de fato, um interesse em superar esses contrastes de desenvolvimento e erradicar seus efeitos na cultura do país, por isso, na continuidade de sua mensagem ao Congresso Nacional, ele sugere como caminhos de possibilidades para avançar no desenvolvimento do país, investir, por meio do Conselho Nacional de Pesquisa, em programas de pesquisa como base de ação, sendo um deles aqueles que dizem respeito à energia atômica e sua utilização na modalidade de suprimento energético, além de pesquisas agrônômicas e zootécnicas; estruturar o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, órgão do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), bem como o de seus centros regionais; modernizar a escola, difundindo o ensino técnico e científico, de maneira que dialogue com as demandas do setor produtivo, e uma série de outras reformulações nas diferentes modalidades de ensino.

E no que diz respeito, especificamente, às atividades culturais, tema que interessa esta pesquisa, ele cita a importância do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o papel da Biblioteca Nacional e do Instituto Nacional do Livro (INL), A Enciclopédia brasileira, serviço de documentação do Ministério da Educação (MEC), O Patrimônio histórico tal qual os museus, a radiodifusão educativa, o teatro, o cinema, o departamento de imprensa nacional, dentre outros.

O fato é que nos anos de 1950, sobretudo no final da década, o país foi tomado por uma onda de otimismo, e de crença no progresso brasileiro. Segundo Rosa Fátima de Souza (2008),

Os anos 50 foram tempos de mudanças de hábitos e de padrões de consumo, de entusiasmo pela modernização concretizada na sociedade urbano-industrial e de euforia em torno da ideologia nacional-desenvolvimentista. [...] período de renovação estética influenciada pelo movimento concretista, de euforia pelo futebol e pela seleção brasileira e de revitalização e modernização da imprensa periódica, com a atuação efusiva dos jornais na vida política e a popularização das revistas ilustradas como *O Cruzeiro* e *Manchete*. (SOUZA, 2008, p. 187).

Diante do exposto, e com base na leitura acima sobre as propostas e medidas tomadas pelo governo em questão, há de se pensar num panorama educacional exitoso, cujo problemas envolvendo aspectos pedagógicos basilares, como a alfabetização das massas por exemplo, puderam ser minimizados, as escolas modernizadas e o ensino ter assumido, finalmente, seu caráter técnico e científico. Tal pensamento seria considerado, no mínimo, ingênuo. Não é esse o quadro evidenciado por Maria Luíza Marcílio, em sua pesquisa sobre a História da Alfabetização no Brasil (2016).

Longe de buscar respostas na documentação oficial, nas leis e nas reformas de ensino, cujo discurso apresenta uma defasagem abismal em relação à realidade da educação brasileira, a pesquisadora entrou concretamente no espaço da escola, dialogou com seus principais atores (alunos, professores e diretores), verificando as condições materiais, concretas, do funcionamento interno da escola brasileira, a fim de compreender o porquê de tanto atraso na alfabetização do seu povo.

Sendo assim, sua contribuição configura-se como um registro essencial para esta pesquisa, pois é impossível falar de desenvolvimento e desconsiderar a alfabetização de um povo. É nesse sentido que nos interessa as considerações de Marcílio (2016), pois segundo ela “o analfabetismo constitui um dos maiores freios ao desenvolvimento de uma nação. Contribui ativamente para a marginalização da pessoa”. E autora acrescenta: “Alfabetizar o indivíduo na idade certa é fazer dele um membro de pleno direito da coisa pública, um cidadão em sua completude” (MARCÍLIO, 2016, p. 15).

Partindo dessa perspectiva, cabe entender a realidade da educação, durante o governo JK, com base em alguns aspectos evidenciados na pesquisa de Maria Luíza Marcílio sobre a alfabetização no Brasil, temos que,

No Brasil dos anos de 1950, a existência, nas escolas primárias, do professor leigo, aquele não formado para a profissão de mestre, era escandalosa, apesar da multiplicação das escolas normais. [...] Os elevados índices de repetência e evasão escolar que

caracterizaram o período foram resultado de um conjunto de fatores: as condições desfavoráveis de saúde do aluno, o baixo nível econômico e cultural de muitas famílias, a deficiência do material didático, a ineficiência dos métodos adotados, prédios e instalações inadequadas, classes superlotadas, falta de assistência técnica ao professorado, redução do período letivo anual e do horário letivo diário, com desdobramentos sucessivos em turnos de funcionamento nas escolas dos maiores centros urbanos, deficiência do professorado diplomado, existência de altos índices de professores não diplomados e a situação de fome vivida por muitas crianças. Além de tudo, em 1950, com oito milhões de crianças em idade escolar no país, não havia escolas para três milhões sequer. Descumpria-se, para elas, a lei maior, a Constituição do Brasil, e violentava-se o direito da criança à instrução. (*Ibidem*, p 402).

Logo, este era o quadro da educação brasileira, no dado período, sobretudo, no ensino das Primeiras Letras. Poucos avanços sucederam, em virtude da ausência do apoio das autoridades, como é possível perceber nas reveladoras palavras da autora, no trecho seguinte:

intelectuais, educadores, autoridades, todos repetiam quais eram os males do ensino no Brasil e repetiam à saciedade as causas do atraso na educação das décadas de 1950, 1960 e bem depois. Soluções eficientes que envolvessem mais atenção, melhores pesquisas e mais fundos para a educação, ainda não encontravam apoio nas autoridades. (*Ibidem*, p 402).

Nesse contexto, um intenso debate ganhou espaço no cenário político da época, visando reformular o currículo das escolas secundárias no intuito de prover aos estudantes uma educação científica e técnica, no qual os conhecimentos adquiridos tivessem utilidade prática para o desenvolvimento do país. Na esteira dessa discussão, e com a eminência de uma nova Lei Orgânica do Ensino Secundário, bem como as medidas propostas pela Lei de Diretrizes e Bases surgiram diversas controvérsias sobre quais disciplinas mereciam prioridade no currículo do ensino secundário.

Com a possibilidade de inclusão/extinção de disciplinas, a profissionalização do magistério secundário foi diretamente afetada, já que disciplinas como “Latim, Grego, Filosofia e a Literatura foram colocadas na berlinda e outras disciplinas como línguas estrangeiras – particularmente o Espanhol e o Francês -, o Canto Orfeônico, os Trabalhos manuais, o Desenho e as Ciências Sociais foram contestados” (SOUZA, 2008, p. 217). O fato é que, ao final da década de 1950, a escola secundária brasileira seguia uma nova direção, não aquela dos anos 30 do século XX, pois “a escola básica configurada a partir dos anos 60 estaria mais em conformidade com as características do público escolar e da moderna sociedade industrial brasileira” (*Ibidem*, p. 224).

Outra proposta surgiu por intermédio da elaboração do manifesto “*Mais uma vez convocados*”. Segundo Saviani (2008), o documento buscava resgatar o conteúdo do Manifesto de 1932, em sua contínua luta pela educação liberal e democrática. No entanto, diferente do Manifesto de 1932, o manifesto “*Mais uma vez convocados*”<sup>35</sup> não invocou argumentos de caráter pedagógico-didático, mas sim, priorizou como foco central “a defesa da escola pública vista pelo ângulo do dever do Estado de manter e expandir os sistemas de ensino e da necessidade de que os recursos públicos reservados à educação sejam destinados exclusivamente ao ensino público” (SAVIANI, 2008, p. 296-297).

O texto deste manifesto marcou o retorno das lutas ideológicas em torno da organização do sistema educacional, contribuindo para a elaboração da versão final da primeira Lei de Diretrizes e Bases para a educação, que foi aprovada em 20 de dezembro de 1961, após treze anos de intensos debates. O projeto de lei das diretrizes e bases da educação já era uma exigência da Constituição Federal de 1946, que delegava à União a responsabilidade de fixá-la, e transformá-la em lei, posteriormente. O anteprojeto de lei foi encaminhando, inicialmente, à Câmara Federal, no ano de 1948. Contudo, o processo seguiu a passos lentos, “uma longa luta cheia de marchas e contramarchas” (ROMANELLI, 1986, p. 171), foi engavetado e substituído, só vindo a se tornar lei em 1961.

Conforme ressalta Otaíza Romanelli, “nenhuma lei é capaz, por si só, de operar transformações profundas, o ritmo do progresso de uma dada sociedade, por mais retrógrada que seja. Sua aplicação depende de uma série de fatores [...] Enfim, a eficácia de uma lei depende dos homens que a aplicam” (1986, p. 179).

Logo, apesar da aprovação da Lei 4.024/61, a estrutura tradicional do ensino foi mantida, o sistema continuou a ser organizado de acordo com a legislação anterior, entre outras questões. Desse modo, segundo a avaliação de Romanelli, “a sua única vantagem talvez esteja no

---

<sup>35</sup> “Em 1º de Julho de 1959, o *O Estado de São Paulo* e o *Diário do Congresso Nacional* publicaram um segundo Manifesto dos Educadores, uma vez mais redigido por Fernando Azevedo e assinado por 189 pessoas, dentre as quais educadores, intelectuais e estudantes. Desta vez, todavia, o ‘Manifesto ao Povo e ao Governo’, sem abandonar sua linha de pensamento original, deixava um pouco de lado a preocupação de afirmar os princípios da Escola Nova, para, acima de tudo, tratar do aspecto social da educação, dos deveres do Estado Democrático e da imperiosa necessidade de não só cuidar o Estado da sobrevivência da escola pública, como também de efetivamente assegurá-la a todos” (ROMANELLI, 1986, p. 179).

fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional, em cada nível e ramo” (*Ibidem*, p. 181). E complementa: “foi a oportunidade que a nação perdeu de criar um sistema educacional que pudesses inserir-se no sistema geral de produção do país, em consonância com os progressos sociais já alcançados” (*Ibidem*, p. 183).

Em se tratando do contexto educacional cearense, é importante ressaltar que durante o governo JK, o Ceará esteve sob a administração de três governadores, sendo eles: Paulo Sarasate (1955-1958) do partido União Democrática Nacional (UDN), Flávio Marcílio (1958-1959) do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e Parsifal Barroso (1959-1963) também do PTB.

Não abordarei o governo Paulo Sarasate, especificamente, porque embora seja um dos sujeitos-atores que protagonizaram a história da criação da BPMCA e, posteriormente, contribuiria significativamente para o desenvolvimento de Maranguape (conforme o leitor perceberá no decorrer deste capítulo), como governador do Ceará, não obteve muito êxito, pois de acordo Vieira (2002), ele

fez um governo dentro da normalidade, sem realizar inovações significativas em relação a seus antecessores. Em sua administração o Porto do Mucuripe é ampliado. Seu empenho em trazer a energia da hidrelétrica de Paulo Afonso é inútil. De resto, suas obras limitam-se à rotina de construções de estradas, açudes e escolas. (VIEIRA, 2002, p. 219).

Já o historiador Aroldo Mota (1985, p. 78) salienta que “o governo Paulo Sarasate foi uma administração muito difícil. Homem de legislativo, era-lhe extremamente penoso lidar com as paixões políticas à época exacerbadas”, chegando a renunciar ao cargo, um ano antes, para se candidatar a deputado federal, função que mais se identificava, assumindo, desse modo, seu vice, Flávio Marcílio.

As principais contribuições <sup>36</sup>de Paulo Sarasate viriam por intermédio de seu mandato como deputado federal. Foi neste período, enquanto deputado, que ele se dedicou à educação, erguendo novas escolas e ampliando a rede de ensino. Ademais, enquanto deputado, Sarasate preocupou-se também com questões de infraestrutura, como a construção de estradas e açudes.

---

<sup>36</sup> As referidas contribuições estão explicitadas no tópico 3.1.4. deste trabalho (ver p. 94).

Em face dessas circunstâncias e, sobretudo, levando em consideração o ano que inicia o recorte temporal desta pesquisa, focalizarei no governo do professor e sociólogo Parsifal Barroso, que assume a administração do estado em 1959. Segundo uma análise de Marcelo Linhares (1996) acerca da gestão desse governador, o contexto estadual, nos anos de 1959-1963, se caracterizou da seguinte forma:

A administração Parsifal Barroso, apesar das crises de que o quadriênio foi fértil, inegavelmente foi uma das mais proficuas no Ceará. Tão logo assumiu o governo, Parsifal, em atitude inusitada, demitiu todos os beneficiados pelo chamado “inventário político” feito pela administração anterior, ao fim do governo. O Supremo Tribunal Federal, todavia, em grau de recurso, manteria as nomeações. A Secretaria da Educação e Saúde foi desdobrada, criando-se a Secretaria da Saúde. Dando uma dinâmica maior ao setor. Na área da educação, como professor e educador que era, criou colégios estaduais, sendo um em Sobral, outro em Crato e um terceiro em Quixeramobim. Não detendo condições para fazê-lo em outras cidades do interior cearense, firmou convênio com a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) o que ensejou a instalação de vários ginásios. No ensino superior, criou as Escolas de Administração e Veterinária as quais, juntamente com a Faculdade de Filosofia pertencente aos Irmãos Maristas cujo processo de encampação ficou praticamente pronto, foram os embriões da futura Universidade Estadual do Ceará. Criou também, a Companhia de Eletrificação do Estado do Ceará – CENORTE, a primeira empresa de eletrificação do Ceará e que seria transformada depois na futura COELCE. (LINHARES, 1996, p. 174-175).

O governo de Parsifal, por assim dizer, estava estreitamente aliado ao governo federal, tendo em vista suas similaridades no que diz respeito ao programa de metas estratégicas para o desenvolvimento do estado, que envolvia, dentre outros aspectos, o projeto de eletrificação no Ceará, a gestão do Porto de Mucuripe, o equilíbrio das finanças do estado. Ademais, havia uma amizade consistente entre ele e JK, prova disso é que sua candidatura ao Governo do Ceará se deu a pedido do próprio presidente. Nesse sentido é que os reflexos positivos de seu governo ganharam notoriedade a nível nacional, conforme evidenciou Luís-Sérgio Santos, na biografia “*Parsifal: um intelectual na política*” (2017).

Neste livro de Luís-Sérgio Santos, o autor cita uma reportagem feita pela revista *O Cruzeiro*, em 1961. Segundo ele “a mais poderosa mídia impressa do país à época estampou a mais alentada reportagem sobre as ações do governo do Ceará” (SANTOS, 2017, p. 79). O título da reportagem era “*Ceará em busca da recuperação econômica*”, e trazia um elogio à gestão do então governador, enaltecendo as metas que vinham sendo alcançadas, no que diz respeito à eletrificação; rodovias e pavimentação; Porto de Mucuripe; funcionalismo; plano da produção; educação e saúde; e assistência social.

**Figura 4** – Parsifal Barroso recebendo JK, em Fortaleza, durante seu governo



Fonte: Imagem extraída do livro *Parsifal: um intelectual na política* (SANTOS, 2017, p. 418)

**Figura 5** – Parsifal abraça JK sob o olhar de José Martins Rodrigues, em 19 de novembro de 1958



Fonte: Imagem extraída do livro *Parsifal: um intelectual na política* (SANTOS, 2017, p. 423)

Em contrapartida, Vieira (2002, p. 219-220) traz uma outra perspectiva acerca do governo de Parsifal. Segundo esta autora, a gestão de Parsifal “é agitada, sendo assinalada por crises políticas que expressam as divergências entre forças de esquerda e de direita, [...]”. Sua administração teve características semelhantes à anterior”, ou seja, de persistência de formas políticas tradicionais. Ainda segundo Vieira (2002), alguns fatores novos só viriam a surgir no governo seguinte, o de Virgílio Távora, que é “quando o Ceará ingressa numa fase de modernização conservadora” (*Ibidem*, p. 200).

Direcionarei o foco, a partir deste ponto, para o exame do cenário educacional cearense, no dado período. Sendo assim, diante da ausência de dados estatísticos sobre a realidade escolar cearense no período compreendido durante a gestão do governador Parsifal Barroso (1959-1963), e para a pesquisa não ficar limitada aos discursos de gabinete, pretendo,

então, apresentar a seguir algumas informações com base nos dados extraídos do levantamento realizado por J. Moreira de Sousa (1961) para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, do Ministério da Educação, referentes ao sistema educacional cearense, no ano 1959, ou seja, no primeiro ano de governo de Parsifal Barroso. Interessa para esta pesquisa compreender como se delineava o cenário da educação cearense, no dado momento da criação da BPMCA. Por isso, tal contribuição é válida, pois revela, à exemplo da pesquisa de Marcílio (2016), mesmo que minimamente, a realidade concreta da educação do estado, distanciando, de certa forma, o olhar dos discursos oficiais, focalizando-o no que denominamos, popularmente, de “chão da sala de aula”.

Sobre a educação primária, o autor evidencia que as escolas cearenses estavam distantes de apresentar um mínimo necessário para atender as crianças com a qualidade devida. O estudo é amplo, pois o pesquisador aborda detalhadamente sobre a organização das classes, dos programas, horários, frequência e dos livros adotados. Contudo, em virtude da limitação desta pesquisa, vale ressaltar apenas que, foram 100 estabelecimentos de ensino visitados por ele, dentre grupos escolares, escolas reunidas e isoladas, sobretudo, na capital. No que concerne às escolas do interior, o autor revela que elas

apresentam aspecto muito mais desolador. São construções, cujas dependências acanhadas, sombrias, estão longe de facilitar o papel socializador da Escola Primária. Constatamos graves deficiências, não só quanto às condições higiênicas e aparelhamento escolar, propriamente dito – instalações, mobiliário, material didático – como quanto à organização mesma do sistema escolar – currículo, horários, programas, métodos e processos de ensino. (SOUSA, 1961, p. 102. Manteve-se a grafia do autor).

No tocante ao ensino secundário, o pesquisador ressalta que existiam na época, 93 estabelecimentos, sendo 32 na capital e 61 no interior. Sendo que dos 140 municípios, incluindo a capital apenas 38 possuíam escolas com ensino secundário. Maranguape, por exemplo, de acordo com esse levantamento, possuía somente 2, no ano 1959, os quais eram: o Ginásio do Instituto Santa Rita e o Ginásio Anchieta<sup>37</sup>. Outro dado evidenciado foi a questão da evasão, dos 44% que iniciavam o curso secundário, somente 11% terminavam o ginasial. Na tabela a seguir, além de apresentar o fenômeno da evasão, é possível perceber que no ano de 1959, havia 23.189 estudantes matriculados, que estavam distribuídos da seguinte forma:

---

<sup>37</sup> No tópico 3.3. deste capítulo, abordarei o contexto educacional maranguapense junto à história da criação da BPMCA.

**Tabela 1 – Quantidade de alunos matriculados no Ensino Secundário no Ceará, em 1959**

GINASIAL				COLEGIAL			TOTAL
19.268				3.921			
1º	3º	2º	4º	1º	2º	3º	
6.541	5.315	4.096	3.316	1.883	1.175	863	<b>23.189</b>

Fonte: Dados extraídos do livro *Sistema educacional cearense*. (SOUSA, 1961, p. 233).

Em relação à condição do ensino supletivo no Ceará, o pesquisador denuncia que, no dado momento em que foi analisado, a situação mostrou ser

tremendamente caótica; matriculam-se, com adultos, crianças em idade escolar; não existem programas específicos; falta direção planejada; não existem objetivos, nem se sabe para que existe o Serviço de educação de Adultos. Professorado leigo, mal pago, inculto, admitido segundo interesses dos políticos mais influentes, entre os quais se encontram deputados federais; desperdício de dinheiro; descrédito da administração pública, em matéria de educação popular. Não se alcançou, até hoje, pelo menos, no Ceará o que se pretendeu, ao ser lançada a Campanha de Educação de Adultos [...]. (SOUSA, 1961, p. 305. Manteve-se a grafia do autor).

Vale ressaltar que nos anos seguintes, sobretudo em 1961 com a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), por exemplo, tendo à frente o educador Paulo Freire, diversos esforços no âmbito nacional foram feitos no intuito de mudar esse quadro, que não era uma realidade apenas do Ceará, mas em diversos outros estados do país.

E, por fim, o estudo contemplou também a questão envolvendo o ensino normal no estado, cujo panorama se caracterizava da seguinte forma:

Atualmente, existem no Estado dois tipos de Escolas Normais: o de Curso Normal Comum, representado pelo “Instituto de Educação Justiniano de Serpa”, com três séries anuais, posteriores ao Ginásio ou a cursos equivalentes a este, e 33 Escolas Normais particulares, sob regime de reconhecimento, sendo 16, na Capital e 17, no interior; e o de Ensino Normal Rural, cujos estabelecimentos estão localizados no Interior, abrangendo 19 unidades, sendo uma delas a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, pioneira do gênero, no Brasil, hoje funcionando como instituto padrão, pertencente ao governo do Estado. (SOUSA, 1961, p. 170).

A partir do trecho supracitado, é possível perceber que havia no período investigado diversas escolas normais no Ceará, sendo sua maioria particulares. No entanto, muitas foram as

problemáticas identificadas pelo pesquisador, no que tange à questão do ensino normal, que envolviam desde o corpo discente, o professorado, os prédios e equipamentos, os currículos e programas e os procedimentos didáticos. No que se refere a esse último aspecto, especificamente, o autor evidenciou o abismo entre a teoria e a prática, pois de acordo com a pesquisa, as metodologias ativas aprendidas, não refletiam as práticas dos mestres que se limitavam apenas a expor os conteúdos.

Por fim, é possível perceber que ao mesmo tempo que se ecoava em todo o país o discurso da modernização do ensino, na realidade concreta da escola brasileira, e da cearense especificamente, vimos que as transformações foram se dando a passos lentos, de modo que em muitos lugares a situação permanecia caótica, precária.

Logo, com base nos dados extraídos do levantamento realizado por J. Moreira de Sousa (1961), e após a exposição de uma breve contextualização, com ênfase para o panorama educacional do país, é possível ter um entendimento, mesmo que em linhas gerais, acerca do tempo e lugar que se constituiu pano de fundo, ou seja, cenário para a história investigada, no ano em que se projetou a criação da BPMCA, em Maranguape.

Assim sendo, de posse desses esclarecimentos, é chegado o momento de apresentar ao leitor, no tópico seguinte, os sujeitos-atores que, imersos neste contexto histórico supracitado e, sobretudo, na realidade educacional que vigorava no país, no dado período, protagonizaram a gênese da BPMCA, na intenção de dar início a um novo tempo no que concerne à cultura e à educação dos maranguapenses. Traçarei, portanto alguns aspectos da vida e da trajetória de cada um deles, a fim de compreender posteriormente, e se possível for, as significações utilizadas nas ações contidas na proposta de criação da referida biblioteca.

### **3.1. Personagens: sobre os sujeitos-atores**<sup>38</sup>

#### ***3.1.1. Antonio Botelho Câmara: o idealizador***<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> A sequência das apresentações segue a ordem com a qual esses sujeitos-atores foram surgindo mediante à história da criação da BPMCA.

<sup>39</sup> Para a escrita desse tópico foram consultados as seguintes fontes: o pronunciamento escrito pelo ilustre José Bonifácio Câmara, abordando o tema “Os Câmaras de Maranguape”, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, em 1986, e disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1986/1986-OsCamaradeMaranguape.pdf> Acesso em 22 de janeiro de 2020; a *Revista do Instituto do Ceará* - ANNO XCVI –

Antonio Botelho Câmara foi filho de Álvaro Correia Câmara e Didier Botelho Câmara, e representou a união de duas famílias renomadas de Maranguape, haja vista que teve como avôs: o Miguel Alves da Silva Câmara (avô paterno), e Antonio Botelho de Sousa<sup>40</sup> (avô materno), dois grandes nomes que deram origem a família Câmara e Botelho, respectivamente, na história do município. Antes de apresentar dados acerca da vida do ex-prefeito de Maranguape, é importante traçar algumas considerações prévias acerca de suas raízes familiares a fim de compreender aspectos de sua vida e trajetória política.

Miguel Alves da Silva Câmara, nasceu em 24 de outubro de 1857, radicou-se em Maranguape, tornando-se tronco da família Câmara no referido município. Homem ligado à terra, era proprietário da Fazenda “Ferros”, em Quixeramobim, e do sítio “Jubaia”, em Maranguape. Casou-se com Porfíria Correia da Silva Câmara, com quem teve cinco filhos, sendo um deles Álvaro Correia Câmara, que de acordo com José Bonifácio Câmara, teria sido o responsável pela contribuição que a família Câmara deu à política cearense.

Antônio Botelho de Sousa, por sua vez, foi um coronel, considerado um dos representantes do coronelismo em Maranguape, filho de Jacinto de Sousa Aguiar e de D. Maria Jacinta da Conceição Botelho, ambos portugueses, naturais de Açores. De acordo com Juarez Leitão (2009, p. 290), ele era “considerado um chefe, no sentido mais austero da palavra, fazia-se respeitar por sua bravura e pela capacidade de comando em seu município tornando-se uma personagem famoso no relato do coronelismo do Ceará”. Foi produtor rural, pecuarista, agricultor, além de bem sucedido exportador de laranjas para a Inglaterra. Construiu em cooperação com o Governo Federal os açudes de “Botelho” e “Jericó”. Foi Deputado Estadual por Maranguape, eleito em 1916, e reeleito seguidamente até 1930. Ocupou várias funções na Mesa Diretora, e nas Comissões foi escolhido por seus pares Presidente da Assembleia Legislativa em 1920 e reconduzido em 1922 (LEITÃO, 2009).

---

1982, especificamente a seção “dados e fatos para a história do Ceará”, de 1962, escrito por João Hipólito Campos de Oliveira, disponível no link <https://www.institutoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1982/1982-DataseFatosparaHistoria.pdf> Acesso em 22 de janeiro de 2020; e os livros *Maranguape*, de Juarez Leitão (2008), e *Maranguape: sua gente sua história, uma cronologia*, de Alfredo Marques (2006).

<sup>40</sup> Em alguns escritos, a grafia se altera, sendo possível encontrar também como Antonio Botelho de Souza.

A seguir, reproduzo uma imagem tirada do jornal cearense, *O Libertador*, em sua edição do dia 07 de janeiro de 1890, contendo uma menção a essas duas personalidades:

Figura 6 – Menção ao Miguel Alves da Silva Câmara e Antonio Botelho de Sousa, no jornal *O Libertador*, de 1890.



Fonte: site memoria.bn.br<sup>41</sup>

A importância de inserir tal registro neste trabalho é mostrar que os avôs de Antonio Botelho Câmara, ao serem mencionados no referido jornal, órgão do centro republicano, revela que eram cidadãos influentes do município de Maranguape, no seu tempo, haja vista que a menção diz respeito a um ofício expedido à Tesouraria da Fazenda contendo cópia dos contratos celebrados pelo director das obras de socorros de Maranguape com os cidadãos Miguel Alves da Silva Câmara, João de Hollanda Cavalcante, Antônio Botelho de Souza e Francisco Xavier Moreira de Souza, para o transporte de gêneros do respectivo armazem central para diversos pontos da comarca. Infelizmente, não foi possível localizar imagens e fotografias de Miguel Alves da Silva Câmara, por isso, abaixo, inseri apenas uma imagem, à guisa de ilustração, de Antonio Botelho de Sousa. Contudo, o intuito é evidenciar o papel de influência que esses homens tiveram na vida e na trajetória política de Antonio Botelho Câmara:

<sup>41</sup> Disponível no link: [http://memoria.bn.br/pdf/229865/per229865\\_1890\\_00004.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/229865/per229865_1890_00004.pdf) Acesso em 22 de janeiro de 2020.

**Figura 7** – Coronel Antonio Botelho de Sousa (o avô)



Fonte: Imagem extraída do livro *Maranguape* (LEITÃO, 2009, p. 290)

Diante disso, e sob a influência dos feitos e dos exemplos desses homens, foi que Antonio Botelho Câmara deu continuidade a história política da família em Maranguape, assumindo a prefeitura em 25 de março de 1959.

Antonio Botelho Câmara, ainda jovem, estudou agronomia, ao mesmo tempo que ajudava no trabalho da família. Em 1947, é eleito vereador de Maranguape com 337 votos pela coligação PSD/PSP. Em 1950, novamente candidato, Antonio Botelho Câmara obteve 408 votos, ficando na segunda suplência para vereador pela mesma coligação. Em 1954 é eleito vereador, sendo o quarto mais bem votado.

Considerando este contexto maranguapense, por volta da década de 1950, é interessante refletir sobre um material que foi publicado no jornal *Correio do Ceará*, em 22 de outubro de 1957, um ano antes de Antonio Botelho Câmara pleitear o cargo de prefeito da cidade. O material se refere à carta do senhor Francisco Nunes, um maranguapense residente na Rua Chui, 183, em São Paulo, direcionada ao Redator dos Diários Associados, e foi publicada no

referido jornal com o título “Maranguape, essa pobre cidade abandonada”<sup>42</sup>. Diante da importância desse registro para a contextualização histórica da cidade, no dado período, reproduzo a carta em sua íntegra:

Permita que eu dê públicas minhas impressões de Maranguape, que há pouco visitei, após uma ausência de 32 anos. Vim rever os locais da minha mocidade em Maranguape – Que decepção! De novo só encontrei o jardim público com árvores morrendo e um ralo capim burro, como gramado. As ruas com uma pavimentação de pedra bruta estragadíssimas são as mesmas de outrora, nada melhorado. A estrada que liga à Pirapora num horror de abandono e a que vai para o Gavião calçada, mas em grande parte cheia de buracos. E me disseram que foi feita por particulares...O mercado é o mesmo que deixei, piorado em velhice e sujeira, pois o zinco que o cobre abre-se em brechas centenárias. E as bancas sujas onde fazem comidas de cambulhada com panelas, fogareiros, carvões, bichos vivos e moscas a granel. Tudo caindo de velho. Procurei um hotel na cidade e não encontrei, e restaurante só mesmo o do mercado que é daquele jeito. A noite a escuridão total domina as ruas e as casas, pois o motor, me disseram, acabou-se de tanto mexerem nele nas horas de luz, de 6 às 10 da noite! Fui visitar o Cemitério e os caminhos esburacados e cheio de valas quase não permitia a passagem do carro aos solavancos. Que pobreza, numa cidade aos pés da Capital! Uma maternidade no meio de uma praça pública joga sujeira para a rua... numa afronta a higiene que não há. Pelo que soube, Maranguape é hoje um município dos mais ricos do Estado, com uma sede nesse abandono inexplicável. Disseram-me que a Prefeitura arrecada 3 milhões de cruzeiros e com uma cota de um milhão de cruzeiros chega a 4 milhões anuais e não se vê nenhum melhoramento na cidade. Para mim ele regrediu nesses últimos 32 anos. Onde estão os homens de minha terra? Uma cidade em cima da Capital, que envergonha quaisquer visitantes, parecendo estar num sono profundo e infeliz, há centenas de anos atrasadas – Sem luz, sem água, sem mercado, sem estradas, sem colégios, sem hotéis, sem nada que signifique avanço de progresso minha terra parou num passado que causa pasmo. E ao voltar para o sul eu me pergunto se é mesmo a terra que assim ficou ou se os homens é que esqueceram o dever de um princípio democrático: o espírito público. (NUNES, 1957 *apud* MARQUES, 2006, p. 226-227).

Em contrapartida, Belo da Mota (1951), ao escrever sobre Maranguape no início da década de 1950, traz uma outra perspectiva, conforme é possível perceber no trecho a seguir:

De 1930 para hoje, a cidade foi modificada em seu aspecto urbano com melhoramentos que muito a aformosaram. Um jardim moderno foi construído no lugar da velha avenida, e nele inaugurada, em 1947, uma estátua de Capistrano de Abreu, [...] quase tôdas as ruas foram calçadas, sob limites de meios-fios de pedras, e os passeios nivelados, oferecendo uniformidade. Foram construídos novos edifícios públicos, como os dos Correios e Telegrafos, a Maternidade Olinto de Oliveira, o Grupo Escolar Capistrano de Abreu, o prédio da Coletoria Estadual, o Abrigo dos Pobres, os prédios de S. Vicente da paróquia, e o da confraria do mesmo nome, e, na serra, no local do antigo hotel Pinheiro, o edifício do Balneário Pirapora, grande hotel para turistas. (MOTA, 1951, p. 31-32).

---

<sup>42</sup> Tentei localizar o registro no referido jornal do período, nos acervos da Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel, bem como do Instituto do Ceará, mas em ambas instituições, este jornal referente ao mês de outubro de 1957, especificamente, não constava no arquivo para consultas, fui informada pelos funcionários que ele estava indisponível para manuseio e pesquisas. Sendo assim, diante dessas circunstâncias, e dada a importância desse registro para a contextualização histórica da cidade na década de 1950, inseri a carta conforme está transcrita no livro de Alfredo Marques (2006, p. 226-227).

Como se vê, são duas percepções distintas sobre o mesmo período. De modo que, não há como saber, ao certo, se houve ou não exageros no primeiro depoimento, ou atenuação no segundo. O fato é que, tais registros, trazem diferentes olhares sobre a década de 1950, período que interessa a essa pesquisa. O primeiro registro, publicado no jornal da época, consiste num profundo desabafo de um antigo morador do município que, ao retornar, se espanta com a realidade encontrada, achando necessário, por isso, externar seus sentimentos de tristeza e revolta pela situação degradante de Maranguape através de uma carta-denúncia. O segundo, por sua vez, de acordo com o próprio autor, é “uma visão do que realmente houve” (MOTA, 1951, p. 02).

Se partirmos da carta, especificamente, e das imagens que ela suscita acerca da realidade social maranguapense no ano de 1957, fica fácil compreender a proposta de Antonio Botelho Câmara, ao concorrer ao cargo de prefeito, em 1958. Durante sua candidatura, ele discursava sobre trazer progresso para o município, criando, por isso, um plano de governo intitulado “ABC do desenvolvimento”. Nesse sentido foi que, se deu, em 1959, sua eleição para prefeito de Maranguape (fato que viria a se repetir em 1966) pela coligação UDN/PSP com 4.487 votos, tendo como vice-prefeito Luís Girão que obteve menos votos, 4.360, porque na época se votava especificamente para vice prefeito.

Em 1959, logo após assumir o cargo de prefeito de Maranguape, ele funda a *Associação dos Amigos do Progresso de Maranguape*, “entidade de caráter assistencial, hospitalar, educativa, cultural e recreativa que propugna pela saúde, educação: bem-estar da população do município, inclusive seus distritos” (MARQUES, 2006, p. 235).

Pouco se há de registros sobre a história de sua administração, mas na comunidade e na lembrança daqueles que conviveram com ele ainda há a presença de memórias importantes pra história da cidade, conta-se que ao pleteiar o cargo de prefeito, ele trazia como proposta basilar um plano de desenvolvimento para Maranguape, que visava a construção da cidade, por meio da pavimentação das ruas (haja vista que no período as ruas eram permeadas de animais, porco, gado, não havia calçamento), da construção de escolas, hospitais (criou o Hospital Albaniza Sarasate), de melhorias na iluminação da cidade, dentre outras medidas. A seguir, o leitor verá algumas fotos de Antônio Botelho Câmara em atividade:

**Figura 8** – Sr. Antonio Botelho Câmara, (1959-1963).



Fonte: Arquivo pessoal da família

**Figura 9** – Sr. Antonio Câmara (*no centro*), na solenidade de abertura da II Exposição Agropecuária Industrial de Maranguape, em 16 de outubro de 1961.



Fonte: Arquivo pessoal da família

Durante seu primeiro mandato, algumas ações foram empreendidas no intuito de melhorar o serviço de abastecimento d'água da cidade (1959); implantar o serviço telefônico da cidade (1959); houve a construção de várias escolas rurais nas povoações de Umarizerias, Retiro, Tanques, Ladeira Grande e Cachoeira (1960); organizou-se uma sociedade de economia mista para explorar o serviço de energia elétrica do município - Cia. Melhoramentos de Maranguape (1960); houve a construção do Hospital Albaniza Sarasate (1961); Convênio firmado entre a

Missão Rural de Maranguape e o Ministério da Agricultura, iniciando curso<sup>43</sup> intensivo de treinamento de professores do município (1961); aquisição de verbas a instalação da Agência do Banco do Brasil na cidade (1961), também para implementar escolas radiofônicas, por meio do Serviço de Rádio de Difusão Educativa, do Ministério da Educação e Cultura (1961); recebeu investimentos para a construção do Ginásio Industrial (1961); houve a inauguração do Grupo Escolar Clóvis Monteiro (1962); a inauguração da unidade sanitária da Fundação Especial de Saúde Pública (1962); e no final de 1962, é inaugurado o novo serviço de energia elétrica na cidade (1962).

Possivelmente, tenham sido estas as razões de Antonio Botelho Câmara ter recebido juntamente com Francisco Castelo de Castro, em 02 de fevereiro de 1962, pelos “Diários Associados”, o prêmio de 1º lugar na categoria “melhor prefeito do ano de 1961”<sup>44</sup>, em âmbito estadual, pelo seu empenho à frente da causa de Maranguape. Fato lembrado por ele durante a realização da entrevista.

#### ***4.1.2. Jehovah Motta: um mediador intelectual***<sup>45</sup>

Jehovah Motta nasceu em Maranguape (CE), no dia 12 de fevereiro de 1907, filho de Clodoaldo Mota e de Rita Machado Mota. Era sobrinho do historiador e escritor Capistrano de Abreu. Para Juarez Leitão (2009, p. 288), ele foi “um dos maiores líderes políticos e homem de cultura de seu tempo”. Para Alfredo Marques (2006, p. 114), ele era homem de “sólida cultura sociológica”. A seguir trarei, com base em seu texto autobiográfico, alguns traços concernentes a vida e trajetória da carreira de Jehovah Motta, sobretudo, no tocante às suas experiências educacionais, seu envolvimento político e cultural no campo do ensino, para, então, compreender seu envolvimento na criação da BPMCA.

---

<sup>43</sup> O curso constava de noções gerais de pedagogia, higiene, recreação, agricultura, relações humanas, biblioteca, cooperativismo escolar, etc. (ALFREDO MARQUES, 2006, p. 245).

<sup>44</sup> Revista do Instituto do Ceará - ANNO XCVI – 1982, seção: Dados e fatos para a história do Ceará referentes ao ano 1962. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1982/1982-DataseFatosparaHistoria.pdf>

<sup>45</sup> Além do texto autobiográfico, algumas informações acerca da carreira de Jehovah Motta foram extraídas da página oficial da Fundação Getúlio Vargas, destinada à biografia de personalidades públicas: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/mota-jeova> . Acesso em 22 de janeiro de 2020.

Aos 11 anos de idade, ele matriculou-se no Colégio Militar do Ceará a fim de cursar o ensino secundário. De acordo com sua autobiografia, ele foi um “menino muito quieto e tímido” (MOTTA, s.d, p. 35), que sentiu fortemente o impacto das mudanças ocorridas em sua rotina ao adentrar no regime de internato do colégio militar.

Nesse período de sua vida, especificamente, e como uma válvula de escape para lidar com as novas experiências do período de adaptação na nova escola, surgem, no menino Jehovah Motta, o gosto pela leitura e um interesse nascente pelos acontecimentos políticos. Conforme é possível evidenciar no relato abaixo, transcrito de autobiografia:

Ao que me lembro foi a partir do 4º ano, em 1922, que os livros passaram a ser para mim uma obsessão. Passei a ler tudo o que ia vindo às minhas mãos, sem qualquer plano ou direção, sobretudo livros de literatura. Lia no recreio, nas “salas de estudo”, até durante as aulas. Quando o professor não era muito atento eu, e alguns outros, aplicávamos uma engenhosa técnica de disfarce e, com toda a aparência de estarmos acompanhando suas aulas, na verdade estávamos mergulhado na leitura de José de Alencar, Machado de Assis, Eça de Queiroz. De uma feita, enquanto o professor de Português se afatigava em expor regras de gramática, eu me entregava à leitura de Camões. [...] Noutra ocasião fugi de uma formatura, me escondi na Biblioteca para não deixar a leitura de “O caçador de Esmeraldas”. Pela vida afora foi sempre assim. (MOTTA, s.d., p. 36).

Tal fragmento revela o início da relação entre o menino Jehovah Motta e os livros. Muitos anos após tais acontecimentos, e ao trazer à memória sua paixão pelos livros na adolescência, Jehovah Motta faz a seguinte reflexão:

Pena é que, de leituras tantas, e tão continuadas, pelo seu desconexo e sua falta de sistema, não tenham resultado frutos melhores. Fico eu a pensar se o que falta no ensino brasileiro, nos currículos, não seja uma disciplina sob o título: “leitura”, onde os jovens aprendessem coisas como “o que ler”, “por ler” e “como ler”. (MOTTA, s.d., p. 36).

Em 20 de janeiro de 1928, Jehovah Motta é declarado Aspirante a Oficial, e como consequência direta, viajou para a cidade de São João d’el Rei, em Minas Gerais, à serviço do 11º Regimento de Infantaria, onde vivenciou outras experiências interessantes no espaço da biblioteca. Desta vez, não apenas como leitor, mas como organizador, em um trabalho extra que fazia voluntariamente no intuito de lidar melhor com as emoções suscitadas pela saudade oriunda de sua nova realidade, morando distante do Ceará.

Disseram que a Biblioteca estava sem encarregado, logo pedi ao Coronel –Comandante a minha designação para esse lugar. Soube que a escola Regimental, que funcionava à noite, para a alfabetização dos recrutas, comportava o trabalho de um oficial supervisor. Consegui ser nomeado para esse mister. [...]. Pela primeira vez os livros – a minha paixão – me apareciam não para serem lidos, mas para serem tratados, ordenados, vamos dizer para serem mimados. Encontrei-os em péssima situação, jogados a esmo nuns armários que, por sua vez, estão jogados num desvão que recebia pouca luz

e pouco ar. Muito cuidei deles, os coitadinhos! Um dia o Coronel-Comandante perguntou-me: como vai a sua Biblioteca? Respondi-lhe: - Não vai bem, Comandante. Há poucos livros e nenhum leitor. E ele, com certa ironia: - E como conseguir leitores? Retruquei: - Com duas providências: melhorar as coleções e arranjar um lugar menos escondido para colocá-los. Acho que, a partir desse diálogo, o Comandante me levou mais em conta e me ajudou eficazmente a fazer daquela amostra de livros uma pequena biblioteca. (MOTTA, s.d., p. 43).

Este trecho, extraído da memória de Jehovah acerca de sua experiência com o espaço da biblioteca, e aliado às lembranças anteriormente citadas sobre a sua paixão pela leitura e o amor pelos livros, nos fornecem alguns indícios fortes sobre as possíveis motivações que o teriam levado a colaborar com a história da criação da biblioteca pública de sua terra natal, estando, por isso, estreitamente vinculado ao propósito desta pesquisa.

Por volta da década de 1920, Jehovah Motta passa a se interessar também pela leitura de jornais, atitude que colabora para o seu engajamento político e cultural. Tal como ele relata:

Também foi pelas alturas de 1922 que comecei a interessar-me pela leitura de jornais e, através deles, a acompanhar a vida política do país. Lembro-me de como minha atenção foi chamada para as atividades parlamentares [...]. O que me ocorreria depois, a partir de 1930, tem suas raízes longínquas naquelas leituras e jornais tão distantes. (MOTTA, s.d., p. 36-37).

A década de 1930, para Jehovah Motta, foi o apogeu de seu engajamento político. Não há como incluir nesse tópico todos os envolvimento que ele teve com diferentes personalidades, tais como: o tenente Severino Sombra, Padre Hélder Câmara, Plínio Salgado, e nem é a pretensão deste trabalho relatar todas as ações de cunho político e cultural realizadas por ele, como por exemplo, sua participação na criação da Legião Cearense do Trabalho – LEC (movimento trabalhista baseado em um programa nacional-socialista, que obteve apreciável penetração no proletariado), ou da Ação Integralista Brasileira – AIB.

Ao pesquisar sobre sua vida, localizei no site da Biblioteca Nacional, especificamente na seção da hemeroteca digital, várias edições do jornal *A Razão*, datadas dos anos 1936 e 1937. E que, para a minha surpresa, traz o nome de Jehovah Motta como diretor do periódico, conforme evidenciamos nas imagens a seguir:

Figura 10 – Edição do jornal *A Razão*, de 21 de outubro de 1936.



Fonte: Site da Biblioteca Nacional

Figura 11 – Edição do jornal *A Razão*, de 30 de janeiro de 1937.



Fonte: Site da Biblioteca Nacional

De acordo com Barbosa (2017), ao discutirem sobre a imprensa integralista como órgão de educação ideológica, afirmam que a rede de propaganda integralista se utilizava de vários meios para divulgar sua ideologia e propaganda política, tais como jornais, livros, do cinema e do rádio. Dentre os jornais da época que seguiam esse propósito, Barbosa cita: *O*

*Imparcial*, da Bahia, *A Offensiva*, do Rio de Janeiro, *A Razão*, de Fortaleza, *A Cidade*, de Recife, e *Acção*, de São Paulo (BARBOSA, 2017).

Acerca desse seu engajamento político, bem como sobre esse momento de sua vida, Jehovah Motta diz o seguinte, em sua autobiografia:

Como que bloqueado como deputado, derivei para a propaganda e a organização da Ação Integralista. A fundação de novos núcleos, a doutrinação dos antigos, a organização de cursos de conscientização e de técnica sindicais passaram a consumir o melhor do meu tempo. A partir de 1936 foi tomando corpo, em mim, um conjunto de dúvidas e de críticas ao Integralismo, nos seus aspectos doutrinários. Um fato psicológico que foi crescendo gota a gota, mas ininterruptamente. Mudaria eu, ou mudaria o mundo? Acredito que ambos estávamos mudando. Aos poucos foi ocorrendo o meu amadurecimento político, e comecei a penetrar na verdadeira substância dos fenômenos fascistas e hitleristas. Fui compreendendo a natureza reacionária e patológica desses movimentos. Eles me surgiram afinal como na verdade são, ou foram: fatos anti-históricos, sem qualquer mensagem para o futuro. Isso para a Europa, para o Brasil com mais forte razão. Quando me dei conta disso, eu não estava fazendo restrições e críticas a esta ou aquela personalidade do Integralismo, eu estava negando os seus fundamentos teóricos, eu estava sendo fiel e regressando à minha natureza eminentemente democrática. Diante desse quadro desliguei-me da Ação Integralista Brasileira, e a este gesto juntei um outro: renunciei à minha cadeira na Câmara dos Deputados. Estávamos vivendo 7 de julho de 1937. (MOTTA, s.d., p. 73).

E assim se sucedeu e, posteriormente, finalizou o intenso percurso político de Jehovah Motta à frente de funções parlamentares, lideranças partidárias, e também do jornal *A Razão*. Sua atuação e engajamento político podem até ter desaparecido, mas para desenvolver nele uma nova preocupação: a educação.

Em 1954 Jehovah Motta foi promovido a coronel. Reintegrado ao Exército, assumiu o comando do 18º Regimento de Infantaria, no Rio Grande do Sul, em 1955, exercendo-o até o ano seguinte. Ainda em 1956 assumiu a Diretoria Geral do Ensino, cargo que desempenhou até passar, em março de 1962, para a reserva. Jehovah Motta relembra com alegria seu tempo de atuação no cargo de Diretor Geral do Ensino, conforme expresso no seguinte trecho extraído de sua autobiografia:

Eu vinha muito motivado. Em parte os êxitos do 18º Regimento de Infantaria me estimulavam. De outra, na Diretoria de Ensino ia reencontrar assuntos e problemas prediletos, meus conhecidos desde o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo. Vinha eu tratar de antigas questões referentes ao ensino, mas agora num quadro mais amplo e em nível mais elevado. Entreguei-me ao trabalho com fervor. Para começar e, visando aparelhar-me o melhor possível para as novas tarefas, resolvi tirar o Curso de Técnica de Ensino, onde eram estudados problemas de Pedagogia, de Didática e de Administração Escolar. Eu, com meus bons 50 anos, sentia-me feliz, sentando-me, como aluno e colega, ao lado de jovens capitães e professores. Foram seis meses de

prazer intelectual e de revigoração de convicções e de compreensões. (MOTTA, s.d., p. 85).

Jehovah Motta dedicou-se a intensas pesquisas, participou da reedição da revista “Subsídios Pedagógicos”, realizou vários seminários, reunindo professores e técnicos de ensino, para o debate de problemas que, no dado momento, interessavam às escolas do Exército. Em 1976, ele publicou o livro *Formação do oficial do Exército*. Sobre este episódio, Jehovah relembra:

Depois de construir e de plantar, escrever. Escrevi um livro sobre a história do ensino, no Exército, o que me obrigou a demoradas pesquisas, que se alongaram de 1963 a 1975. [...]. Na sua apresentação expliquei: Desde que me vi na Reserva, procurei aproveitar meus ócios numa pesquisa visando a mostrar como evoluiu o ensino de formação dos Oficiais do Exército, desde sua criação, em 1810, da Real Academia Militar. Trata-se de um ensaio e um debate de assuntos pedagógicos que, em essência, aborda a questão da estrutura intelectual da oficialidade brasileira (MOTTA, s.d., p. 82).

Em 1980, ele mudou-se para São João del Rei, permanecendo nesta cidade por quase toda a década de 1980. Durante sua estada nesta cidade mineira, ingressou no Instituto Histórico e Biográfico de São João del Rei tornando-se, posteriormente, seu presidente. Desempenhou esta função até 1987, quando retornou ao Rio de Janeiro, falecendo, em fevereiro de 1992, e deixando como legado, além de todas as suas contribuições no campo da cultura, política e educação, uma mensagem de humildade, no qual nos ensina que há sempre tempo para mudar, rever conceitos, aprender e evoluir, seja na aquisição do conhecimento, ou nada vida. A seguir, o leitor verá uma foto datada do Coronel Jehovah Motta, referente ao período em que esteve no comando do 18º Regimento de Infantaria (1955-1957), em Porto Alegre:

**Figura 12** – Coronel Jehovah Motta, (1955-1957)



Fonte: Site do 18º Batalhão de Infantaria Motorizado<sup>46</sup>

<sup>46</sup> Disponível no link: <http://www.18bimtz.eb.mil.br/eternos-comandantes-18> Acesso em 22 de janeiro de 2020.

Os questionamentos iniciais que nutriram a minha investigação acerca de Jehovah Motta, não foram de todo esclarecidos. Obtive êxito em saber sobre sua vida e contribuição como intelectual mediador, uma postura coerente, que corrobora com sua participação na criação da biblioteca de Maranguape. Contudo, ainda restava saber sobre a relação dele com o Sr. Antonio Botelho, se havia, na época, laços fortes de amizade, ou afinidades políticas que influenciaram o prefeito a elaborar o projeto para uma biblioteca pública na cidade, haja vista não ter encontrado, nessas leituras, nenhuma menção sobre a biblioteca de Maranguape, ou, ao menos, sobre o Sr. Antonio Botelho. Tais indagações só foram sanadas através da entrevista com o ex-prefeito de Maranguape, onde tive a oportunidade de perguntar acerca disso. Retornarei a esse ponto mais adiante, no tópico em que apresento o papel desempenhado por Jehovah Motta.

#### ***4.1.3. Capistrano de Abreu: o patrono***

Juarez Leitão, citando o poeta cearense Américo Facó, compartilha em seu livro o retrato de um soneto escrito sobre Capistrano de Abreu, e que estampa todas as biografias de um dos maiores historiadores brasileiro. Ei-lo a seguir:

*“Olhos semi-cerrados de quem poupa  
A luz dos próprios olhos... Indolente!  
Cabelos, barba de esfiapada estopa,  
Para trás, para os lados, para a frente.  
Uns ares filosóficos de gente  
A quem a vida vai de vento em popa:  
Liga mais ao passado que ao presente  
E liga à vida como liga à roupa.  
Calçado sem tacão, chapéu sem abas,  
Pobre, com aparência de usurário,  
E, ao mesmo tempo, de morubixaba:  
Tal esse é o Capistrano, o bem amado,  
Velho erudito, vivo dicionário  
Da História Pátria, mal encadernado...”*  
(FACÓ, Apud LEITÃO, 2009, p. 210)

Capistrano de Abreu, filho primogênito do Major Jerônimo Honório de Abreu nasceu em 23 de outubro de 1853, em Columinjuba, no município de Maranguape, que era, então província do Ceará. Desde muito cedo, ele apresentava um projeto de vida diferente daquele

almejado pelo pai, que queria que ele seguisse administrando os negócios da família, apresentou, conforme relata Jehovah Motta:

Capistrano tinha, também, sobre a sua vida, o seu projeto. E este o levava para rumos inteiramente diversos. Para ele nada de agricultura, nada de confinamento nos limites estreitos do mundo columinjubense. Ele era uma recusa peremptória a qualquer profissão ou ofício ligado aos aspectos materiais da existência. Sua vocação suprema e única, era o trato com os problemas do espírito. Seu mundo haveria de ser a livraria e a biblioteca, o estudo e o debate das idéias. (MOTTA, s.d., p. 12. Manteve-se a grafia do autor).

Capistrano cursou o ensino primário no interior, frequentou a escola do mestre Luiz Mendes, no povoado de Ladeira Grande, embora por pouco tempo, pois logo foi para a capital cursar humanidades. Em fins da década de 1860 estudou preparatórios no Recife, para ingresso na Faculdade de Direito, mas desistiu do projeto e regressou à Fortaleza, onde participou do movimento que empolgava parte da intelectualidade cearense, no dado período.

Em 1875, Capistrano transfere-se para o Rio de Janeiro, ajudado por personalidades da colônia cearense na Corte, como por exemplo, o escritor José de Alencar. Sobre este encontro entre os dois intelectuais, Juarez Leitão relata o seguinte:

Em 1874 o Ceará foi visitado por seu filho mais ilustre, o romancista José de Alencar. Ao tomar conhecimento da presença de Alencar na Província, Capistrano obteve com ele uma entrevista. A conversa que manteve com o escritor famoso foi de grande importância para o seu futuro. O ilustre homem de letras ficou impressionado com a erudição daquele adolescente, que discorria com desenvoltura sobre história, filosofia, literatura e ciência. E a impressão foi tanta que Alencar se deslocou pessoalmente ao sítio Columinjuba para pedir ao Major Jerônimo de Abreu que desistisse de querer transformar aquele talentoso rapaz num camponês e o mandasse imediatamente ao Rio de Janeiro, onde teria campo largo para desenvolver sua vocação intelectual. (LEITÃO, 2009, p. 214)

E foi o que, de fato, aconteceu. Com o apoio de José de Alencar, Capistrano tornou-se, rapidamente, colaborador na imprensa, revelando seus dotes de escritor. Em seguida, foi professor de português e francês no famoso Colégio Aquino e trabalhou na famosa Livraria Garnier, onde se aproximou definitivamente da elite intelectual. No entanto, foi a sua aprovação no concurso para a Biblioteca Nacional, em 1878, que permitiu aflorar sua vocação plenamente, colaborando, assim, na elaboração do Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, ano em que também se casou com Maria José Castro Fonseca, sua aluna de História, filha do Almirante Inácio Joaquim da Fonseca e da poetisa Adélia Josefina de Castro Fonseca, ambos baianos, com quem teve cinco filhos.

Em 1883, Capistrano presta concurso para o renomado Colégio Pedro II, a fim de conseguir a vaga para professor das disciplinas de maior prestígio da época: Coografia (também escrito Corografia) e História do Brasil. O tema de sua tese era “O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI”. Capistrano defendeu a tese diante do imperador e foi aprovado. Lecionou até 1899, quando a matéria foi extinta.

Em 1891 Capistrano fica viúvo e não se casa novamente. Sobre este episódio, há o seguinte relato no livro *Capistrano de Abreu: traços biográficos*, publicado pela Imprensa Oficial do estado do Ceará (1953),

[...] viúvo de temperamento misantrópico, esquisito, prosseguiu na sua carreira de homem todo leitura e pesquisas, para tornar-se na opinião de Silvio Romero “o maior erudito em assuntos brasileiros que até hoje tem existido”. Foi com efeito o Grande Mestre da História do Brasil, aquele que lhe deu maravilhosa soma de orientações, de novas descobertas, de novas verdades. Perfeito conhecedor nas línguas latina, francesa, alemã e espanhola, foi-lhe fácil consultar, interpretar e traduzir inúmeros documentos e livros, sôbre as coisas do nosso passado, principalmente as dos tempos coloniais. (CEARÁ, 1953, p. 07)

Além de sua dedicação à divulgação de importantes documentos para a historiografia nacional, Capistrano encarregou-se da missão de preparar a terceira edição da História Geral do Brasil, de Varnhagen. Em sua extensa bibliografia, ressaltam-se os estudos que dedicou aos três primeiros séculos da história brasileira, tanto os *Capítulos de História Colonial*, como *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil*. A seguir, insiro algumas imagens de Capistrano de Abreu:

**Figura 13** –Capistrano de Abreu, [s.d]



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional

**Figura 14:** Capistrano de Abreu caminhando, [s.d.]



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional

**Figura 15:** Assis Brasil, Capistrano de Abreu, Domingos Jaguaribe e um desconhecido, [s.d.]



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional

Capistrano de Abreu faleceu em 13 de agosto de 1927, aos 74 anos, no Rio de Janeiro. Vale ressaltar a referência feita ao legado de Capistrano, por Barão de Studart, em seu “*Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*, da edição datada do ano 1910:

Inumeros são os órgãos da Imprensa enriquecidos com sua colaboração; entre eles contam-se o *Maranguape*, *Constituição e Fraternidade no Ceará*, *Globo*, *Gozeta de Notícias* (durante anos seguidos), *Semana*, *Revista Brasileira* e *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro, os quaes tem disputado, e a bom preço, artigos de sua pena festejada. Nas columnas desses jornaes como nas de varios outros tem ele vivido a derramar com prodigalidade as luzes de seus conhecimentos literarios, a vasta sciencia, que possui, mormente em assumptos de historia pátria em que é considerado atualmente a nossa primeira autoridade. (STUDART, 1910, p. 421. Manteve-se a grafia do autor).

Face à sua relevância, e com base na excelência de seu legado, inúmeras homenagens foram, e continuam sendo feitas ao historiador, no Brasil e no mundo.

#### **4.1.4. Paulo Sarasate: um Deputado na história<sup>47</sup>**

Paulo Sarasate Ferreira Lopes nasceu na cidade de Fortaleza, Ceará, no dia 3 de novembro de 1903, filho do maestro Henrique Jorge Ferreira Lopes, “uma das mais notáveis expressões da arte musical do Ceará e do Brasil” (GIRÃO, 1992, p.113) e de Júlia Jorge Ferreira Lopes. Coursou o ensino primário no Instituto de Humanidades, dirigido, na época, pelo professor Joaquim Nogueira, e no Colégio Miguel Borges, hoje Colégio Castello Branco, concluindo os cursos preparatórios no Liceu do Ceará, em 1925.

No ano de 1930, bacharelou-se, pela Faculdade de Direito do Ceará. Sua primeira atividade foi no magistério primário, quando ainda aluno já fazia parte do corpo docente do Instituto de Humanidades. Na condição de recém-formado, foi inspetor federal de ensino. Acerca de sua trajetória antes de se dedicar, especificamente no campo da política, Valdelice Girão descreve:

Sua vocação para o *magistério* se solidificou quando, juntamente com o Dr. Antônio Filgueiras Lima, fundou, em 1938, o Colégio Lourenço Filho, do qual foi diretor. O brilho de sua inteligência e a sua ousadia viriam a refulgir na *imprensa* local, quando com o jornalista Perobyre Silva dirigiu o panfleto *A Farpa*, iniciativa que lhe custou muitas perseguições e dissabores. Continuou a mostrar talento jornalístico, redigindo com Demócrito Rocha, seu sogro, a revista *Ceará Ilustrado*, e foi ainda com Demócrito que em 7 de junho de 1928, fundou o jornal *O Povo*, do qual foi redator-chefe, diretor,

---

<sup>47</sup> Todas as informações para esta apresentação foram extraídas das seguintes obras: GIRÃO, Valdelice. **O Ceará no Senado**. Brasília: Senado Federal, 1992; FLEISCHER, David Verge. **Repertório biográfico dos senhores deputados, abrangendo o período de 1946-1967**. Brasília: Câmara do Deputados, 1981, p. 551-552; MARQUES, Alfredo. **Maranguape: sua gente sua história, uma cronologia**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006. E também da página oficial da Fundação Getúlio Vargas, destinada à biografia de personalidades públicas: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-sarasate-ferreira-lobes> Acesso em 20 de janeiro de 2020.

imprimindo-lhe feição moderna, técnica e inteligente. Mereceu destaque, também, no fórum local, como *advogado*. (GIRÃO, 1992, p. 113. Grifo meu).

Contudo, foi na Política que Paulo Sarasate mais se destacou. Foi fundador e membro do diretório da União Democrática Nacional (UDN) em 1945, obteve seu primeiro mandato parlamentar em 2 de dezembro do mesmo ano, quando foi eleito deputado federal pelo Ceará à Assembleia Nacional Constituinte. Participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Constituição (18/9/1946), passou a exercer o mandato legislativo ordinário. Combateu em plenário as revivescências do Estado Novo e, durante a legislatura, foi vice-presidente da Comissão Permanente de Legislação Social da Câmara dos Deputados. A seguir, Girão salienta alguns aspectos da postura de Paulo Sarasate quando fazia exercício da legislatura:

No Parlamento, demonstrou seu interesse pelos problemas de ordem social e econômica, quando usava a tribuna em defesa dos interesses do Nordeste, do monopólio estatal do petróleo, dos minérios atômicos e de eletricidade, bem como a participação dos empregados nos lucros das empresas, do funcionalismo público e dos problemas do inquilinato. (GIRÃO, 1992, p.114)

Em 3 de outubro de 1950, foi reeleito deputado federal pela UDN, iniciando seu mandato em 1º de fevereiro do ano seguinte. Durante a segunda legislatura, foi vice-presidente da Comissão de Finanças (1951-1954), integrou a Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados e foi relator do orçamento do Ministério da Educação elaborado por essa mesma comissão. Interferiu na elaboração e na fiscalização das leis que instituíram a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará (Codec) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), mostrando-se particularmente interessado nos problemas do polígono das secas. Apoiou a campanha desenvolvida entre 1947 e 1953 pelos partidários de uma solução nacionalista para a questão do petróleo. O movimento envolveu entidades e personalidades civis e militares, culminando com a aprovação da tese do monopólio estatal em outubro de 1953 e a consequente criação da Petrobras em abril de 1954.

Em 3 de outubro de 1954, apoiado pela coligação da UDN com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Republicano (PR), foi eleito governador do Ceará, derrotando o pessedista Armando Falcão. Sucedendo a Estênio Gomes da Silva, tomou posse em 31 de janeiro de 1955. No que se refere a esse período no qual Paulo Sarasate esteve à frente do governo do Ceará, Aberlado Montenegro opina afirmando que

atingia proporções inauditas. Distribuíam-se, na capital cearense, cartas que continham torpes acusações contra a honra de diversas famílias ... O Governador Stênio Gomes

secundava apelo dirigido pelo Arcebispo Metropolitano de Fortaleza aos candidatos Paulo Sarasate e Armando Falcão, no sentido de que ambos concorressem para a suavização da campanha eleitoral, que descambava para o terreno das retaliações pessoais e das descomposturas. (MONTENEGRO, 1980, p. 151)

Assim sendo, em meados de 1957, e de acordo com Girão (1992, p. 114), “por problemas de saúde, Paulo Sarasate não terminou sua gestão, passando o Governo ao Vice, Flávio Portela Marcílio. Todavia, há outras interpretações, como a do historiador Aroldo Mota (1985) que afirma dizendo que a renúncia de Paulo Sarasate ao governo do Ceará, se deu para se candidatar a deputado federal.

O fato é que, no pleito de 3 de outubro de 1958, ele foi eleito deputado federal na legenda da UDN, obtendo a maior votação dentro do partido, e iniciou o mandato em fevereiro de 1959, sendo reeleito para o mesmo cargo nas eleições de outubro de 1962, desta vez com a maior votação de todo o seu estado.

Na qualidade de Deputado Federal, que é o centro de maior interesse para esta pesquisa, Paulo Sarasate contribuiu significativamente para o desenvolvimento de Maranguape. No que diz respeito às suas contribuições no período da primeira gestão do prefeito Antonio Botelho Câmara, especificamente, dentre outras ações Paulo Sarasate: colaborou para a construção do açude Lagedo, destinado a fornecer água e energia elétrica para os Distritos de Itapebussú e Amanari. (1959); Obteve orçamento do Ministério da Educação e Cultura, uma verba de quatro milhões de cruzeiros, para a construção de um Centro de Educação Física, na cidade de Maranguape (1960); Representou a prefeitura de Maranguape a fim de firmar convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura para a construção do Grupo Escolar Clóvis Monteiro <sup>48</sup>(com quatro salas), e várias escolas rurais em diferentes distritos de Maranguape. No mesmo ano, chega à Maranguape o material obtido pelo Deputado para o aparelhamento das escolas, a saber, 52 volumes com 240 carteiras duplas, 480 cadeiras, 10 mesas para professoras, 10 armários, e 10 cestas para papel (1960); enviou à Maranguape, o engenheiro agrônomo Dr. Renato de Almeida Xavier, portando uma carta sua, informando que o motivo da presença do visitante era a realização de estudos para a instalação de uma Missão Rural em Maranguape. A instalação de uma Missão Rural havia sido uma reivindicação do município ao então Deputado (1960); No dia 30 de maio, representou a

---

<sup>48</sup> A inauguração desse Grupo Escolar ocorreu no dia 24 de março de 1962 (MARQUES, 2006).

prefeitura, a fim de celebrar acordo com a Campanha Nacional de Educação Física, do Ministério de Educação e Cultura, para a construção de um Centro de Educação Física no município de Maranguape, e nessa mesma data, ele também firma convênio com a Campanha Nacional de Educação Rural, do Ministério da Educação, no valor de Cr\$665.000,00 para o funcionamento de uma Missão Rural, no município (1960); Firmou convênio com o Ministério da Educação e Cultura, no valor de dez milhões de cruzeiros para a construção de um Ginásio Industrial em Maranguape, destinado a ministrar o ensino profissionalizante (1961); Entre outras ações.

Em 15 de novembro de 1966, Paulo Sarasate foi eleito senador pela Arena do Ceará, no entanto, não tomou posse. Faleceu em Fortaleza no dia 23 de junho de 1968, sendo substituído no Senado pelo suplente Valdemar Alcântara. Era casado com Maria Albaniza Rocha Ferreira Lopes, filha do jornalista e Deputado Federal Demócrito Rocha, que, depois da morte do marido, passou a dirigir o jornal O Povo, de Fortaleza.

Paulo Sarasate deixou algumas publicações, dentre elas: *Legítima Defesa*, 1933; *Porque Devemos Combater o Nazismo*, 1942; *O Problema do Nordeste em face da Constituição*, 1946; *A Constituição do Brasil ao Alcance de Todos*, 1967; *O Rio Jaguaribe é uma Artéria Aberta* (Bibliografia de Demócrito Rocha). 1968; *A Participação nos Lucros e na Gestão das Empresas*, 1968. A seguir, alguns registros fotográficos de Paulo Sarasate.

**Figura 16:** Deputado Paulo Sarasate, [s.d]



Fonte: Site de Lauriberto Braga

Figura 17: Paulo Sarasate juntamente com JK, por ocasião da inauguração do Açude Orós, no Ceará, em 11 de janeiro de 1961.



Fonte: Portal Laprovitera

Agora que o leitor já tem conhecimento acerca de alguns aspectos da vida e da trajetória dos sujeitos-atores que protagonizaram a gênese da BPMCA, focalizarei, no tópico seguinte, nas funções desses personagens no desenrolar da história, no papel que eles desempenharam no processo que deu origem a instituição, conforme ele foi acontecendo no decorrer da primeira gestão de Antonio Botelho Câmara (1959-1963), com ênfase para as significações utilizadas em cada uma das ações empreendidas.

#### **4.2. Funções dos personagens: sobre os movimentos que deram origem a criação da biblioteca**

Para esta tarefa, a qual me proponho, a de revelar os movimentos que deram início a BPMCA, no município de Maranguape, em 1959, evidenciando neles as significações inscritas nas “práticas e representações culturais” dos sujeitos-atores que os empreenderam, evoco como farol para as análises que se seguem, a perspectiva da nova história cultural, em especial a semiótica de Roger Chartier (1999a), me detendo mais precisamente no seu estudo *Bibliotecas sem muros*, em virtude de ter o autor, apresentado neste texto, de maneira mais didática, a aplicabilidade das noções de “práticas e representações culturais” numa pesquisa envolvendo o tema “biblioteca”. Por isso, tal estudo lançará o seu foco luminoso nas fontes elencadas, orientando-me durante a escuridão das minhas incertezas, dúvidas e supostas imprecisões.

As fontes históricas ganham, neste tópico, o seu lugar de destaque, trazendo com elas as sensibilidades de uma época, a fim de dar prova e legitimidade ao discurso historiográfico, tal qual defendido por Pesavento (2007), ao dizer que

[...] mesmo as sensibilidades mais finas, as emoções e os sentimentos, devem ser expressos e materializados em alguma forma de registro passível de ser resgatado pelo historiador. Coloca-se, pois, aquele requisito básico para a tarefa do fazer história: é necessário que a narrativa se fundamente no que se chama de marcaicidade, ou as fontes ou registros de algo que aconteceu um dia e que, organizados e interpretados, darão prova e legitimidade ao discurso historiográfico. (PESAVENTO, 2007, p. 19).

Desse modo, os movimentos que serão apresentados a seguir se entrelaçam as diversas fontes, ora aos documentos, seja ele escrito ou fotográfico, ora aos testemunhos orais, extraídos das entrevistas realizadas com Antonio Botelho Câmara e Marta Cordeiro. Passemos aos movimentos históricos, então.

*Ação antecedente: houve uma biblioteca anterior?*

Antes de focalizar no primeiro movimento, ponto considerado marco inicial dessa pesquisa, a saber, a assinatura do Decreto-Lei 257/1959 que cria a BPMCA, é necessário mencionar um fato que só tomei conhecimento ao longo do percurso investigativo, e que surpreendeu não apenas a mim, mas também os funcionários da instituição. Durante o percurso da pesquisa, quando tentava localizar nos arquivos da BPMCA, documentos que tratasse de sua história, me deparei com uma monografia de especialização da antiga bibliotecária Sarah Maria Silva Nascimento<sup>49</sup>,

A referida monografia foi apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como requisito para o grau de especialista em gerenciamento de bibliotecas públicas. O título do trabalho era *Cultura sobre rodas: carro-biblioteca como serviço de extensão da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu, nos distritos do município de Maranguape-Ce*. O fato é que, ao ler este trabalho, fui surpreendida com a seguinte informação contida no tópico da justificativa:

Em meados de 1940, a Biblioteca Pública Municipal de Maranguape, foi criada com o nome de Biblioteca 10 de Novembro, pelo então prefeito João Facundo Barbosa, através do Decreto Lei nº 38, de 9 de novembro de 1940. Essa biblioteca tinha o apoio do

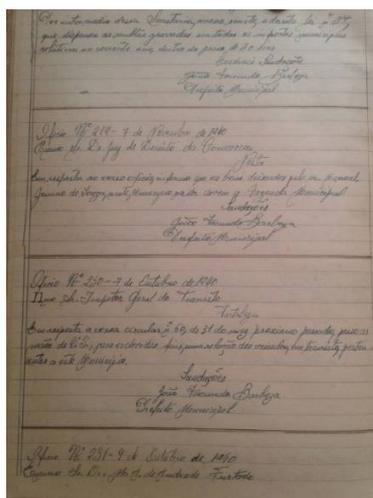
---

<sup>49</sup> Infelizmente, a Sarah veio a falecer no início do ano 2018, por questões de saúde. Todavia, deixou o seu legado: um belo exemplo de profissionalismo e luta pela defesa da biblioteca pública na cidade.

Instituto do Livro. Situava-se na Praça Dr. João Pessoa, (hoje Capistrano de Abreu). (NASCIMENTO, 2001, p. 05).

Tal informação foi reveladora. De posse dela, retornei aos arquivos da prefeitura no intuito de investigar se, de fato, era possível localizar provas que dessem legitimidade a esse discurso historiográfico contido na monografia, pretendi, então, averiguar se havia existido uma biblioteca pública bem antes daquela que haveria de ser proposta em anos posteriores, pelo prefeito Antônio Botelho Câmara. Aconteceu que, ao final da minha investigação, consegui localizar um único documento: um ofício expedido pelo então prefeito João Facundo Barboza<sup>50</sup>, em 09 de outubro de 1940. Abaixo apresento imagens do referido documento, cujo texto se inicia na parte inferior da primeira imagem, tendo sua continuidade na parte superior da segunda imagem:

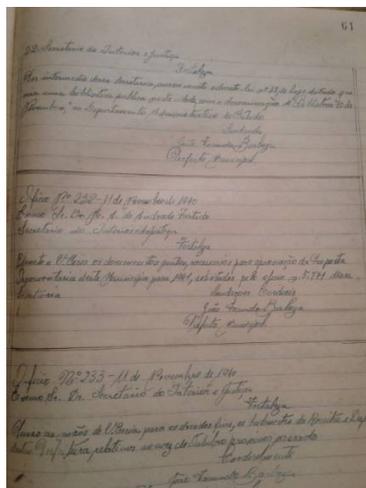
**Figura 18:** Ofício referente à criação da Biblioteca 10 de Novembro (Início)



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Maranguape

<sup>50</sup> O Sr. João Facundo Barbosa foi prefeito de Maranguape durante o período compreendido entre os anos de 1938-1944.

**Figura 19:** Ofício referente à criação da Biblioteca 10 de Novembro (Fim)



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Maranguape

Em virtude do conteúdo das imagens está ilegível, transcrevo a seguir o texto contido no referido ofício, em sua íntegra. Ei-lo:

*Ofício de nº 231, 9 de Outubro de 1940*

*Exmo Sr. Dr. M. A. de Andrade Furtado*

*D.D. Secretário do Interior e Justiça*

*Fortaleza*

*Por intermédio dessa Secretaria, anexo remeto o decreto-lei nº 38, de hoje datado, que cria uma biblioteca pública nesta cidade, com a denominação de "Biblioteca 10 de Novembro" ao Departamento Administrativo do Estado.*

*Saudações*

*João Facundo Barboza*

*Prefeito Municipal*

Infelizmente, até a finalização desta pesquisa, não foi possível localizar o projeto que originou a Lei nº 38, nem a lei propriamente dita, ou qualquer evidência sobre o local em que essa biblioteca ocupou na cidade, ou mesmo que comprove o apoio dado pelo Instituto do Livro<sup>51</sup>, tal qual havia sido mencionado na monografia. Afinal, tudo indica que esta informação é desconhecida pela maioria da população local. Ademais, não há muitos registros referentes a esse período nos acervos oficiais da cidade.

O que é possível afirmar, com base no documento localizado, é que houve, de fato, uma primeira iniciativa de criação de uma biblioteca pública municipal em Maranguape, não em 9 de novembro de 1940, conforme havia sido mencionado na monografia supracitada, mas 9 de outubro de 1940. Além disso, com base apenas neste ofício, não é possível afirmar se essa “Biblioteca 10 de Novembro” se materializou, fazendo parte da realidade social da comunidade maranguapense nos anos que se seguiram. O que podemos dizer, com precisão é que, se havia uma biblioteca pública, em Maranguape, na década de 1950, por exemplo, ela não estava inserida no orçamento de despesas do município<sup>52</sup>, pois tive acesso às leis que orçam as receitas e fixam as despesas do município para todos os setores administrativos, incluindo educação e cultura nos anos correspondentes a 1951, 1954, 1955 e 1956. Em nenhum destes documentos há sequer uma menção acerca dessa instituição denominada “Biblioteca 10 de Novembro”, nem menção de qualquer outra biblioteca, conforme evidenciamos nas imagens a seguir:

---

<sup>51</sup> O Instituto Nacional do Livro (INL), “foi criado pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, por transformação do Instituto Cairu, fundando em janeiro daquele ano e no mesmo ano extinto. Ao objetivo do Instituto Cairu de organizar e publicar a *Enciclopédia brasileira e o Dicionário da língua nacional*; revendo-lhe as sucessivas edições, o INL acrescentou o de contribuir, de maneira direta e eficiente, para o desenvolvimento cultural do País, editando obras raras ou preciosas que sejam de grande interesse para a cultura nacional; promovendo as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livro no País, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros, e incentivando a organização e a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional” (BRASÍLIA, 1987, p. 5).

<sup>52</sup> A BPMCA foi incluída na Lei orçamentária municipal em 1962, para o orçamento do ano seguinte, 1963, conforme o leitor perceberá na continuidade desse capítulo.

Figura 20: Orçamento municipal para a Educação e Cultura de Maranguape, 1951

TITULO 4.º		
Educação e Saúde Pública		
10—Ens. Prim. Sec. e Complementar		
8-33-0—Pessoal fixo . . . . .	110.400,00	
Subst., diár. e serv. extraordinário . . . . .	5.000,00	115.400,00
8-33-2—Material permanente . . . . .		10.000,00
8-33-3—Material de consumo . . . . .		5.000,00
8-13-4—Despesas Diversas . . . . .		1.000,00
11—Sub. Cont. e Auxílios		
8-38-4—Despesas diversas		
Ginásio Padre Anchieta . . . . .	3.000,00	
Ginásio Santa Rita . . . . .	5.000,00	
Caixa Escolar do Grupo Escolar		
Capistrano de Abreu . . . . .	500,00	
Centro Estudantal Maranguapense . . . . .	1.000,00	
Escola Noturna Deus e Pátria . . . . .	1.000,00	
Maranguape Sport Club . . . . .	1.500,00	12.000,00

Fonte: Arquivo pessoal de Alfredo Marques, doado a BPMCA

Figura 21: Orçamento municipal para a Educação e Cultura de Maranguape, 1954

— 58 —			
CODIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	EFETIVA	TOTAL
11.º — Subv. Cont. e Auxílios			
8-31-4	Despesas Diversas:		
	Ginásio Anchieta . . . . .	3.000,00	
	Ginásio Santa Rita . . . . .	7.000,00	
	Caixa Escolar do Grupo Escolar Capistrano de Abreu (Mar.) . . . . .	400,00	
	Cx. Escolar do Grupo Escolar de Itapebuá . . . . .	400,00	
	Cx. Escolar das Escolas Reunidas de Maracaná . . . . .	400,00	
	Associação Rural de Maranguape . . . . .	12.000,00	26.200,00
12.º — Assistência Pública			
8-41-1	Pessoal variável:		
	Qualificação funcional dos posto de saúde . . . . .	10.000,00	
TITULO 6.º — FOMENTO			
8-31-4	Despesas diversas:		
	Compra material servil . . . . .	200.000,00	
	Aquisição de equipamentos para venda aos agricultores . . . . .	10.000,00	
	Vendas . . . . .	20.000,00	
	Compra de materiais para distribuição aos agricultores . . . . .	50.000,00	
	Diversas . . . . .	12.000,00	292.000,00
TITULO 6.º — SERVIÇOS INDUSTRIAIS			
8-41-0	Pessoal fixo:		
	Assessoria — Padrão "D" (1) . . . . .	15.000,00	
	Tribunal — Padrão "D" (1) . . . . .	8.000,00	
	Tribunal — Padrão "D" (1) . . . . .	8.000,00	
	Administrador — Padrão "D" (1) . . . . .	8.000,00	
	Venda — Padrão "D" (1) . . . . .	6.000,00	45.000,00
TITULO 8.º — SERV. DE UTIL. PÚBLICA			
11.º — Const. e Cons. de Log. Púb.			
8-41-4	Pessoal fixo:		
	Zelador — Padrão "C" (1) . . . . .	9.000,00	
	Zelador — Padrão "D" (1) . . . . .	10.000,00	19.000,00
12.º — Indústrias			
8-42-4	Pessoal fixo:		
	Fábrica — Padrão "C" (1) . . . . .	18.000,00	18.000,00
8-42-3	Material de consumo . . . . .	18.000,00	36.000,00
1-82-4—Despesas diversas:			
	Fábrica Pública — Rolo . . . . .	20.000,00	
	Fábrica Maranguape — Indústria . . . . .	20.000,00	
	Fábrica Maranguape — Indústria . . . . .	20.000,00	
	Fábrica Maranguape — Indústria . . . . .	20.000,00	
	Fábrica Maranguape — Indústria . . . . .	20.000,00	
	Fábrica Maranguape — Indústria . . . . .	20.000,00	80.000,00

Fonte: Arquivo pessoal de Alfredo Marques, doado a BPMCA

Figura 22: Orçamento municipal para a Educação e Cultura de Maranguape, 1955

TITULO 4.º		
EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA		
10.º — Ensino Primário e Complementar		
8-33-0—Pessoal fixo . . . . .	215.000,00	
Substituições . . . . .	5.000,00	220.000,00
8-33-2—Material permanente . . . . .		10.000,00
8-33-3—Material de consumo . . . . .		3.000,00
8-33-4—Despesas diversas . . . . .		1.000,00
11.º — Subv. Cont. e Auxílios :		
8-38-4—Despesas diversas :		
Ginásio Anchieta . . . . .	8.000,00	
Ginásio Santa Rita . . . . .	7.000,00	
Cx. Escolar do Grupo Escolar Capistrano de Abreu (Maranguape) . . . . .	400,00	
Cx. Escolar do Grupo Escolar de Itapebuá . . . . .	400,00	
Cx. Escolar das Escolas Reunidas de Maracaná . . . . .	400,00	
Associação Rural de Maranguape . . . . .	12.000,00	26.200,00

Fonte: Arquivo pessoal de Alfredo Marques, doado a BPMCA

Figura 23: Orçamento municipal para a Educação e Cultura de Maranguape, 1956

— 61 —

TABELA EXPLICATIVA DA DESPESA: (Cont.)

CODIGO	TITULOS	Despesa Efetiva	Mutuações Despesa Patrimoniais	Total
	Círculo Operário de Maracanã .....	2.200,00		
	Círculo Operário de Itapetuanã .....	2.000,00		
	Escola Paroquial de Palmácia .....	1.000,00		
	Instituto Carneiro de Mendonça .....	4.000,00		
	Instituto Antônio Azeite .....	4.000,00		
				71.000,00
14º — SERVIÇO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA:				
Ensino Primário:				
8-33-0 — Pessoal fixo:				
	Fiscal do Ensino: Padrão N .....	18.000,00		
	Professorado .....	196.000,00		
	Substituições .....	5.000,00		
	Subv. Cont. e Auxílios:			220.000,00
8-35-4 — Despesas diversas:				
	Ginásio Anália .....	6.000,00		
	Ginásio Santa Rita .....	7.500,00		
	Caixa Escolar do Grupo Capistrano .....	400,00		
	Abreu .....	400,00		
	Caixa Escolar do Grupo de Itapetuanã .....	400,00		
	Caixa Escolar das Escolas Rurais .....	400,00		
	Maracanã .....	400,00		
				14.200,00
15º — SERVIÇO DE FOMENTO RURAL:				
Fomento da Produção Vegetal:				
8-51-4 — Despesa diversas:				
	Vivério Forestal .....	20.000,00		
	Compra de enxadas, pulverizadoras etc. para revenda aos agricultores .....	20.000,00		
	Compra de sementes para os agricultores .....	20.000,00		
	Diversos .....	15.000,00		
				75.000,00
16º — SERVIÇOS INDUSTRIAIS:				
Serviços Urbanos:				
8-63-0 — Pessoal fixo:				

Fonte: Arquivo pessoal de Alfredo Marques, doado a BPMCA

Aliado ao fato da “Biblioteca 10 de novembro” não constar nos documentos oficiais de orçamento de despesas do município, ao longo da década de 1950, outro questionamento veio à tona: “se existia, de fato, uma biblioteca pública atuante na comunidade, qual a necessidade de se criar uma nova lei para instituir outra instituição com o mesmo propósito?”. Tais questionamentos me levaram a refletir acerca de duas hipóteses: ou a “Biblioteca 10 de novembro” foi criada, mas não saiu do papel, ou ela de fato foi instalada na década de 1940, mas por pouco tempo, não obtendo êxito, e, por isso, logo desapareceu, sem deixar rastros nos documentos orçamentários da década seguinte, a saber, os anos 50 do século XX.

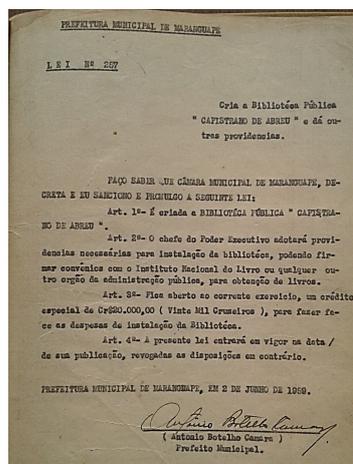
Diante dessas reflexões, e em virtude da impossibilidade de localizar registros sobre a “Biblioteca 10 de Novembro”, esta pesquisa reforçou o seu objetivo inicial, optando por manter como marco inicial a Lei nº 257, de 02 de junho de 1959, que cria a Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu, no município. No entanto, sem deixar de mencionar, e dar a devida importância à Lei nº 38/1940, do prefeito João Facundo Barboza. Sendo ela, portanto, a primeira iniciativa no sentido de se criar uma biblioteca pública na cidade de Maranguape.

#### 4.2.1. Aprovação da lei nº 257/1959, que cria a Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu

O primeiro movimento histórico que deu origem a proposta de criação da BPMCA foi a assinatura da Lei nº 257 (este também o primeiro documento localizado), datada do dia 02 de junho de 1959, pelo então prefeito Antonio Botelho Câmara. Até então, eu desconhecia a autoria dessa lei, ou seja, de quem teria partido a iniciativa para a elaboração de um projeto de lei que almejasse construir em Maranguape uma biblioteca pública. Passei, então, a questionar sobre o produtor responsável por essa produção cultural (CERTEAU, 1998), haja vista que tal decreto de lei está apoiado em “práticas e representações culturais” (CHARTIER, 2002) que lhe antecederam.

Assim sendo, de posse desse documento (ver imagem abaixo), e aliando-o a esse questionamento, inicei uma primeira investigação no sentido de descobrir o itinerário do referido decreto de lei.

Figura 24: Decreto-Lei nº 257, que cria a BPMCA em Maranguape, Ceará, em 1959.

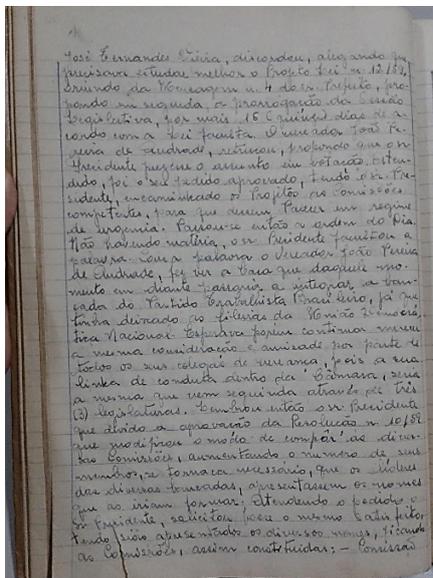


Fonte: Arquivo da Prefeitura de Maranguape

A partir da data do documento, foi possível buscar, no arquivo da Câmara Municipal de Maranguape, as atas das sessões dos dias referentes às discussões acerca do projeto que deu origem ao Decreto-Lei nº 257, são elas: 12ª, 13ª e 14ª sessões ordinárias da Câmara Municipal de Maranguape, no período legislativo do ano de 1959. Infelizmente, no arquivo não constava o projeto, tão caro a essa pesquisa, que revelaria não apenas a autoria, mas também as justificativas apresentadas pelo autor na época, bem como suas motivações para a proposta de criação da

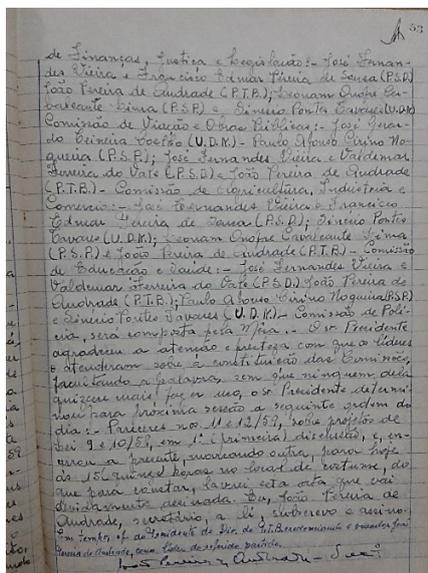


Figura 27: Ata da 12ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959. (Parte 3).



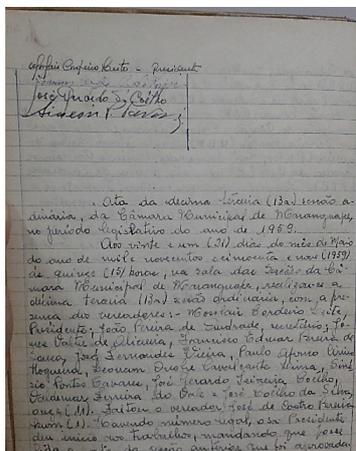
Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Maranguape

Figura 28: Ata da 12ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959. (Parte 4).



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Maranguape

Figura 29: Ata da 12ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959. (Parte 5).



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Maranguape

O documento apresentado acima corresponde à ata da 12ª sessão ordinária realizada no dia 21 de maio de 1959, às nove horas da manhã, na Câmara Municipal de Maranguape, na qual contou com a presença dos seguintes vereadores: Mossclair Cordeiro Leite (Presidente), João Pereira de Andrade (Secretário), Jones Valter de Oliveira, Francisco Edmar Pereira de Sousa, José Fernandes Vieira, Paulo Afonso Cirino Nogueira, Leonam Onofre Cavalcante Lima, Sinésio Pontes Tavares, José Gerardo Teixeira Coêlho, Valdemar Ferreira do Vale e José Coêlho da Silva, em suma, compareceram a esta sessão onze vereadores, número legal para dar início a sessão. Na ata, registra-se a ausência do vereador José de Castro Pereira.

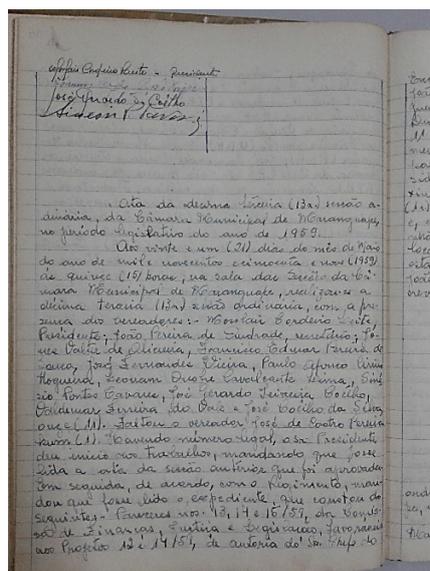
O expediente dessa sessão se constituiu, primeiramente, da apresentação de pareceres da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação que foram favoráveis aos projetos de lei de números 9 e 10/1959, de autoria do vereador José Fernandes Vieira; em segundo lugar, da apresentação do projeto de lei nº 13/1959, de autoria do vereador João Pereira de Andrade, considerando de utilidade pública a “Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Maracanaú”; em terceiro lugar, da apresentação das mensagens de números 4 e 5/1959, do Chefe do Executivo Municipal, ou seja, do prefeito Antonio Botelho Câmara, acompanhadas dos projetos de leis 12 e 14/1959, o primeiro se referindo a uma revogação da letra I do artigo 14, da lei nº 21 de 28 de agosto de 1948, e o segundo **criando a Biblioteca Pública Capistrano de Abreu**; abrindo também um crédito especial de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para fazer

face às despesas. E, por fim, em quarto e último lugar, foram apresentados os ofícios, também do prefeito, remetendo às leis 247,248,249,250,251 e 252, devidamente sancionadas.

A ata segue informando que, neste dia, todos os projetos apresentados foram aceitos como objetos de deliberação, e, dada a importância dos assuntos tratados neles, foi requerido ao sr. Presidente que fosse concedido regime de urgência a toda a matéria em pauta, que as comissões se reunissem e dessem pareceres nos diversos projetos.

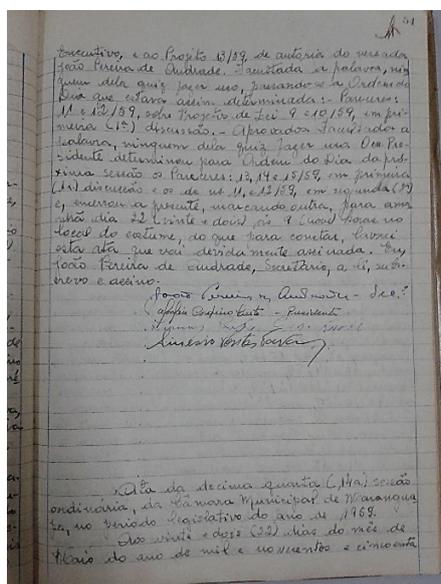
Desse modo, foram necessárias mais duas sessões para que os projetos de lei, incluindo aquele que tratava da criação da BPMCA, a saber, o projeto 14/1959, de autoria, conforme o documento revelou, do chefe do executivo municipal, Antonio Botelho Câmara, recebessem pareceres favoráveis e fossem aprovados, é o que evidencio a seguir:

**Figura 30:** Ata da 13ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959. (Parte 1).



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Maranguape

Figura 31: Ata da 13ª sessão da Câmara Municipal de Maranguape, em 1959. (Parte 2).



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Maranguape

O documento apresentado acima corresponde à ata da 13ª sessão ordinária realizada no dia 21 de maio de 1959, às quinze horas, na Câmara Municipal de Maranguape, na qual contou com a presença dos mesmos vereadores que compareceram à sessão anterior. O expediente dessa sessão se constituiu da apresentação dos pareceres 13, 14, 15/1959, da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação que foram favoráveis aos projetos de lei de números 12 e 14/1959, de autoria do prefeito Antonio Botelho Câmara, sendo o último (projeto de lei nº 14) referente à criação da BPMCA, e ao projeto 13/1959, de autoria do vereador João Pereira de Andrade. A ata segue informando que o presidente da Câmara determinou para a próxima sessão, que fossem analisados os referidos pareceres em primeira discussão. Conforme mostra a imagem a seguir:





Figura 35: Ofício expedido pelo prefeito à Câmara Municipal, tratando da sanção da Lei nº 257/1959.

Atenciosamente  
 ( Antonio Botelho Câmara )  
 Prefeito Municipal.  
 Prefeitura Municipal de Maranguape  
 Maranguape, 22 de Junho de 1959.  
 Ofício nº 40.  
 Do Prefeito Municipal de Maranguape  
 ao presidente da Câmara Municipal.  
 Assunto: ( Remessa de leis sancionadas )  
 Senhor Presidente.  
 Como a liberdade de admitir, e o. s., as leis de nu-  
 meros 253, 254, 255, 256 e 257, decretada nesta Câmara  
 devidamente sancionadas.  
 Na oportunidade aproveito o ensejo para apresentar  
 lhe os meus melhores cumprimentos e distinguido apreço.  
 Atenciosamente  
 ( Antonio Botelho Câmara )  
 Prefeito Municipal.

Fonte: Arquivo da Prefeitura de Maranguape

A partir dos documentos supracitados, pude compreender, portanto, que a proposta de criação da BPMCA partiu de um projeto de lei (14/1959) de autoria de Antonio Botelho Câmara, enquanto chefe do executivo municipal, que foi encaminhado à Câmara Municipal de Maranguape, no dia 21 de maio de 1959. Quando questionado, durante a entrevista, sobre a autoria da iniciativa, ou seja, de quem teria sido a ideia de criar uma biblioteca pública em Maranguape, Antonio Botelho Câmara, respondeu: “*de mim mesmo*”. E complementou: “[...] *pra educar o povo né?*”. Questionei sobre o contexto educacional da época, se era possível lembrar de como ele se configurava, ao passo que ele respondeu: “*tinha algumas escolas. Mas o povo era...meio atrasado (risos). E eu procurei botar mais nos eixos*”.

Antonio Botelho Câmara, conforme evidenciado no tópico anterior (em que traça alguns aspectos da biografia dos sujeitos-atores), estava imbuído, na época de sua eleição, de uma visão desenvolvimentista, com a qual, buscou levar modernização para o município de Maranguape. Durante a entrevista, ele relembra e diz: “*Maranguape não tinha nada. Era cidade sem coisa alguma. Não tinha nem calçamento para os carros passarem. Eu que fiz o calçamento. [...] fiz o hospital Albaniza, [trecho inaudível] do Colégio São José*”. Assim sendo, o modo como a realidade social da comunidade maranguapense foi sendo construída, na gestão de Câmara, reflete a onda de otimismo que havia tomado o país durante o governo de JK, e ao delimitar o referido contexto histórico, creio que ficam claros os anseios, aspirações que o motivaram.

Logo, e partindo dessa perspectiva, é possível compreender a criação da biblioteca como uma prática cultural resultante dessas novas representações que emergiram no período. Para Antonio Botelho Câmara, sua ideia de progresso e desenvolvimento perpassava, definitivamente, pelo campo da cultura e da educação, pois segundo ele mesmo afirmou, a biblioteca “*ia ajudar*” o povo. E essa “ajuda” viria por intermédio da educação. Notemos, neste ponto, um dado importante: compreendia-se a biblioteca como espaço de educação, que haveria de contribuir para com a comunidade, em sua dinamicidade, distanciando, pois, da ideia de biblioteca como depósito de livros.

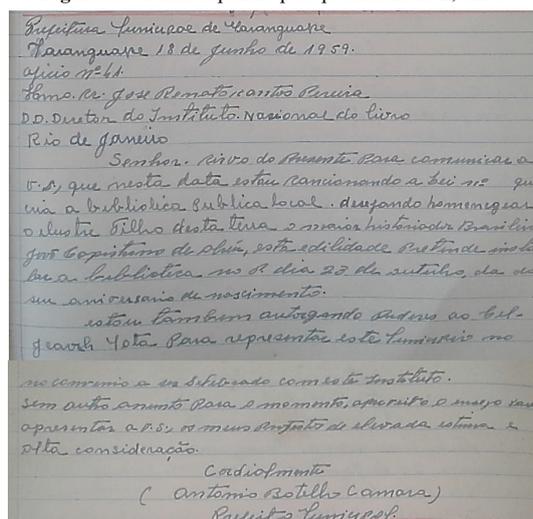
Ao pretender capturar as significações atribuídas por ele à figura da biblioteca, um outro aspecto foi posto em relevo, a saber, o fato do projeto de lei para a criação de uma biblioteca pública para o município, ter sido uma de suas primeiras realizações enquanto prefeito, pois de acordo com Marques (2006, p. 232), Antonio Botelho Câmara assumiu a Prefeitura em 25 de março de 1959, e em menos de três meses, em 21 de maio do mesmo ano, ele encaminha à Câmara Municipal sua proposta cultural. Com efeito, tal fato é, no mínimo, interessante, pois atribui à biblioteca uma significação que, de acordo com Chartier (1999a) designa um sentido a essa instituição, conferindo-lhe um papel de relevância dentro daquilo que ele, enquanto prefeito, propunha realizar na comunidade local.

Outrossim, vale salientar também os artigos 2º e 3º da Lei nº 257/1959, que trata da responsabilidade conferida ao prefeito de providenciar o que for necessário para a instalação da biblioteca, e do provimento de um crédito especial de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para as despesas com sua instalação, respectivamente. Tais dados demonstram que, havia uma preocupação, por parte de seu idealizador, em dar as condições objetivas para que a instituição fosse, de fato, implantada, inclusive chamando para si a responsabilidade de angariar os meios e os recursos necessários. Quando questionado se a biblioteca havia recebido, por ocasião de sua criação, alguma ajuda do governo ou qualquer recurso financeiro para a sua construção, Antonio Botelho Câmara fez um breve silêncio e, após um esforço para lembrar, respondeu: “*não me lembro. Acho que não*”. No entanto, confirmou ter tido um apoio do Instituto Nacional do Livro (INL), uma espécie de convênio.

E é nesse sentido, que apresento o próximo documento, um manuscrito de um ofício expedido pelo prefeito Antonio Botelho Câmara, em 18 de junho de 1959, logo após a assinatura

do Decreto-Lei nº 257/1959, que cria a BPMCA. Tal documento, localizado no Arquivo Público da Prefeitura, diz respeito à uma correspondência de Antonio Botelho Câmara destinada ao Sr. José Renato Santos Pereira, diretor do Instituto Nacional do Livro (INL), conforme mostra a imagem abaixo:

**Figura 36:** Ofício expedido pelo prefeito ao INL, em 1959.



Fonte: Arquivo Público da Prefeitura

Em virtude do conteúdo da imagem está ilegível, transcrevo<sup>53</sup> a seguir o texto contido no referido ofício. Ei-lo:

*Prefeitura Municipal de Maranguape*

*Maranguape, 18 de junho de 1959*

*Ofício de nº 41*

*Exmo Sr. José Renato Santos Pereira*

*D.D. Diretor do Instituto Nacional do Livro*

*Rio de Janeiro*

*Senhor, sirvo do presente para comunicar a V.S., que nesta data estou sancionando a Lei nº que cria a biblioteca pública local desejando homenagear o ilustre filho dessa terra o maior historiador*

<sup>53</sup> A transcrição seguiu rigorosamente a grafia contida no documento.

*Brasileiro João Capistrano de Abreu, esta edilidade pretende instalar a biblioteca no p. dia 23 de outubro, dado seu aniversário de nascimento.*

*estou também outorgando poderes ao Cel. Jeovah Mota para representar este município no convênio a ser celebrado com este instituto.*

*Sem outro assunto para o momento, aproveito o ensejo para apresentar a v.s. os meus protestos de elevada estima e alta consideração.*

*Cordialmente*

*Antonio Botelho Câmara*

*(Prefeito Municipal)*

Diversos dados podem ser extraídos a partir da análise deste único documento, sendo que quatro deles, se constituíram elementos de interesse para a pesquisa, e que merecem ser destacados: O primeiro elemento de interesse que deve ser ressaltado diz respeito à data, evidenciando que dias após a assinatura da Lei nº 257/1959, foram tomadas providências no sentido de angariar recursos para a implantação da biblioteca, por meio de uma tentativa de conseguir convênio entre a Prefeitura de Maranguape e o INL, órgão criado pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937 e que, dentre outras propostas, visava estimular a leitura através de vários programas, dentre eles, a sua Seção de Bibliotecas<sup>54</sup>.

O segundo elemento de interesse que evidenciarei, se refere ao espaço em branco deixado no local que deveria ter o número da lei, talvez seja por simples esquecimento, ou porque esse ofício tenha sido enviado dois dias antes daquele que seria expedido (ver figura 37, p. 113) à Câmara Municipal, contendo o registro dos números das leis sancionadas. Caso seja esse o motivo, esse dado revela que tal fato (a ausência da informação do número da Lei) não se constituiu impedimento para dar continuidade as buscas por recursos para a biblioteca.

---

<sup>54</sup> De acordo com uma publicação feita em comemoração ao cinquentenário do próprio instituto, em 1987, é possível obter as seguintes informações: “Através da Seção de Bibliotecas, desde sua criação, o Instituto Nacional do Livro, visava estimular a leitura, auxiliando bibliotecas públicas e semipúblicas e contribuindo, de maneira decisiva, para animar grande número de pequenas bibliotecas, cuja extinção seria fatal sem essa facilidade de renovação dos seus acervos [...]. Em 1956 o INL iniciava o regime de Convênios com Prefeituras Municipais para a criação de bibliotecas públicas”. (BRASÍLIA, 1987, p. 09).

O terceiro elemento diz respeito à escolha do nome da biblioteca ter sido como forma de homenagear João Capistrano de Abreu, sendo, por isso, estipulado que o dia 23 de outubro, aniversário de nascimento do historiador, seria a data da instalação da biblioteca<sup>55</sup>, este dado será analisado no tópico ulterior (3.2.3), como um outro movimento histórico de criação.

E, por fim, o quarto elemento de interesse, que se constitui foco da análise do próximo tópico, é concernente a citação feita no documento, em relação ao Coronel Jehovah Motta, como representante do município no Rio de Janeiro, junto ao INL. Tal citação evoca o próximo movimento histórico, no qual entra em cena um novo personagem, que buscou possibilitar uma mediação cultural entre a Prefeitura e o INL, conforme analisaremos a seguir.

#### **4.2.2. Mediação cultural - Em busca de convênio para a constituição do acervo**

Tal movimento, que se pauta pela função desempenhada por Jehovah Motta na história da gênese da BPMCA, expressa o anseio do personagem em tela, de contribuir com a cultura e educação de Maranguape. Para tomar de empréstimo o termo utilizado pelas pesquisadoras Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016) ao se referir àqueles sujeitos históricos que atuam, exclusiva ou paralelamente, em práticas de mediação cultural, é possível dizer que Jehovah Motta pode ser considerado um *intelectual mediador*.

A perspectiva acima se consolida quando construímos um paralelo entre a trajetória de vida de Jehovah Motta<sup>56</sup> e sua atuação no processo no qual esta pesquisa se debruçou. Sob esse prisma, compreende-se que ao representar a Prefeitura de Maranguape junto ao INL, a fim de angariar recursos para a implantação da instituição, havia, necessariamente, uma concepção por trás dessa prática cultural (CHARTIER, 1999a), já que Jehovah Motta não estava despidido de suas representações culturais acerca da leitura, dos livros, do sentido que ele atribuía a uma biblioteca, e por fim, da significação utilizada por ele ao tratar da educação.

Ao relatar, em sua autobiografia, a sua experiência com uma biblioteca específica, durante a sua formação de Oficial do Exército, Jehovah Motta demonstra uma preocupação, e um zelo, com o espaço, com a mobília, com a organização e, sobretudo, com o acervo da biblioteca.

---

<sup>55</sup> Tal fato não se concretizou, pois, a BPMCA só veio a ser instalada quatorze anos após a assinatura da lei, em 28 de agosto de 1973, conforme o leitor perceberá ao longo da leitura deste estudo.

<sup>56</sup> Conferir tópico 3.1.2. deste capítulo, ver p. 82.

Segundo ele, a forma de conseguir leitores, é “melhorando as coleções e arranjar um lugar menos escondido para colocá-los” (MOTTA, s.d., p. 43).

Do mesmo modo, para conseguir leitores para a BPMCA que se anunciava na comunidade maranguapense no final da década de 1950, seria necessário atentar para este aspecto da constituição de seu acervo. Não há como afirmar se foram essas as ideias que inspiraram Jehovah Motta a atuar como mediador no processo de criação da biblioteca, nem também que tal iniciativa tenha partido dele, ou seja, que ele tenha se prontificado a realizar essa missão junto ao INL, ou se ele foi simplesmente convidado por Antonio Botelho Câmara. O fato é que, foi exatamente esse o seu papel na história da biblioteca. E o que interessa para esse estudo, é que no exercício dessa função, Jehovah Motta trazia consigo as suas representações.

Assim, ainda de acordo com o documento supracitado (Ofício nº 41), Jehovah Motta colabora com a criação da BPMCA, na medida em que faz a mediação entre a Prefeitura e o INL, contribuindo com o levantamento do acervo bibliográfico da biblioteca de sua cidade natal, trazendo para Maranguape uma boa coleção de livros, haja vista que, suas representações culturais sobre a biblioteca ideal, se voltavam para aquela que, dentre outros aspectos, abrigava livros, não poucos, e de qualidade.

De acordo com Alfredo Marques, no livro “*Maranguape: sua gente sua história, uma cronologia*” (2006), o Coronel Jehovah Motta, teria conseguido, de fato, do Instituto Nacional do Livro, no ano 1959, a doação de 800 livros<sup>57</sup> para instalar a BPMCA. No entanto, não foi possível localizar, até o final desta pesquisa, nenhum registro que comprovasse o acordo firmado entre as duas instituições. Ademais, também não localizamos documentos que comprove o recebimento dos 800 livros, conforme evidenciado por Alfredo Marques (2006). O que é possível afirmar com base no ofício expedido (ver figura 37, p. 113), é que houve, de fato, um movimento no sentido de firmar um acordo entre a Prefeitura de Maranguape e o INL, por meio do convênio, a fim de angariar recursos para a criação e manutenção da biblioteca pública de sua cidade. Movimento este, mediado por Jehovah Motta.

---

<sup>57</sup> Ainda de acordo com Alfredo Marques (2006, p. 231), “Por problemas políticos, o prefeito que se seguiu ao Sr. Antônio Botelho Câmara, mandou entregar todos os volumes à Biblioteca do Seminário de Fortaleza, a quem doara o acervo”. Contudo, até o final desta pesquisa, não conseguimos localizar nenhum registro que comprovasse esse fato.

Durante a entrevista com Antonio Botelho Câmara, procurei verificar, ao questionar sobre Jehovah Motta, se suscitaria nele alguma memória afetiva, lembrança de parcerias e/ou possíveis relações de afinidade, mas me surpreendi com a dificuldade que ele teve, para não dizer uma quase impossibilidade, em lembrar de tal personalidade. Quando indaguei sobre Jehovah Motta, questionando: “Quem é Jehovah Motta? O senhor lembra? ”, ele respondeu: “*Jehovah Motta... (tentando lembrar) ...não me lembro agora não (risos)* ”. Questionei sobre a possibilidade de ele ter sido, talvez, amigo da família, ao passo que ele respondeu (possivelmente motivado pela minha pergunta, não sei ao certo): “*Era nosso amigo*”. E complementou: “*defendeu a prefeitura de Maranguape né? Um bom companheiro*”.

Prossegui nesta temática, interrogando-o se havia uma possibilidade de Jehovah ter conseguido angariar livro através do INL, e obtive a seguinte resposta: “*...Conseguiu*”. Mencionei também a possibilidade desses livros terem sido doados a uma instituição em Fortaleza, questionei sobre o que ele achava, se isso era verdade ou não, e ele respondeu: “*É. Acho que sim*”. E na ânsia de saber, continuei perguntando sobre os possíveis motivos que pudesse justificar tal doação, e ele respondeu simplesmente: “*Não sei qual o motivo*”. Questionei se, por acaso, esses livros teriam retornado para o acervo da biblioteca de Maranguape, ao que ele respondeu: “*Não. Não voltaram não*”. “Com quais livros a biblioteca iniciou suas atividades, então?” Indaguei finalmente, e ele respondeu: “*Não sei*”.

Difícil precisar o que, de fato, aconteceu, em virtude da ausência de fontes. Contudo, há uma linha que une Jehovah Motta à história da criação da BPMCA. Essa linha, por mais fina que seja, é forte o suficiente para sustentar a relevância do papel desempenhado por ele nesse processo. O movimento assinala, portanto, as significações utilizadas, e que vieram a lume no momento em que se buscou compreender o modo como ele organizava a sua apreensão do mundo social, com ênfase para a cultura e educação.

#### **4.2.3. Legado histórico – A escolha do nome da instituição**

Este é um movimento importante na história da biblioteca, porque explica a origem do atual nome da instituição, que embora tenha sido proveniente de uma escolha feita por Antonio Botelho Câmara, tal ação foi desencadeada por uma inspiração firme no legado que Capistrano de Abreu deixou, não apenas para a comunidade local, mas para à cultura nacional,

sobretudo, no que concerne à preservação da história e memória de nosso povo. De modo que, ao evidenciar este movimento, buscarei compreender, aquilo que Chartier (2011) chamou de *formas institucionalizadas*, ou seja as formas “pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. (CHARTIER, 2011, p. 20). Nesse caso, parece pertinente, então, focalizar o olhar naquele que nutriu as representações culturais de Antonio Botelho Câmara, no dado período, e engendrou suas marcas nas raízes da biblioteca pública de sua terra natal, a fim de dar a ela uma identidade própria, e ao mesmo tempo, comum à comunidade.

Para a análise desse movimento e as significações que ele suscita, tomaremos como fonte o documento apresentado anteriormente, o ofício de nº 41 (ver figura 37, p. 113), datado do dia 18 de junho de 1959, e que diz respeito à correspondência enviada pelo Prefeito Antonio Botelho Câmara ao Diretor do Instituto Nacional do Livro, Sr. José Renato Santos Pereira, pois nesta correspondência, Antonio Botelho Câmara justifica a escolha do nome para a biblioteca pública de Maranguape, afirmando que é uma forma de homenagear o ilustre filho de Maranguape, o maior historiador brasileiro João Capistrano de Abreu.

Partindo dessa evidência, é interessante notar, primeiramente, que a ideia de vincular a instituição a tal personalidade já estava presente antes mesmo da assinatura da Lei nº 257/1959, ou seja, no projeto apresentado à Câmara Municipal, no dia 21 de maio de 1959 (ver figura 36, p. 111), já constava junto à proposta, a biblioteca com a seguinte denominação, “Biblioteca Pública Capistrano de Abreu”.

Em segundo lugar, chama a atenção na justificativa do prefeito, os dois aspectos mencionados por ele, e que qualificam, na sua perspectiva, a pessoa do Capistrano de Abreu, são eles: “ilustre filho desta terra”, e “maior historiador brasileiro”. Assim sendo, vale refletir sobre estes aspectos como importantes e fundamentais fatores que serviram de inspiração, e que muito influíram, para impulsionar esse terceiro movimento que marcou o processo de criação da BPMCA.

Tal qual Juarez Leitão (2008), ao se referir à Capistrano de Abreu, como o “menino João Capistrano”, ou o “Curumim da Columinjuba”, que iniciou seus estudos timidamente, num povoado de Ladeira Grande, em Maranguape, Antonio Botelho Câmara parece se orgulhar ao

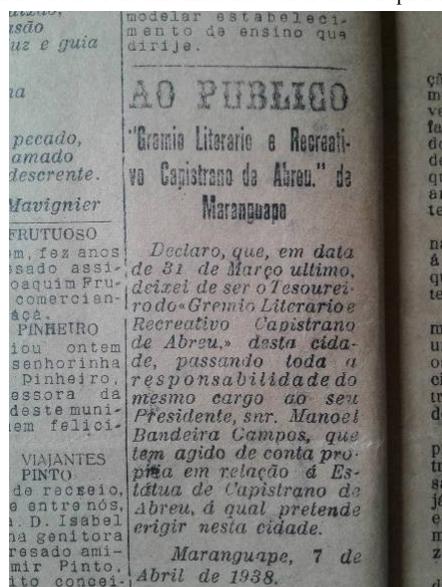
dizer “ilustre filho desta terra”, como se ao trazer como emblema sobre a nova instituição a figura não de um estrangeiro, alheio à cultura local, mas de um conterrâneo vencedor, desse força à identidade de seu povo, renovasse os laços de proximidade entre a história de Capistrano e aqueles naturais da mesma localidade, e, assim, afins, pudessem, então, partilhar do mesmo anseio pelo saber e pelo conhecimento.

Por outro lado, Antonio Botelho Câmara põe em evidência também o legado, deixado pelo historiador maior, como uma espécie de caminho trilhado sob às Letras, às Leituras e o amor pelos livros que fizeram dele um guardião da História de seu país. Capistrano de Abreu, desde muito cedo era leitor ávido. Quando criança, tentaram, de todos os modos, “envolvê-lo com os ofícios da agricultura. Não conseguiram. Capistrano só queria ler. Lia durante o dia, escamoteando as tarefas que lhe davam e, à noite, utilizando uma lamparina de óleo de mamona, continuava a ler, apesar da miopia de que era portador genético” (LEITÃO, 2008, p. 212). Anos depois, em 1878, com 25 anos de idade, Capistrano participa de um concurso para a Biblioteca Nacional, no qual foi aprovado em primeiro lugar, “uma coisa comparável a pôr um macaco faminto num depósito de bananas. Estava agora em seu elemento, cercado de livros por todos os lados” (*Ibidem*, p. 216). Logo, os livros e a leitura estiveram presentes nos episódios mais significativos da vida de Capistrano, bem como sua crença no conhecimento que modifica o ambiente para melhor, haja vista ter sido pelo viés das Letras que o seu mundo se modificou, deixando ao país uma incontestável contribuição para a história de nossa nacionalidade.

Quantas significações podem ser suscitadas a partir do nome da biblioteca, e da homenagem prestada ao legado do historiador maranguapense. Se para Antonio Botelho Câmara, sua ideia de progresso e desenvolvimento perpassava, definitivamente, pelo campo da cultura e da educação, a biblioteca seria, então, uma ferramenta educativa, que pretenderia inspirar a comunidade a abraçar o conhecimento. E quem melhor do que Capistrano de Abreu, como filho natural de Maranguape, poderia descrever com mais clareza para a comunidade local daquele período, sobre a importância da leitura e da biblioteca? Sobre o papel do conhecimento na ampliação dos horizontes de um indivíduo? Atrevo-me a dizer que, ninguém.

Muitas homenagens foram feitas ao historiador na cidade de Maranguape. Em 1938 já se anunciava no jornal local, a existência de um grêmio literário denominado “Grêmio Literário e Recreativo Capistrano de Abreu”, como mostra a imagem a seguir:

Figura 37: Informativo sobre o Grêmio Literário e Recreativo Capistrano de Abreu, em 1938.



Fonte: Jornal O MARANGUAPE, Ano 1, 1938.

Face à sua relevância, e com base na excelência de seu legado, monumentos foram construídos em vários locais do município. A seguir, insiro duas dessas homenagens feitas ao historiador em sua terra natal:

Figura 38 – Obelisco do 1º Centenário de Capistrano de Abreu, em Maranguape, [s.d.]



Fonte: Site do IBGE

**Figura 39:** Estátua de Capistrano de Abreu, em Maranguape, em 1951.



Fonte: Site do IBGE

Portanto, a proposta de criação da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu, desse modo denominada, se constituiria numa prática cultural que geraria, por sua vez, uma nova representação cultural para a comunidade local, interligando livros, história e identidade num mesmo lugar.

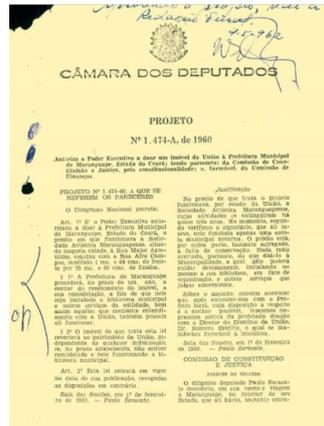
#### ***4.2.4. Elaboração de um projeto de lei - Um lugar para a biblioteca***

O quarto movimento histórico presente na gênese da BPMCA, se refere à ação empreendida pelo Deputado Paulo Sarasate, no sentido de angariar um local na cidade, para que nele fosse instalada a biblioteca municipal. O documento que embasa tal movimento é o Projeto de Lei nº 1.474/1960<sup>58</sup>, elaborado pelo referido Deputado, e apresentado à Câmara dos Deputados, em 03 de fevereiro de 1960, conforme mostram as imagens a seguir:

---

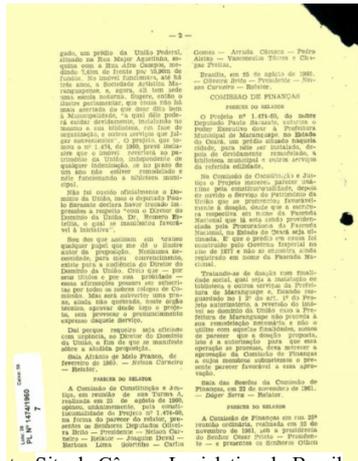
<sup>58</sup> O Projeto de Lei 1474/60, de autoria do Dep. Paulo Sarasate, está inserido nos anexos desta Dissertação.

Figura 40: Projeto de Lei nº 1.474, do Dep. Paulo Sarasate, em 1960. (Parte 1)



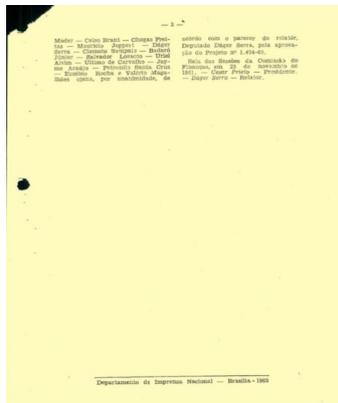
Fonte: Site da Câmara Legislativa do Brasil

Figura 41: Projeto de Lei nº 1.474, do Dep. Paulo Sarasate, em 1960. (Parte 2)



Fonte: Site da Câmara Legislativa do Brasil

Figura 42: Projeto de Lei nº 1.474, do Dep. Paulo Sarasate, em 1960. (Parte 3)



Fonte: Site da Câmara Legislativa do Brasil

Tal projeto propunha que o Poder Executivo autorizasse a doação de um imóvel da União à Prefeitura Municipal de Maranguape, no Estado do Ceará. O texto nele contido estava assim constituído:

*Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Maranguape, Estado do Ceará, o prédio em que funcionava a Sociedade Artística Maranguapense, situado naquela cidade, à Rua Major Agostinho, esquina com a Rua Afro Campos, medindo 1 ms. e 90 cms. de frente por 75 ms. e 90 cms. de fundos.*

*§ 1º A Prefeitura de Maranguape procederá, no prazo de um ano, a contar do recebimento do imóvel, a sua remodelação, a fim de que nele seja instalada a biblioteca municipal e outros serviços da edilidade, bem assim aquêles que mediante entendimento com a União, também possam ali funcionar.*

*§ 2º O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio da União, independente de qualquer indenização, se, no prazo estabelecido, não estiver remodelado e nele funcionando a biblioteca municipal.*

*Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Na justificativa do projeto consta o seguinte texto, de interesse dessa pesquisa:

*“No prédio de que trata o projeto funcionava por cessão da União, a Sociedade Artística Maranguapense, cujas atividades se extinguiram há quase três anos. No momento, segundo verificou o signatário, que ali esteve, nele funciona apenas uma escola municipal noturna. O prédio está, por outra parte, bastante estragado, à falta de conservação. Nada mais acertado, portanto, do que doá-lo à Municipalidade, a qual dêle poderá cuidar devidamente, instalando no mesmo a sua biblioteca, em face de organização, e outros serviços que julgar conveniente”.*

Após o período de tramitação, e depois de receber os pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça; e Comissão de Finanças, o projeto foi aprovado, em 27 de agosto de 1962, dando origem a Lei 4.125, conforme evidencia a imagem a seguir:

**Figura 43:** Decreto-Lei nº 4.125, de 27 de agosto de 1962



Fonte: Site Oficial do Senado Federal

Diante do exposto, torna-se pertinente as seguintes reflexões: o primeiro dado a ser evidenciado, a partir deste documento, diz respeito à informação de que, nos anos iniciais da década de 1960, a BPMCA ainda estava em fase de organização, sem local definido para a sua instalação, em outras palavras, no dado período, a instituição permanecia restrita ao papel da lei, esperando a concretização.

Outro dado suscitado, e neste caso especificamente, estou tratando da dimensão das representações culturais, conforme pretendida por Chartier (1999a), incide sobre os aspectos que qualificam o prédio elencando por Paulo Sarasate para instalar a biblioteca. A seguir, insiro uma imagem do tal imóvel:

**Figura 44:** Prédio da Sociedade Artística Maranguapense, [s.d].



Fonte: Pintura do prédio exposta na Fundação Viva Maranguape de Turismo, Esporte e Cultura, em Maranguape, Ceará

Para Chartier (1999a), as significações utilizadas nas edificações das bibliotecas, parte de uma perspectiva organizada pelas representações culturais próprias dos sujeitos acerca do que concebem como “biblioteca”. São essas acepções que direcionam as escolhas e as motivações, desde a organização do espaço, do local a ser instalado, da disposição dos livros, entre outros aspectos.

Assim sendo, na esteira desse raciocínio, ao pretender instalar a biblioteca no prédio da Sociedade Artística Maranguapense<sup>59</sup>, o Deputado Paulo Sarasate insere nesse movimento suas representações de biblioteca, e atribui um sentido para essa instituição, na medida em que elege uma construção histórica, em um prédio imponente, com espaço amplo, localizado na parte central do município. Logo, a concepção que está por trás dessa prática cultural, sustentando-a, é

---

<sup>59</sup> Prédio construído como obra de emergência da seca de 1877-79, com a destinação de sediar uma escola. No final do primeiro quartel do Século XX, situado a Rua Major Agostinho esquina com a Travessa Cel. Afro Campos. Estando com seus ociosos, os associados da Artística Maranguapense conseguiram autorização do governo do Estado para utilizarem-no como sua sede. Nele fizeram suas reuniões e chegaram a montar um teatro e um cinema o Cine teatro São José. Essa entidade conseguiu sobreviver até meados da década de 40. Serviu de salão de bailes carnavalescos e nele funcionaram algumas escolas particulares. Nos últimos 40 anos, seus espaços têm sido ocupados por carpintarias o que tem acelerado sua deteriorização, por falta de manutenção. Atualmente encontra-se restaurado por meio de recursos do PROARES, e abriga mais uma unidade do núcleo de Artes, Educação e Cultura onde são desenvolvidas as atividades de Orquestra de Cordas, o estúdio fonográfico como também é sede da Banda de Música Municipal Maestro João Inácio da Fonseca e está instalado um teatro com 133 lugares. (Fonte: Informações extraídas do Site da Prefeitura de Maranguape. Disponível no link: <http://www.maranguape.ce.gov.br/turismo/> Acesso em 24 de janeiro de 2020).

a de que uma biblioteca precisa ser vista, respeitada, em todas as dimensões, físicas e imaginárias.

Ainda no que concerne a esse quarto movimento histórico que deu origem a proposta de criação da BPMCA, é importante salientar que, localizei um documento, no Arquivo da Prefeitura, datado de 29 de novembro de 1963, que consiste num ofício, expedido pelo prefeito que sucedeu Antonio Botelho Câmara, o Sr. Paulo Afonso Cirino Nogueira (1963-1967), destinado ao Chefe da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no qual solicita a entrega oficial do prédio a fim de que nele fosse instalada a Biblioteca Pública Municipal, tal qual havia sido proposto na Lei 4125/62. A seguir, insiro imagem do referido documento:

**Figura 45:** Ofício expedido pelo prefeito Paulo Afonso Cirino sobre doação de prédio para a instalação da biblioteca, em 1963.

Maranguape, 29 de novembro de 1963  
 Ofício nº 146/63  
 Ao Prefeito Municipal  
 Ao Chefe da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União  
 Prefeitura (C. P.)  
 Sr. Chefe  
 (Lei nº 4125 de 27 de agosto) Sei com conformidade com a Lei nº 4125 de 1962, publicada no Diário Oficial de 3 de outubro do mesmo ano, cuja recorte anexamos ao presente, foi o Poder Executivo Federal, anteriormente a doar a Prefeitura Municipal de Maranguape, o prédio em que funcionava a Sociedade Artística Maranguapeense, situado à Rua Major Agostinho Esquina com a rua. Alvo Camões, nesta cidade, prédio este pertencente ao Patrimônio da União.  
 Como pretendemos remodelar o prédio em questão para de conformidade com esta Lei, fazer nele funcionar a Biblioteca Municipal, como este prédio de U. U., a entrega oficial do mesmo a esta Prefeitura.  
 Recordando o pronunciamento de V. Sa., aproveitando a oportunidade para que tenha nossos votos de consideração e afeto.  
 Paulo Afonso Cirino Nogueira  
 Anexo: Projeto do D. O. de 3-7-62, contendo a Lei nº 4125

Fonte: Arquivo Público da Prefeitura

Em virtude do conteúdo da imagem está ilegível, transcrevo<sup>60</sup> a seguir o texto contido no referido ofício<sup>61</sup>. Ei-lo:

<sup>60</sup> A transcrição seguiu rigorosamente a grafia contida no documento.

<sup>61</sup> No ofício constam alguns equívocos no que se refere ao número da Lei (pois ora é mencionado 4123, ora 4125); e também à data da publicação da lei no Diário Oficial da União (ora consta 3 de outubro, ora 3 de setembro). A Lei de nº 4.125, foi aprovada em 27 de agosto de 1962, e publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/9/1962, Página 9127, conforme consta no site oficial da Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4125-27-agosto-1962-353910-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 25 de janeiro de 2020.

*Maranguape, 29 de novembro de 1963*

*Ofício 146/63*

*Do Prefeito Municipal*

*Ao Chefe da Delegacia do Patrimônio da União*

*Solicitação (faz)*

*Sr Chefe*

*De conformidade com a lei nº 4.123 de 27 de agosto de 1962, publicada no Diário Oficial de 3 de outubro do mesmo ano, cujo recorte anexamos ao presente, foi o Poder Executivo Federal, autorizado a doar à Prefeitura de Maranguape, o prédio em que funciona a Sociedade Artística Maranguapense, situado na Rua Major Agostinho, esquina com a rua Afro Campos, nesta cidade, prédio este pertencente ao Patrimônio da União.*

*Como pretendemos remodelar citado imóvel para de conformidade com o que estabelece a Lei, fazer nele funcionar a Biblioteca Pública Municipal, viemos com este solicitar a V. Sra., a entrega oficial do mesmo a essa municipalidade.*

*Aguardando o pronunciamento de V. Sra; aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos votos de consideração e apreço.*

*Paulo Afonso Cirino Nogueira*

*Anexo: Recorte do D.O. de 3.9.62 contendo a lei 4125.*

A partir do documento apresentado acima, é possível afirmar que até o ano de 1963, a BPMCA ainda não existia na realidade concreta da comunidade, haja vista a busca empreendida no sentido de obter um lugar para a sua instalação. Outrossim, não há registros de que a biblioteca tenha ocupado, de fato, tal prédio. Nem tampouco há indícios de que tenham sido iniciadas as obras de construção para um novo local no qual ela fosse instalada, embora seja possível afirmar que havia recursos previstos nas leis orçamentárias do período destinados para a execução desse projeto. Tal inclusão da biblioteca no plano orçamentário municipal é o quinto movimento histórico de criação. Apresento-o no tópico a seguir.

#### 4.2.5. Inclusão da biblioteca pública no plano orçamentário de Maranguape

Tal movimento se pauta, tão somente, na inclusão da BPMCA no plano orçamentário do município de Maranguape. O referido movimento foi empreendido em 1962, no último ano da primeira gestão do prefeito Antônio Botelho Câmara, de modo que, antes de encerrar seu mandato deixou consignado uma verba de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para a instalação da biblioteca. Este fato foi, inclusive, citado por Pedro Gomes de Matos (1963), em seu trabalho intitulado *Maranguape: aspectos históricos e geográficos*, no qual o autor se debruçou sobre o contexto da cidade nos primeiros anos da década de 1960. A imagem a seguir evidencia esse movimento:

Figura 46: Orçamento previsto para a instalação da BPMCA, em 1963.

§ 4º — SERV. DE EDUCAÇÃO PÚBLICA		
Ensino Primário		
8-33-0—Pessoal Fixo:		
Fiscal do Ensino XI .....	84.000,00	
Prof. Auxiliar (45)....II .....	1.350.000,00	
Prof. Auxiliar (10)....III .....	336.000,00	
Prof. Auxiliar (10)....IV .....	372.000,00	
Prof. Primário (13)....X .....	1.014.000,00	
Prof. Primário (17)....XI .....	1.428.000,00	
Zelador (2)....V .....	96.000,00	
Bibliotecário XV .....	144.000,00	
8-33-1—Pessoal Variável:		
Substituições .....	50.000,00	
8-33-2—Material Permanente .....		300.000,00
8-33-3—Material de Consumo .....	20.000,00	
8-33-4—Despesas Diversas:		
Para ocorrer às despesas de qualquer natureza com a construção de unidades escolares no município .....	4.000.000,00	
Para reforma do prédio e instalação da Biblioteca Pública Capistrano de Abreu ..	600.000,00	
Para prosseguimento e funcionamento, conclusão e equipamento do Ginásio Industrial de Maranguape .....	10.000.000,00	
Para construção de Parques Infantis em Itapebussú e Maracanã .....	1.000.000,00	
Para despesa de qualquer natureza com a construção do Centro de Ed. Física de Maranguape ..	5.000.000,00	

Fonte: Imagem extraída do Plano Orçamentário do Município de Maranguape, 1962

Importante salientar que, no plano orçamentário para o ano de 1968, gestão do prefeito Paulo Afonso Cirino Nogueira, o valor destinado para os gastos com as instalações da biblioteca diminuiu, voltando a designar Cr\$ 20.000,00 (vinte cruzeiros), conforme mostra a imagem a seguir:

Figura 47: Orçamento previsto para a instalação da BPMCA, em 1968.

Código	Especificação da Despesa	Parcelas	Total
	Transporte . . . . .	122.420,00	400.106,00
	Vencimentos . . . . .	1.500,00	
4.0.0.0	— DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.0.0	— Investimentos		
4.1.1.0	— Obras Públicas		
4.1.1.0	— Construção de Edifícios Públicos:		
	Despesas de qualquer natureza com a construção da Biblioteca Pública	20.000,00	21.500,00
	9 - Diversos		
3.0.0.0	— DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	— Despesas de Custeio		
3.1.1.0	— Pessoal		
3.1.1.1	— Pessoal Civil		
	a) Vencimentos	4.032,00	
	b) Gratificação ao professorado primário pela distribuição da Merenda Escolar, conf. Lei 485 de 20 de maio de 1967	18.000,00	
3.1.3.0	— Serviços de Terceiros:		
	a) Despesas de qualquer natureza com a Merenda Escolar	1.500,00	
	b) Despesas de qualquer natureza com os televisores públicos	1.500,00	25.032,00
	7 - SAÚDE		
	2 - ASSISTENCIA MEDICO-AMBULATORIO E DOMICILIAR		
3.0.0.0	— DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	— Despesas de Custeio		
3.1.1.0	— Pessoal		
3.1.1.1	— Pessoal Civil	6.000,00	
	a) Vencimentos	6.000,00	
	Transporte . . . . .	6.000,00	569.058,00
	— 21 —		

Fonte: Imagem extraída do Plano Orçamentário do Município de Maranguape, 1967

Fato que se repete nos orçamentos posteriores, onde os valores designados às despesas para com a biblioteca não ultrapassam os Cr\$ 20.000,00, como mostra a imagem seguinte:

Figura 48: Orçamento previsto para a instalação da BPMCA, na década de 1970.

3.6 - Educação <sup>(*)</sup>						
APLICAÇÕES E FONTES DE RECURSOS	1971	1972	1973	1974	1975	TOTAL
- Realização de cursos de supervisão adequação e treinamento de professorado . . .	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	50,0
Prefeitura Municipal . . . . .	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	10,0
Recursos Estaduais . . . . .	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	15,0
Prog.de Aperf.do Magist.Primário - MEC.	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	25,0
- Instalação de uma Biblioteca na Sede Municipal . . . . .	10,0	7,0	-	-	-	26,0
Prefeitura Municipal . . . . .	14,9	4,4	-	-	-	19,3
Campanha de Assistência ao Est. (CASES)	4,1	2,6	-	-	-	6,7
Instituto Nacional do Livro(Doação) . . . . .	-	-	-	-	-	-
- Instalação de Clubes Agrícolas . . . . .	8,0	3,0	15,4	10,4	13,0	50,7
Prefeitura Municipal . . . . .	8,0	3,0	15,4	10,4	13,0	50,7
- Instalação de Clubes de Trab.Manuais . . . . .	8,0	3,0	15,0	10,0	13,0	49,0
Prefeitura Municipal . . . . .	8,0	3,0	15,0	10,0	13,0	49,0
T O T A L . . . . .	45,0	33,0	40,4	30,4	36,0	175,7

(\*) - As despesas relativas a melhoria salarial do professorado, gratificações e vantagens, não estão incluídas neste quadro, uma vez que são consideradas em outro.

Fonte: Imagem extraída do Plano Municipal de Desenvolvimento de Maranguape, 1970

É fato que, na proposta de Antonio Botelho Câmara, houve um acréscimo significativo, se compararmos o valor estipulado no orçamento para 1963 àquele primeiro recurso designado na Lei nº 257/1959 (ver figura 25, p. 103), para a criação da biblioteca, o que reforça a ideia anteriormente comentada (ver p. 112), a de que havia uma preocupação, por parte dele, em dar as condições objetivas para que a instituição fosse, de fato, implantada, angariando os meios e os recursos necessários.

O mesmo não pode ser dito dos orçamentos ulteriores, já que o valor regrediu para Cr\$ 20.000,00, ou bem menos. Contudo, o foco deste tópico não está centrado na discussão sobre os valores monetários, e sim em sinalizar o fato de ter sido, a biblioteca, inclusa no plano orçamentário do município, de modo que tal ação deu-lhe maior visibilidade a nível institucional no âmbito da gestão municipal, passando a receber, desse ano em diante, um financiamento anual para custeio das obras de construção da biblioteca, ou para reforma do prédio no qual ela viria a ser instalada.

Não se sabe, ao certo, qual foi a destinação real dos recursos previstos para a execução desses projetos relacionados à instalação da BPMCA, seja para realização de reformas ou a construção de um prédio, pois no percurso desta pesquisa não foi localizado nenhum registro de que a BPMCA ocupou o prédio da antiga Sociedade Artística Maranguapense, conforme previa a Lei 4125/1962, nem tampouco indícios de que suas obras foram, ao menos, iniciadas.

O testemunho a seguir é revelador, pois, extraído da entrevista com Marta Cordeiro, ex-Secretária de Educação do Município de Maranguape, evidencia que a BPMCA realmente não foi implementada no governo Câmara, nem no seguinte, haja vista que ela demorou quatorze anos para sair do papel, em outras palavras, ela foi “esquecida” no tempo, só vindo a ser implantada, de fato, no município, no governo de José Gurgel Filho (1973-1977), que foi quando, segundo Marta Cordeiro, se deram conta da necessidade de uma biblioteca pública na cidade:

Eu sempre fui grande leitora, sempre fui. Minha família toda, meu pai era um leitor inveterado, e nós éramos viciados em leitura. E eu me ressentia de os alunos das escolas não terem fonte de pesquisa. Então o Ministério da Educação criou um programa de

bibliotecas, me...Biblioteca COLTED<sup>62</sup>, eu não sei porque COLTED, eu não sei explicar...mas era apenas uma estante, desse tamanho mesmo, com quatro prateleiras cheia de livros, paradidáticos. E aí quando a biblioteca chegou [a estante] aí já era Zequinha Gurgel, primeiro mandato de Zequinha Gurgel...aí disse “- *Zequinha, chegou a hora. Agora, nós vamos aproveitar essa biblioteca e vamos expandir e criar a Biblioteca Pública Capistrano de Abreu*”. Aí alguém me disse que ela já era criada por lei, eu fui até a Câmara, aí vi que o Seu Antonio Câmara, na gestão dele, tinha criado a biblioteca por lei, criado um orçamento municipal pra biblioteca, só que nem na época que eu era secretária dele, eu tomei conhecimento disso, tão esquecido foi, porque as leis geralmente são letras mortas [...] aí eu fiz ressurgir tudo isso né, aluguei um prediozinho, não lembro onde era...perto do Capistrano de Abreu, me parece...

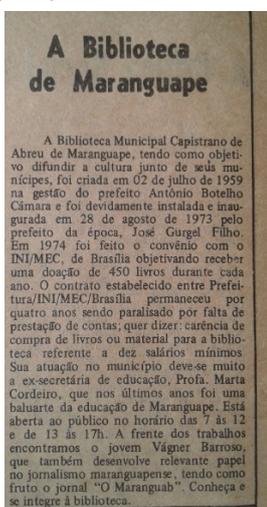
O testemunho suscita algumas reflexões em torno dos possíveis motivos pelos quais a biblioteca caiu no esquecimento das autoridades públicas do município, mesmo estando presente nos documentos oficiais, recebendo recurso, e sendo destinadas verbas para o seu custeio. Ademais, *O que ou quais circunstâncias silenciaram os ecos dos movimentos, tão entusiasmadamente empreendidos, permeados de significações acerca da biblioteca pública e sua importância no progresso do conhecimento de uma comunidade?*

Em consonância com o testemunho acima, localizei, no arquivo da BPMCA, uma edição do jornal *O Maranguab* referente ao ano 1983, no qual, publica uma nota sobre a biblioteca da cidade, constando o dia 28 de agosto de 1973, como sendo a data da sua efetiva implantação:

---

<sup>62</sup> COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, entre os anos de 1966-1971, instituída pelo MEC em 04/10/1966, pelo Decreto nº 59.355, no governo do Presidente Castelo Branco. O objetivo do Programa consistia em “levar o livro técnico e didático em uma quantidade expressiva, através da sua Biblioteca, para ser distribuído em todo o território nacional, de modo a atender aos diferentes níveis do ensino, nas escolas e outras instituições” (KRAFZIK, 2006, p. 60). Para mais informações acerca desse programa, sugiro a leitura da pesquisa KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. **Acordo MEC/ USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966/1971)**. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=100869](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=100869) Acesso em 25 de janeiro de 2020.

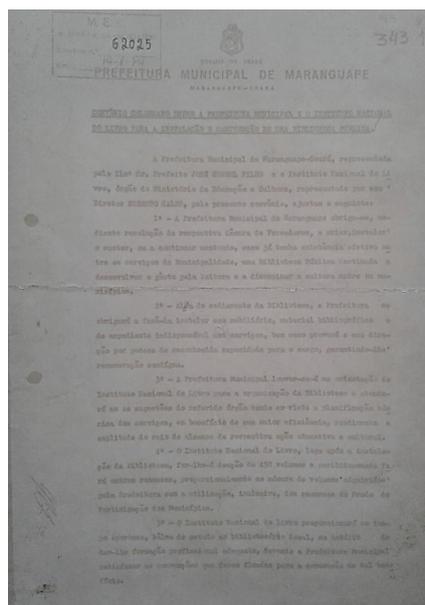
**Figura 49:** Nota sobre a data de implantação da BPMCA, ocorrida no dia 28 de agosto de 1973.



Fonte: Recorte do Jornal *O Maranguab*, Ano II, nº 15, Edição de abril/maio/1983

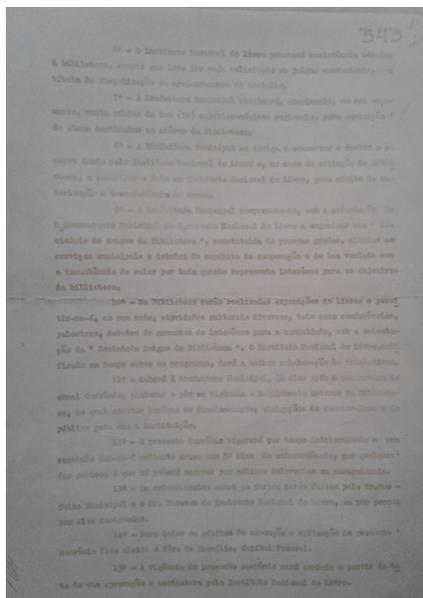
Posteriormente, também localizei o documento concernente ao convênio firmado entre a Prefeitura e o Instituto Nacional do Livro, em 15 de agosto de 1974, quase um ano após a sua inauguração na cidade:

**Figura 50:** Documento do convênio celebrado entre a Prefeitura de Maranguape e o INL, em 1974. (Parte 1)



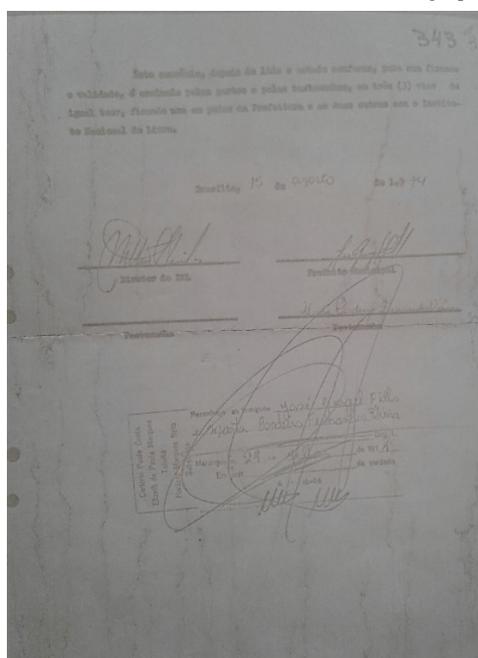
Fonte: Arquivo da BPMCA

Figura 51: Documento do convênio celebrado entre a Prefeitura de Maranguape e o INL, em 1974. (Parte 2)



Fonte: Arquivo da BPMCA

Figura 52: Documento do convênio celebrado entre a Prefeitura de Maranguape e o INL, em 1974. (Parte 3)



Fonte: Arquivo da BPMCA

Pode-se dizer, portanto, que os movimentos explicitados neste capítulo compõem a história da gênese da BPMCA, uma história sobre sujeitos humanos, e dado esse fato, cabe citar Jerome Bruner (2001, p. 120), ao dizer que “o que marca os sujeitos humanos é que seus atos não são produzidos por ‘forças’ físicas como a gravidade, mas por estados intencionais: desejos, crenças, conhecimento, intenções, comprometerimentos”, ou seja, e para fazer menção ao pensamento de Chartier (2002), por práticas e representações culturais. Os sujeitos-atores da história em tela, ao pretender criar a biblioteca, se pautaram por anseios particulares, constituindo-se em ações isoladas, sem a participação efetiva da comunidade, e que embora os movimentos impulsionados por eles tenham, de fato, existido, não foram suficientes para pôr em prática, no dado período, a almejada expansão do acesso ao conhecimento e à informação, no contexto da educação maranguapense.

Não obstante as especificidades de cada papel desempenhado, muita coisa aproximava os referidos sujeitos, sobretudo, ao compartilharem da reação efusiva diante da modernização que se pretendia empreender no município. De modo que, foram ações expressas pela busca coletiva no sentido de vincular a criação da biblioteca ao sentimento do desenvolvimentismo nacional que caracterizou o período do governo JK. Assim sendo, vê-se que tais movimentos, agregando-se aos respectivos atores e seus papéis, se configuram como referências fundamentais para a história de criação da BPMCA, pois revelam ricos e variados elementos, carregados de significações, sobre as raízes históricas da instituição.

Logo, diante do exposto, é possível inferir que, apesar da criação da biblioteca não ter sido concretizada na comunidade local, conforme se pretendia no decorrer da primeira gestão de Antonio Botelho Câmara, vale salientar que tal evento se constitui um fato histórico que esteve imerso no contexto educacional maranguapense, do final da década de 1950. Por isso, cabe averiguar de que modo, a história da criação da biblioteca se entrecruzou com as demandas educacionais no dado período. Eis, então, a proposta do próximo, e último, tópico deste capítulo.

#### **4.3. NARRATIVA: sobre a relação entre a história da criação da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu e as demandas educacionais do período**

A proposta do terceiro capítulo desta pesquisa tem sido evidenciar o itinerário no qual se deu a proposta de criação da BPMCA no município de Maranguape, durante os anos referentes à

primeira gestão de Antonio Botelho Câmara (1959-1963). Nos tópicos anteriores, já foram apresentados, ao leitor, os atores históricos, e os movimentos empreendidos por eles no sentido de contribuir com o processo de criação da biblioteca. E neste tópico, especificamente, busquei analisar a relação entre os referidos movimentos históricos e as demandas educacionais que emergiram no dado período.

Quando Jerome Bruner (2001, p. 123) propõe que “o processo de fazer ciência é narrativo”, ele está se referindo ao processo de elaboração de hipóteses e as formas organizadas de métodos aplicados pelo pesquisador para transformar problemas em soluções, o que resulta num conhecimento que ultrapassa os limites do mero registro dos fatos ou da contextualização temporal de sua ocorrência. É nesse sentido que a história da ciência se assemelha “a um conjunto de narrativas quase heróicas sobre resolução de problemas” (*Ibidem*).

À vista disso, e a fim de resolver o problema da falta de informações sistematizadas acerca do passado histórico da BPMCA, nesta pesquisa busquei compor uma narrativa que trouxesse uma compreensão clara sobre a realidade histórica da instituição, e do lugar que ocupou no panorama educacional do município, de modo que as hipóteses e as formas organizadas de métodos aplicados estiveram direcionadas para as significações utilizadas nos movimentos de criação, ou melhor, para as representações culturais construídas pelo sujeitos-atores nos respectivos papéis desempenhados por eles no processo de criação da biblioteca.

Contudo, é necessário deixar claro, num primeiro momento, que a concepção de educação adotada por esse estudo equivale às ideias postuladas por John Dewey (1959), que entende a educação como uma necessidade da vida social, no qual Anísio Teixeira traduz como sendo “o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras. Por essa definição a educação é um fenômeno direto da vida, tão inelutável como a própria vida. (DEWEY; TEIXEIRA, 1975, p. 17).

Tal perspectiva é importante para esse estudo porque não distancia a educação de outros aspectos da vida social do indivíduo, tais como as “práticas e representações culturais” (CHARTIER, 2002) construídas no meio no qual se está inserido. Desse modo, quando me refiro às “demandas educacionais”, estou na verdade sinalizando as necessidades de educação num

sentido lato, ou seja, numa perspectiva mais ampla, para além do sistema institucionalizado, e que envolve a vida social da comunidade, e não apenas a dimensão atrelada ao ambiente escolar. Pois, apoiada nessa concepção, entendo que

A vida social se perpetua por intermédio da educação. [...] considerando a vida social como sendo um complexo conjunto de crenças, costumes, instituições, ideias, linguagem, lenta e laboriosamente adquiridas e solícitamente transmitidas das mãos dos mais velhos para as dos mais novos. Sem essa permanente *transmissão* de valores entre a geração adulta e a geração infantil, os grupos sociais depressa retornariam às mais absolutas condições de primitivismo. (DEWEY; TEIXEIRA, 1975, p. 19. Grifo do autor).

Assim sendo, relacionei, neste tópico, o processo de criação da biblioteca não apenas aos aspectos referentes às questões voltadas para o âmbito escolar do município, especificamente, tais como: modelos de ensino, índices de alfabetização, taxas de matrículas ou números de prédios escolares existentes no período, mas também aos eventos que são partes da dimensão cultural da comunidade, e que por constituírem a vida social do município, fazem parte, também, do seu panorama educacional.

Na composição dessa narrativa várias vozes foram ecoadas a fim de trazer o panorama educacional maranguapense no recorte temporal pretendido pela pesquisa. De maneira que, tomei como subsídio referencial os dados estatísticos colhidos da *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 1959 com base no censo de 1950, e também o texto “*Maranguape, Ceará: aspectos geográficos*”, de autoria de Pedro Gomes de Matos (1963), publicado na Revista do Instituto do Ceará. Ademais, acrescentei dados extraídos das obras de Marques (2006), e Leitão (2009), alguns fragmentos do testemunho oral da ex-Secretária de Educação do Município, Marta Cordeiro, perspectiva valiosa para esse estudo, e, por fim, um documento que foi utilizado como fonte para extrair informações do contexto escolar de 1963, a saber, um ofício expedido pelo prefeito que assumiu logo após Antonio B. Câmara, a saber, Paulo Afonso Cirino Nogueira.

Logo, e partindo desses elementos referenciais e indicadores, a narrativa a seguir inicia com uma exposição do panorama educacional de Maranguape, salientando as demandas do período, e por fim, uma análise do modo como os movimentos históricos de criação buscaram se relacionar com tais demandas educacionais que emergiram das transformações ocorridas e dos debates pedagógicos que perpassaram o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961).

#### ***4.3.1. Panorama educacional do município (1959-1963)***

Conforme exposto anteriormente, os movimentos históricos que deram origem a proposta de criação da BPMCA foram empreendidos durante a primeira gestão do prefeito Antonio Botelho Câmara, período em que no Brasil vivia-se sob a efervescência do discurso desenvolvimentista nacional, tal qual proposto pelo governo de Juscelino Kubistchek, e nos debates pedagógicos, preconizava-se a democratização da educação, a modernização do ensino, buscando dar a ele um caráter eminentemente científico e técnico, a fim de vincular a escola ao meio social produtivo, e por fim, a defesa dos valores especificamente culturais representados pela arte e pela literatura.

Ao direcionar o foco para o que ocorreu num cenário mais específico, no caso, o campo educacional local, examinei alguns aspectos da educação de Maranguape<sup>63</sup>, no período 1959-1963. No campo educacional estes anos foram agitados, revelando elementos que expressam sintonia com o contexto político nacional, pois influenciados por esse ideal de progresso, diversas transformações ocorreram no seu cenário educacional, e que se refletiram no surgimento de novas atividades culturais, e na ampliação das suas instituições de ensino. Nessa época, dada a proximidade com a capital, o município mantinha forte intercâmbio comercial e cultural com Fortaleza. A sua população, segundo dados do IBGE (1959), era de aproximadamente 41,585 habitantes, sendo 68,25% composta pela população rural, o que representava 28.384 do total de seus habitantes. Além da Sede Maranguape, o município abrangia também 8 aglomerações urbanas, (Vila Amanari, Vila de Gado, Vila de Itapebussu, Vila de Jubaia, Vila de Maracanaú, Vila de Palmácia, Vila de Sapupara, Vila de Tanques), atualmente denominados de distritos.

---

<sup>63</sup> As origens civilizadoras de Maranguape datam da época da expedição de Mathias Beck, no século XVII, a expedição dos holandeses se constituiu “na primeira penetração do homem branco nas terras do atual município de Maranguape, àquela época habitadas por índios potiguaras, que dilatavam seus domínios na faixa litorânea, desde o Rio Grande do Norte até a Barra do Ceará e daí o Piauí” (IBGE, 1959, p. 357). Contudo, o povoamento efetivo só se deu no século XIX, com a atuação do português Joaquim Lopes de Abreu, considerado o fundador do município. Em 04 de agosto de 1849, pela Lei nº 485, foi criada a freguesia de Maranguape. Já em 17 de novembro de 1851, pela Lei nº 553, elevou a povoação à categoria de vila, e distrito a categoria de município com a denominação de Maranguape. (Fonte: IBGE, 1959).

**Figura 53:** Posição do município de Maranguape em relação ao Estado e a capital, em 1959



Fonte: Imagem extraída da *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (IBGE, 1959, p.358)

Importante ressaltar que, independente da parte relativa à instrução, Maranguape, dado a presença de uma população progressista, registrava um certo destaque na sua vida cultural, prova disso são as várias instituições que se espalharam pelo município como expressão do interesse de sua gente pelo desenvolvimento cultural, haviam órgãos de imprensa (*O Maranguape*, semanário noticioso, e *A Pátria*, órgão da classe estudantil, de periodicidade trimestral, eram os veículos da imprensa que circulam na cidade), e diversas associações de natureza esportivo-cultural (Maracanaú Esporte Clube, Cruzeiro esporte Clube, Maranguape Futebol Clube, Associação Desportiva de Maranguape, etc), além das novas atividades culturais que surgiram no ano 1959, que demonstrou ser uma época fecunda para iniciativas culturais no município, conforme é possível perceber na continuidade da leitura.

**Figura 54:** Entrada da cidade de Maranguape, [s.d].



Fonte: Site do IBGE

Em 26 de abril de 1959 é realizada a primeira ligação telefônica no município, e no mês de maio do mesmo ano, Antonio Botelho Câmara publica no Diário Oficial do Estado, um edital de concorrência pública para a exploração do serviço telefônico de Maranguape, “que viria a beneficiar a todos os particulares que quisessem (e pudessem) adquirir uma linha telefônica”. (LEITÃO, 2009, p. 126).

**Figura 55:** Vista parcial do centro de Maranguape, 1951



Fonte: Site do IBGE

Em 12 de julho de 1959, é inaugurado o Cine Maranguape (MARQUES, 2006, p. 233), e nas palavras de Juarez Leitão (2009, p. 151), “o novo cinema era um evidente sinal de progresso na cidade e motivo de orgulho para todos os maranguapenses, pois estava à altura dos melhores cinemas de Fortaleza”.

No dia 15 de agosto de 1959, é celebrada a inauguração da Rádio Iracema de Maranguape, ZYH 33. A programação de inauguração foi vasta e repleta de atrações, constando, além de musicais, de crônicas sobre a história da cidade e homenagens a Capistrano de Abreu, o mais ilustre dos maranguapenses (LEITÃO, 2009, p. 125).

No que tange à presença de bibliotecas na cidade, de acordo com o censo do IBGE (1959), ainda não havia biblioteca pública nesse período, pois as bibliotecas que existiam na

época eram particulares, de grupos escolares e colégios, com mais de 3.100 volumes catalogados, de caráter geral. Destacavam-se pelos volumes de que se constituíam, entre elas estavam: a Biblioteca Santa Terezinha, do Ginásio Santa Rita, com mil volumes; a Biblioteca do Dr. Pedro Gomes de Matos, com cerca de 800 volumes, e a Biblioteca Monsenhor Rosa com 360 volumes.

Com relação ao ensino, vale salientar o aumento dos índices de alfabetização no período compreendido entre 1950 a 1963, haja vista ser estes os referenciais localizados para tal análise, conforme mostram os dados a seguir: de acordo com recenseamento geral de 1950 (IBGE, 1959), o município possuía 34.540 habitantes com 5 anos e mais. Entre estes 9.731, ou seja 28% sabiam ler e escrever. Existiam na sede municipal 4.527 pessoas, com a mesma idade escolar, das quais 2.436 eram alfabetizadas. Já por volta do início dos anos 60, de acordo com Matos (1963), Maranguape possuía 46.205 habitantes, e estimava-se que, a porcentagem de pessoas alfabetizadas no município fosse superior a 46% (cálculo sobre o total de pessoas de 10 anos e mais), o que colocava Maranguape em posição de relevo em relação ao estado.

Com efeito, esse crescimento nos índices de alfabetização esteve diretamente relacionado à ampliação das unidades escolares do município, pois de acordo com os estudos analisados, de 120 unidades escolares existentes no decorrer da década de 1950, houve um aumento para 143 unidades escolares até 1963, sendo 93 deles voltados para o ensino primário fundamental comum, com matrícula de 7.244 alunos no início do ano letivo de 1962. Nesse período, o ensino primário em Maranguape contava com 188 professores: 106 estaduais, 55 municipais, e 27 particulares.

Ao ser questionada sobre o contexto educacional desse período, a saber, àquele referente à primeira gestão de Antonio Botelho Câmara (1959-1963), Marta Cordeiro, ex-Secretária de Educação do Município de Maranguape revelou o seguinte:

só tinha o ensino primário né...e então quando começou o tele-ensino, no estado do Ceará, o governo do Ceará implantou o tele-ensino, não sei se você ouviu falar na televisão educativa e aí eu implantei em Maranguape e, interiorizei o ensino do primeiro grau, ampliou, ampliamos a rede municipal, todos os distritos até o...a...a gente se confunde agora pra dizer...o quarto ano ginasial, que hoje é o nono ano. [...]. Se expandiu com o tele-ensino. Depois fomos deixando o tele-ensino e botando o ensino regular,

Nos estudos e obras analisados, não foi possível localizar nenhuma menção ao tele-ensino no Ceará, e tão menos em Maranguape, no dado período. De modo que tal informação

evidenciada no testemunho da ex-Secretária de Educação, dá margem para posteriores pesquisas nesse âmbito. Também questionei se ela tinha lembranças sobre a possibilidade de o município ter instalado as escolas radiofônicas, na época, tal como se referiu Marques (2006), ao que ela respondeu: “tenho não, tenho lembrança não. Deve ter sido antes de eu chegar aqui”.

Havia no município, o ensino complementar que contava com 5 unidades de igual números de professores e cerca de 160 alunos. Assim sendo, ao todo, Maranguape possuía 5 grupos escolares<sup>64</sup>: 3 na cidade e os outros nas sedes distritais, além de 3 escolas reunidas, 3 do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e 1 escola do Serviço Social da Indústria (SESI).

**Figura 56:** Grupo Escolar Capistrano de Abreu Barroso, [s.d].



Fonte: Site do IBGE

Já no tocante ao Ensino não-primário, Matos (1963) afirma que estava bem difundido, sendo ministrado em Maranguape pelo Ginásio Anchieta (estadual) – 179 alunos matriculados; e pelo “Ginásio do Instituto Santa Rita<sup>65</sup>” (ginasial e normal), que dirigido pelas

<sup>64</sup> O primeiro Grupo Escolar de Maranguape fundou-se a 21 de julho de 1916. Recebeu o nome de Grupo Escolar Benjamin Barroso, em homenagem ao ex-presidente do Estado, o Coronel Benjamin Liberato Barroso. Funcionou no sobrado das Correias (ver foto abaixo), na Praça da Matriz, e teve como sua primeira diretora a Sra. D. Cândida Vieira Cavalcante, que foi empossada no cargo pelo Pe. Francisco Rosa, Inspetor Escolar do município. A partir de 1933 o Grupo Escolar Benjamin Barroso tomou o nome de Grupo Escolar Capistrano de Abreu Barroso, como homenagem ao ilustre filho de Maranguape. O Grupo Escolar Benjamin Barroso funcionou, de início, com 5 classes, que foram dirigidas pelas Professôras Alice Chaves, Maria Leonese de Sousa Brasil, Isabel Amélia Pereira, Lúcia de Pontes Vieira e Emília Vieira. A partir de 1933, o Grupo Escolar Benjamin Barroso tomou o nome de Grupo Escolar Capistrano de Abreu. (MATOS, 1963, p. 132-133).

<sup>65</sup> “Dirigido pelas irmãs do Amparo, o Instituto Santa Rita” tem direção enérgica e serena, resultando daí o seu inabalável conceito na obra, há mais de 20 anos, vem realizando no aprimoramento da inteligência e formação da

irmãs do Amparo, tinha uma direção enérgica e serena, resultando daí o seu inabalável conceito que, de acordo com Matos (1963, p. 133), “há mais de 20 anos, vem realizando no aprimoramento da inteligência e formação da mocidade”. Em 1963, no Instituto Santa Rita, a matrícula era de 307 alunas, entre interna e externas; também havia a “Escola de Comércio Afro Campos” e “Instituto Carneiro de Mendonça<sup>66</sup>”, para menores abandonados (artes e ofícios). Existia ainda os cursos de corte e costura da “Escola de Iniciação Profissional de Maranguape” e do “Patronato São José”, do Instituto dos Pobres.

Figura 57: Ginásio do Instituto Santa Rita, [s.d].



Fonte: Site do IBGE

Havia ainda uma escola técnica de comércio – com 102 alunos matriculados, a Escola de Artes Industriais (na Sede) e os cursos de Artes e Ofícios do Instituto Carneiro de Mendonça (para menores) e que mantinha atividades de iniciação agrícola, inclusive com viveiros de mudas frutícolas para distribuição gratuita.

O fato é que, ao final da gestão de Antonio Botelho Câmara, em 1963, tal era o panorama educacional maranguapense: População de 46.205, área territorial 754 km<sup>2</sup>, 3

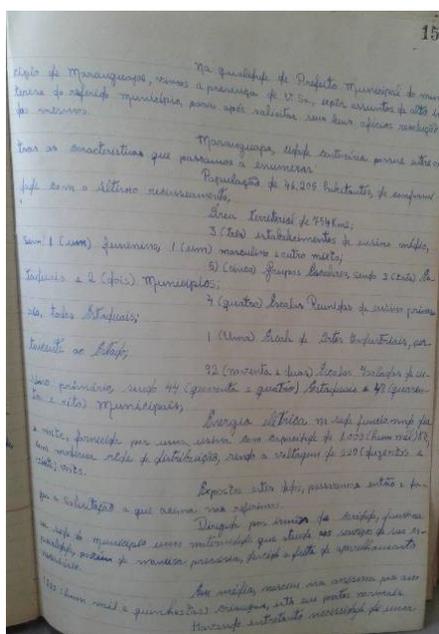
---

mocidade. No decorrente ano [1962], sua matrícula é de 307 alunas, entre interna e externas”. (MATOS, 1963, p. 133).

<sup>66</sup> “Era de destacar-se a Escola de Artes Industriais (na sede) e os cursos de Artes e Ofícios do Instituto Carneiro de Mendonça (para menores) e que mantém atividades de iniciação agrícola, inclusive com viveiros de mudas frutícolas para a distribuição gratuita”. (*Ibidem*, p. 134).

estabelecimentos de ensino médio (sendo 1 feminino; 1 masculino; 1 misto), 5 grupos escolares (3 estaduais e 2 municipais), 4 escolas reunidas de ensino primário (todas estaduais), 1 escola de artes industriais (estadual) e 92 escolas isoladas de ensino primário (44 estaduais, 48 municipais). Estes dados foram extraídos do documento abaixo, que trata de um ofício enviado pelo prefeito que sucedeu o Câmara, a saber, Paulo Afonso Cirino Nogueira, ao Presidente da Legião Brasileira de Assistência, informando a situação social do município e solicitando doações para o aparelhamento necessário a instalação da sala de operação e do banco de sangue da maternidade de Maranguape:

**Figura 58:** Ofício do prefeito Paulo Afonso Cirino ao Presidente da Legião Brasileira de Assistência, em 1963



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Maranguape

#### **4.3.2. A proposta de criação da biblioteca em meio às demandas da educação local**

Logo, tal ambiente de transformações, influenciado pelo ideal de progresso, correlato às lutas ideológicas em torno da organização do sistema educacional, e os debates acalorados suscitados pelos projetos das Diretrizes e Bases para a educação brasileira (ROMANELLI, 1986), trouxe efeitos sobre a educação local, de modo que o panorama até aqui delineado mostra um quadro com alguns indicadores de crescimento na educação do município, no dado período, nos

quais ressaltos como sendo os principais aspectos: o **surgimento de novas atividades culturais**, e o **crescimento dos índices de alfabetização** em decorrência da **ampliação das unidades escolares do município**.

Contudo, não obstante o entusiasmo obtido a partir dos índices de alfabetização, é pertinente o seguinte questionamento: *em quais condições materiais reais se deram o funcionamento dessas escolas, ou o processo de alfabetização das crianças, considerando que muitas eram, inclusive, escolas rurais isoladas?* Nessa perspectiva, e atrelado à questão da alfabetização no período, cabe acrescentar o relato da ex-Secretária de Educação, Marta Cordeiro, sobre a formação dos professores,

naquele tempo nós tínhamos muitos professores leigos, terminavam o quarto ano iam ser professor, dão de [quinal?] nos que tem doutorado hoje, os alunos, tinha uma professora num povoadozinho do [Tito?], D. Teresinha que já faleceu, ela era professora leiga, só tinha até o quarto ano, a escola era na sala da casa dela, e ela tinha a lousa a, a parede era pequenininha, mandei fazer uma lousa pequena, ela abria a janela e completava na janela, toda, todo menino de primeiro ano terminava lendo, mas lendo, não era só soletrando, era lendo mesmo, professora leiga. Só acabamos com os professores leigos quando eu implantei o ensino fundamental, ou o ensino, as séries terminais do primeiro grau né, que era do quinto ao oitavo ano. “Nerassim” que a gente chamava não, mas ginásial segunda, terceira e quarta.

Tal depoimento revela a precariedade com o qual se iniciou o processo de construção do modelo escolar de Maranguape, e a batalha pela alfabetização, sobretudo, no que se refere ao contexto educacional dos distritos. Ainda com base no depoimento acima, é possível inferir que, para Marta Cordeiro, apesar da falta de formação pedagógica dos professores na época, o processo de alfabetização era satisfatório, dado o esforço dos profissionais e a paixão devotada à vocação do magistério.

De posse apenas desse relato, não é possível afirmar, com efeito, se em algumas escolas do período, faziam uso ou não dos métodos avançados de alfabetização, ou se conseguiram modernizar o ensino municipal, dando a ele um caráter científico e técnico, conforme se pretendia os debates pedagógicos da época. O fato é que, de certa forma, dentro dos limites qualitativos do município, houve um aumento da democratização do ensino, na medida em que houve uma progressiva extensão das oportunidades de acesso à escola, em virtude da ampliação do número de unidades escolares.

Ao mesmo tempo que estes aspectos anunciam um desenvolvimento no campo educacional local, evidenciava também a emergência de alguns fatores novos, influenciando diretamente na ampliação das demandas por mais espaços de leitura na comunidade, haja vista que a questão da alfabetização traz indícios que dão uma ideia da familiaridade de uma sociedade com a cultura escrita (CHARTIER, 2001).

É nesse sentido, confrontando, pois, tal demanda, que se insere a proposta de criação da BPMCA, na medida em que se almeja dar ao meio, uma feição educativa, provendo a comunidade de um ambiente letrado, a fim de consolidar a formação dos indivíduos, dotando-os de meios de se elevar progressivamente, já que “não se educa diretamente, mas indiretamente através de um meio social” (DEWEY; TEIXEIRA, 1975, p. 24). É possível entender, então, que os movimentos históricos de criação, significaram um encontro entre o desejo dos sujeitos-atores atenderem as demandas educacionais do município, estabelecendo as bases para a implementação de uma biblioteca pública na cidade.

Na esteira desse raciocínio, fica claro o entrecruzamento entre a história da leitura e a história da educação, conforme proposta por Roger Chartier, pois ao longo de seus trabalhos, uma de suas preocupações foi compreender como, nas sociedades antigas, a circulação multiplicada do escrito impresso modificou as formas de sociabilidade, autorizando novos pensamentos e transformando as relações com o poder. Daí surgiu sua pesquisa<sup>67</sup> tratando do encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor.

Assim sendo, em Chartier, e com base nesse estudo especificamente, a circulação dos impressos no período medieval gerou mudanças do padrão de vida cotidiana. Tal enfoque se configura como uma importante contribuição para esta pesquisa, pois do ponto de vista das demandas decorrentes das novas atividades culturais, e do crescimento dos índices de alfabetização em virtude da ampliação das unidades escolares do município de Maranguape, a criação de uma biblioteca pública seria a possibilidade de prover à comunidade de uma maior circulação do impresso, ampliando os espaços de leitura na cidade, o acesso ao livro e à cultura letrada.

---

<sup>67</sup> O leitor pode ter acesso a esse estudo na obra: CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

Essa visão da biblioteca pública como um instrumento de desenvolvimento educacional no município, tida como um fator importante de mudança social, é uma representação cultural que esteve presente nas significações atribuídas a essa instituição pelos sujeitos-atores elencados por essa pesquisa, através das práticas culturais empreendidas por eles durante a primeira gestão de Antonio Botelho Câmara.

Não obstante o contexto fecundo, tal proposta de criar uma biblioteca pública em Maranguape não se concretizou na almejada época de sua idealização. Não se sabe ao certo as causas do atraso, ou os motivos pelo qual o plano estagnou, haja vista que houve a criação da lei, também algumas iniciativas, possíveis discursos e promessas, mas a efetivação se deu de modo lento, ao ponto de em 1973, ou seja, quatorze anos depois, a Secretária de Educação do Município notar tal carência ante à necessidade de os alunos obterem fontes de pesquisas, conforme revela o seu depoimento anteriormente citado<sup>68</sup>.

Não é próprio de uma boa narrativa concluir sem um desfecho, seja ele resoluto e, por isso, satisfatório, ou aberto e inacabado, deixando margem para interpretações. Assim, este capítulo se encerra convidando o leitor a uma reflexão em torno das dificuldades históricas de se efetuar a implantação de uma biblioteca no Brasil, demonstrando haver, no país, uma realidade de desatenção, para não dizer, de desvalorização à cultura. Para o leitor, resta tirar suas próprias conclusões.

---

<sup>68</sup> Conferir o depoimento nas páginas 130-131.

## 5. À GUIA DE CONCLUSÃO

O que acabei de dizer agora pertence ao passado.  
O que estou prestes a dizer pertence ao futuro.  
Em algum lugar entre os dois há um ponto imaginário mas  
constantemente móvel que, se preferirem, podem chamar de “presente”

(HOBSBAWM, 2014, p. 62)

Estamos quase no final de nosso périplo. Minha intenção foi expor até aqui o percurso utilizado pelos sujeitos-atores no processo de criação da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu, em Maranguape, Ceará, dando ênfase às sensibilidades presentes neste caminho. Foi seguindo as pistas deixadas pelos documentos e depoimentos extraídos da memória, que procurei entrelaçar os fios da história da gênese da biblioteca, conforme decorreu nos anos de 1959 a 1963.

Reunindo, pois, estes pedaços de lembranças, veiculadas por seus atores mediante as perspectivas de suas ações, e em conjunto com minhas reflexões e os depoimentos coletados, foi que busquei colaborar, com o acervo de memória da instituição, ao pretender trazer uma narrativa clara acerca da realidade histórica na qual se deu a sua origem, bem como uma compreensão sobre o lugar que esse passado ocupa no panorama educacional do município. Com essas amostras espero ter dado uma ligeira ideia daquilo que se passou, porém, ciente de que, embora a meta da minha pesquisa “seja chegar à ‘verdade do acontecido’, o máximo que poderá atingir será sempre a construção de versões possíveis, plausíveis, aproximativas daquilo que teria ocorrido” (PESAVENTO, 2008, p. 18).

Ao analisar a criação da BPMCA, a história apresentou ora coerências ora contradições. No primeiro aspecto, a biblioteca nasce pelas vias legais e intenta fazer parte da história da educação da cidade. Importante fato, é verdade. Todavia, no segundo aspecto, ela permanece, por quatorze anos, na dimensão das possibilidades, existindo sem existir, sem alterar a realidade cultural da comunidade.

O principal aspecto a ser evidenciado girou em torno das significações dos sujeitos-atores no tocante à figura da biblioteca, bem como da busca por compreender quais as demandas que abalizaram os movimentos históricos que deram origem a proposta de criação da BPMCA, haja vista que, de acordo com Chartier (2002), não existe representação fora da sua materialidade, ou seja, não há como desconsiderar as condições objetivas, concretas, históricas e sociais, com as quais a criação da biblioteca foi pensada, no dado período.

É nesse sentido que a presente pesquisa revelou que tal empreendimento fazia parte de um projeto maior, bem arquitetado, minucioso, do seu idealizador que, ancorado ao propósito nacional de busca da modernidade, e da euforia em torno da ideologia nacional-desenvolvimentista, própria do período compreendido no final dos anos de 1950, representava um novo nascer para educação do município, uma ajuda que vinha pelo viés do incentivo à cultura letrada, ao desenvolvimento da intelectualidade. Nessa perspectiva, a biblioteca oportunizaria mobilidade, transformação, ascensão, como um passo a mais na busca da modernização e urbanização do município.

A partir desta pesquisa, fica notório o esforço empreendido por alguns, no sentido de trazer à realidade da cidade a tão almejada instituição, uma vez que houve a iniciativa para se criar uma biblioteca na cidade, elaborou-se projetos para dar corpo a essas ideias, buscou-se meios de subsidiar, financiar as ações, como por exemplo, o intento de firmar convênio com o Instituto Nacional do Livro.

Contudo, apesar de a proposta da criação da biblioteca ter em sua essência, a democratização do acesso ao conhecimento e à informação, como marca do progresso e da modernidade que chegava ao município, e que inclusive embalou propostas e projetos em vários cantos do país, no dado período, o fato é que, após os primeiros movimentos históricos de criação, houve uma acomodação nos anos que se seguiram, prevaleceu apenas o discurso, ao mesmo tempo em que se evidenciava a carência de ações efetivas para a implantação da referida instituição. Em outras palavras, em um primeiro momento o projeto se mostrou promissor, sem entraves, ou dificuldades, todavia, com o passar dos anos, o projeto minguou-se, algo escapou. Teria sido a falta de interesse tal qual denunciou por Sônia de Conti Gomes (1983), em seu livro *Bibliotecas e sociedade na Primeira República*, ao se referir a falta de empenho por parte de órgãos governamentais nas instalações de bibliotecas?

Sendo assim, tal olhar corrobora com as considerações em torno dos resultados desta pesquisa, pois embora tenha sido proposta, mediante a lei municipal, não houve, no dado período, a efetiva instalação da BPMCA na cidade. À vista disso, o estudo em tela engendra novos questionamentos, novas formulações, ao direcionar o olhar para os acontecimentos que sucederam a sua criação, pois a partir da instalação efetiva da biblioteca poderia ser gerada outras, e novas, representações sobre educação, cultura e saber letrado no âmbito da comunidade local, pois como indica Pierre Bourdieu, em entrevista a Roger Chartier (1998, p. 242), ao dizer que “Os intelectuais esquecem que por meio do livro pode-se transformar a visão do mundo social e, através da visão de mundo, transformar também o próprio mundo social”.

Logo, por estes e outros motivos, esta pesquisa não pretende encerrar-se neste ponto, mas prosseguir, ou seja, ser um ponto para uma nova partida. A investigação ligou alguns pontos, de fato, sobretudo aqueles que se propunha ligar, mas também mostrou novos outros pontos, prontos por serem arrematados, novos olhares a ser lançado sobre essa instituição, novas vozes a serem ouvidas, novas perguntas, outras inquietações que nascem com a sua efetiva implantação, em 28 de agosto de 1973. Sugiro, pois, como uma possibilidade de ampliar a pesquisa, e dar-lhe continuidade, que se estude a inserção da BPMCA no panorama educacional do município, por meio das ações pedagógicas desenvolvidas e dos serviços prestados pela instituição, nos primeiros anos de sua implantação na comunidade.

## REFERÊNCIA

ALMEIDA, Núbia Régia; MEDEIROS, Valéria da Silva; VAS, Bras. Do INL à digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil. **Revista ENTRELETRAS**. Araguaína/TO, v. 5, n. 1, jan./jul. 2014, p. 42-61.

ARRUDA, Maria Izabel Moreira. **Desafios da biblioteca pública na era da informação**: estudo comparativo realizado no Porto, Portugal, e em Belém, Brasil. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2013.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

BARBOSA, Elyana. **Bachelard**: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A imprensa integralista e o jornal *Acção*: vínculos ideológicos entre a extrema direita no início do século XX. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Org.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista [recurso eletrônico]. 2. ed. Vol. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM**. Universidade Estadual de Maringá. v. 9, n. 1, 2005. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4862954/mod\\_resource/content/1/Roger%20Chartier%20-%20História%20Cultural%20entre%20práticas%20e%20representações.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4862954/mod_resource/content/1/Roger%20Chartier%20-%20História%20Cultural%20entre%20práticas%20e%20representações.pdf)>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

BONAZZI-TOURTIER, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 233-245.

BORGES, Jorge Luis. Elogio da sombra. In: BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. São Paulo: Globo, 2001. v. 2, p. 375-420.

BOSI, Ecléa. **Memória de Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRASÍLIA. **Instituto Nacional do Livro: 1937-1987: 50 anos de publicações.** Brasília: INL, 1987.

BRUNER, Jerome. **A cultura da educação.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CEARÁ (Estado). **Capistrano de Abreu: traços biográficos.** Fortaleza: Imprensa oficial, 1953.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean; BATH, Sergio. **Discursos sobre a leitura: 1880-1980.** São Paulo, SP: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revistas das revistas. Estudos Avançados,** São Paulo, v.5, n.11, 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

\_\_\_\_\_. A leitura: uma prática cultural. *In*: CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 231-253. (Debate entre Bourdieu e Roger Chartier).

\_\_\_\_\_ **A Ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999a.

\_\_\_\_\_ **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999b.

\_\_\_\_\_ **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_ **Cultura escrita, literatura e história:** conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

\_\_\_\_\_ Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista Fronteiras**. Dourados, MS, v. 13, n. 24, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

\_\_\_\_\_ **Leituras e leitores na França do antigo regime**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004.

CHIAPPINI, Lígia. Literatura e história: notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. **Revista Literatura e Sociedade**. São Paulo, n.5, p.18-28, edição comemorativa, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/lis/issue/view/30>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

CIVIATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, v.17, n. 49, jan-abr, 2012, p. 11-37.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros:** passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Anísio. **Vida e educação**: I. A criança e o programa escolar; II. Interesse e esforço. 9. ed. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1975.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. *In*: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e linguagens**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 195-203.

FLEISCHER, David Verge. **Repertório biográfico dos senhores deputados, abrangendo o período de 1946-1967**. Brasília: Câmara do Deputados, 1981, p. 551-552.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever e esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRÃO, Valdelice. **O Ceará no Senado**. Brasília: Senado Federal, 1992.

GOMES, Angela de Castro. HANSEN, Patrícia Santos. (Orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.

GOZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol. XVI, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

IFLA. **Diretrizes da Ifla sobre os serviços da Biblioteca Pública**. 2 ed., Berlin: Ifla Publications IFLA, 2013.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. **Acordo MEC/ USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966/1971)**. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2006.  
Disponível em:  
<[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=100869](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=100869)>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE GOFF. **História e memória**. 7 ed., Campinas: UNICAMP, 2013.

LEITÃO, Juarez. **Maranguape: edição escolar**. Fortaleza: Assaré, 2008.

LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora: sua época**. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1996.

LISPECTOR, Clarice. **Felicidade clandestina**: contos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 07-10.

LOPES, Leonardo Montes. **Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos**: memória, história e leitura. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2034> Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

MACHADO, Regina. **Fundamentos teórico-poéticos da arte de contar histórias**. São Paulo: DCL, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A história da alfabetização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MARQUES, Alfredo. **Maranguape**: sua gente sua história, uma cronologia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 1998.

MATOS, Pedro Gomes de. **Maranguape**: aspectos históricos-geográficos. [S.l.], [s.n.], 1963. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1963/1963-MaranguapeAspectosHistoricoGeograficos.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MCNEELY, Ian F.; WOLVERTON, Lisa. **A reinvenção do conhecimento. De Alexandria à internet**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 9-27.

MIRANDA, Wander Melo. Imagens de memória, imagens de nação. **Revista Scripta**. Belo Horizonte: PUC de Minas, v. 1, n. 2, jan-jul/1998, p. 125-139.

MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Associação Científica dos Médicos Veterinários do Estado do Ceará, 1980.

MOREIRA, Kênia Hilda; RODRIGUES, Eglem de Oliveira Passone. A biblioteca pública de Campo Grande nos anos 1930 pelas páginas da revista Folha da Serra. **Revista História da Educação** (Online), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 23, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/80591>. Acesso em: 11 de novembro de 2019. 32p.

MOTA, Aroldo. **História política do Ceará: 1945-1985**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1985.

MOTA, Belo da. **Maranguape**. Fortaleza, Ceará: [s.n], 1951.

MOTTA, Jehovah. **Resenha familiar: ascendentes e descendentes de Jehovah Motta e Julieta Fernandes Motta**. [S.l.]: [s.n], [19--].

NASCIMENTO, Sarah Maria Silva. **Cultura sobre rodas: carro-biblioteca como serviço de extensão da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu, nos distritos do município de Maranguape-Ce**. 2001. (Monografia - Especialização em Gerenciamento de Bibliotecas Públicas e Escolas) - Universidade de Brasília. Brasília, 2001.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: [s.n], 1957.

PACHECO, Alexandre. **As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhna/S.23/ANPUH.S23.0051.pdf>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; ROSSINI, Miriam de Souza; SANTOS, Nádía Maria Weber (Orgs.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 11-18.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Orgs.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 09-21.

PROPP, V. Ia.; MELETÍNSKII, E. M.; LEVI-STRAUSS, Claude. **Morfologia do conto maravilhoso**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 2010.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos. Menino temporão. *In*: PAULINO, graça (Org.). **O jogo do livro infantil: textos selecionados para a formação de professores**. Belo Horizonte: Dimensão, 1997, p. 42-43.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930-1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSING, Tânia M. K; BECKER, Paulo. (Orgs.). **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

SANTOS FILHOS, José Camilo; GAMBOA, Silvio Sanches. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**. Universidade Federal de Goiás. Ano 3, n. 6, dez/2011. Disponível em: <<http://www.historia.ufg.br/up/114/o/Artigo%202,%20SANTOS.pdf?1325192377>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

SANTOS, Luís Sérgio dos. **Parsifal: um intelectual na política**. São Paulo: Escrituras; Fortaleza: Instituto Myra Eliane, 2017.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. revista e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. **Biblioteca Pública do Povão?: exclusão Social da Informação nas Bibliotecas Públicas do Estado de Santa Catarina nas Representações de seus**

Dirigentes. 2017. 477 f. (Tese) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Florianópolis, SC, 2017.

SOUSA, J. Moreira de. **Sistema educacional cearense**. J. Moreira de Sousa. Recife: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1961.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart). **Diccionario Bio-Bibliographico Cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1910.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca Pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA, 1980.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula (Orgs.). Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 65-91.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2008.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 247-265.

XAVIER. Antonio Roberto. Fonte escrita, fonte oral e memória: a importância destes recursos na construção histórica. *In*: VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério. **História da educação**: nas trilhas da pesquisa. Fortaleza: UFC, 2010, p. 119-133.

**APÊNDICE A**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Prezado (a) Senhor (a):

Venho, mui respeitosamente, solicitar de V.Sa. a permissão para participação na pesquisa que investiga a história da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu, em Maranguape-Ceará. O presente texto é um documento de esclarecimento e de livre consentimento que informa a você sobre a pesquisa, afirmando que sua participação é voluntária e explicando os riscos e benefícios de sua participação. Nesse processo, lhe é dada a condição necessária para, de forma esclarecida, você poder tomar a decisão de participar ou não. Você deve se sentir absolutamente livre para fazer qualquer pergunta ao pesquisador e/ou esclarecer qualquer dúvida que você tenha.

**Título da pesquisa:** Entre personagens e narrativas: A gênese da Biblioteca Pública Municipal de Maranguape, Ceará (1959-1963)

**Pesquisadora:** Erinelda Paixão

**Contato:** erineuda\_paixao@hotmail.com / (85) 9 8928-8217

**Departamento & Instituição:** Departamento de Fundamentos / UFC

**1. OBJETIVO DA PESQUISA:** Você está sendo solicitado a participar em uma pesquisa que pretende investigar a história da criação e implantação da Biblioteca Pública Municipal

Capistrano de Abreu, entre o período de 1959 a 1969. Se você concordar em conceder uma entrevista, esta não tomará de você mais do que 40 minutos, prezando a sua disponibilidade de tempo.

**2. O QUE VOCÊ VAI FAZER:** O pesquisador está pedindo sua permissão para estudar as informações, bem como as suas descrições das experiências vivenciadas na referida biblioteca. Se você consentir, o pesquisador está solicitando que você participe de uma entrevista, com gravação de áudio, de, no máximo, 40 minutos de seu tempo livre.

**3. POTENCIAIS BENEFÍCIOS:** Você possivelmente não se beneficiará de modo particular ao participar desta pesquisa. No entanto, ela pode fortalecer indiretamente os debates sobre a importância da biblioteca na cidade. A comunidade, bem como o contexto educacional maranguapense podem se beneficiar dos resultados da pesquisa, ao analisarmos quão importante é a história dessa instituição na cidade. Nenhuma compensação financeira, nem qualquer outra forma de compensação será oferecida por sua participação nesta pesquisa. Sua participação será, portanto, voluntária.

**4. POTENCIAIS RISCOS:** O principal risco que você poderia enfrentar seria a revelação de dados pessoais, mas, você tem o direito de não revelar e/ou de não permitir que nenhuma informação desta natureza seja publicada. Além disso, os riscos devem ser minimizados pelo pesquisador por meio de um pacto de privacidade e confidencialidade (ver item 5 abaixo).

**5. PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** Se você concordar em participar da pesquisa, o pesquisador vai explorar as informações e descrições de experiências que você construiu a partir do seu envolvimento com a biblioteca, tomando por base suas explicações sobre a instituição. Os dados que você oferecer poderão ser incluídos em apresentações orais e conferências de congressos científicos, assim como em publicações de artigos avaliados pelos comitês editoriais de revistas científicas, tanto impressas como *online*. Se assim você concordar, todos os dados identificáveis em suas descrições serão substituídos pelo uso de pseudônimos e códigos. Todos dados sobre você estarão guardados e mantidos em confidencialidade o máximo que é exigido por lei.

**6. SEUS DIREITOS: VOCÊ PODE PARTICIPAR, DIZER “NÃO” OU DESISTIR (RETIRAR A AUTORIZAÇÃO):** A sua participação nesta pesquisa é completamente voluntária. Você tem o direito de dizer NÃO. Saiba que sua recusa em participar não lhe trará nenhuma penalidade ou perda de benefícios que você, de outro modo, tenha por adquirido.

**7. DÚVIDAS, PREOCUPAÇÕES OU PERGUNTAS:** Se você tiver alguma dúvida, preocupação ou pergunta sobre esta pesquisa, tais como questões científicas, como participar ou como relatar prejuízos decorrentes de sua participação, por favor, contate pessoalmente a pesquisadora Erinelda Paixão. Você pode contatá-la tanto pelo e-mail

(erineuda\_paixao@hotmail.com) como pelo número de telefone celular ((85) 9 8928-8217), e ainda via Departamento de Fundamentos da Educação da UFC, falando com o prof. Orientador Francisco Ari de Andrade por meio do telefone: (85) 98862-7702/ (85) 98724-7713. Se você tiver qualquer dúvida sobre seus direitos e participação como sujeito da pesquisa, por favor, contate o **Comitê de Ética em Pesquisas que Envolvem Seres Humanos** da UFC (CEP/HUWC), pelos números (85) 3366-8589 e/ou 3366-8612, ou pelo e-mail <cephuwc@huwc.ufc.br>; ou ainda: escreva para Universidade Federal do Ceará, Comitê de Ética em Pesquisas que Envolvem Seres Humanos (CEP/HUWC) - Rua Capitão Francisco Pedro, n. 1290 – Bairro Rodolfo Teófilo – Fortaleza – CE. CEP: 60.430-370.

**8. ACEITE PARA PARTICIPAR OU NÃO:** Sua assinatura abaixo indica que você aceita voluntariamente participar (ou não) desta pesquisa.

EU CONCORDO (ACEITO) PARTICIPAR DESTA PESQUISA:

\_\_\_\_\_

Assinatura

\_\_\_\_\_

Nome Legível

EU NÃO CONCORDO (NÃO ACEITO) PARTICIPAR DESTA PESQUISA:

\_\_\_\_\_

Assinatura

\_\_\_\_\_

Nome Legível

**APÊNDICE B**  
**NOTA EXPLICATIVA**

Informo que para a concretização desta pesquisa foi solicitado o consentimento dos sujeitos entrevistados mediante a assinatura do termo de consentimento. No entanto, Por conta da doença de *Parkinson*, o entrevistado Sr. Antonio Botelho Câmara não pode assinar o termo de consentimento, mas deu a sua autorização oralmente, sendo então registrada na gravação do áudio da entrevista. Da mesma forma, o registro de autorização da Marta Cordeiro também foi concedido via oral, no entanto, não por doença, mas pelo fato de no dia da entrevista eu não estar munida do documento de consentimento.

Erinelda da Costa Paixão

(Autora da pesquisa)

## APÊNDICE C

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O SRA. MARTA CORDEIRO, EX-SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE MARANGUAPE, CEARÁ**

Data da realização: 23 de janeiro de 2020.

Local: Residência de um parente, em Maranguape.

- 1) Professora, primeiramente, fale um pouco sobre a sua formação. Quando foi que a senhor começou a estudar. E como foi que a senhora chegou até a universidade.
- 2) Como foi a sua vida na cidade de Maranguape? A senhora sempre viveu na cidade ou venho depois de adulta, ou seja, como foi esse itinerário da sua vida na cidade?
- 3) Como a senhora se envolveu na política da cidade, participando da gestão da cidade?
- 4) Como era a educação de Maranguape na época da primeira gestão do prefeito Antonio Botelho Câmara (1959-1963)?
- 5) Como a senhora viu a necessidade da criação da biblioteca na cidade? Havia demanda para isso ou foi mais um capricho da política da época?
- 6) Qual foi a recepção dos moradores, dos professores, dos alunos quando tiveram a intenção de criar essa biblioteca na cidade?
- 7) Como foi feito o levantamento do acervo bibliográfico para a biblioteca? Foi através de donativos, doações? A senhora lembra se a prefeitura comprou material, comprou livro ou foi feito campanha para arrecadar livro ou recebem dinheiro na época no Ministério da Cultura ou da Educação, que tipo de apoio vocês tiveram por parte do município ou de outras entidades para a aquisição de acervo bibliográfico?
- 8) Houve algum tipo de apoio por parte do governo do estado do Ceará para a criação da biblioteca?
- 9) Professora, dentro de todas as perguntas feitas que eu lhe e que a senhora respondeu, o que a senhora gostaria de acrescentar, que por acaso a senhora acha que não foi contemplado nas perguntas?

**APÊNDICE D****ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O SR. ANTONIO  
BOTELHO CÂMARA, EX-PREFEITO DE MARANGUAPE, CEARÁ**

Data da realização: 22 de outubro de 2019.

Local: Na própria residência, em Fortaleza.

- 1- De quem foi a ideia de criar uma biblioteca pública em Maranguape?
- 2- O senhor lembra como era a educação na época?
- 3- O senhor lembra de foi a implantação da biblioteca? A inauguração? Se teve alguma festa na época?
- 4- O senhor lembra de como era o primeiro espaço da biblioteca? Como era o prédio, o local?
- 5- A comunidade costumava frequentar, participar da biblioteca?
- 6- O município recebeu alguma ajuda para construir a biblioteca?
- 7- Há informações de que, na época, o senhor designou uma pessoa chamada Coronel Jehovah Motta para ir ao INL, representando Maranguape. Quem é Jehovah Motta? O senhor lembra?
- 8- O senhor lembra de uma lei elaborada pelo Deputado Paulo Sarasate para que a biblioteca fosse lá na Sociedade Artística?
- 9- Tem algo que o senhor gostaria de conversar? Algo que não perguntei? Algo que o senhor queira falar sobre sua época de prefeito?

## ANEXO 1

LEI Nº 257/1959 QUE CRIA A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CAPISTRANO DE ABREU, EM MARANGUAPE, CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE

LEI Nº 257

Cria a Biblioteca Pública  
" CAPISTRANO DE ABREU " e dá ou-  
tras providencias.

FAÇO SABER QUE CÂMARA MUNICIPAL DE MARANGUAPE, DE-  
CRETA E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

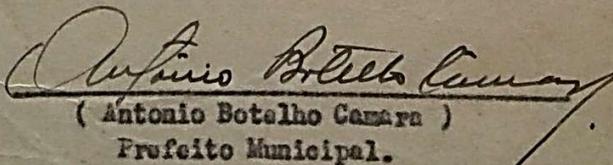
Art. 1º- É criada a BIBLIOTÉCA PÚBLICA " CAPISTRANO DE ABREU " .

Art. 2º- O chefe do Poder Executivo adotará providencias necessárias para instalação da biblioteca, podendo firmar convênios com o Instituto Nacional do Livro ou qualquer outro órgão da administração pública, para obtenção de livros.

Art. 3º- Fica aberto ao corrente exercício, um crédito especial de Cr\$20.000,00 ( Vinte Mil Cruzeiros ), para fazer face as despesas de instalação da Biblioteca.

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data / de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE, EM 2 DE JUNHO DE 1959.

  
( Antonio Botelho Câmara )  
Prefeito Municipal.

## ANEXO 2

## PROJETO DE LEI Nº 1474/1960, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAULO SARASATE

*Aprovado o projeto, vai à  
Redação Final.*



*4.5.962*  
*W. Q.*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO**

**Nº 1.474-A, de 1960**

**Autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel da União à Prefeitura Municipal de Maranguape, Estado do Ceará; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e, favorável, da Comissão de Finanças.**

**PROJETO Nº 1.474-60, A QUE SE REFEREM OS PARECERES**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Maranguape, Estado do Ceará, o prédio em que funcionava a Sociedade Artística Maranguapense, situada naquela cidade, à Rua Major Agostinho, esquina com a Rua Afro Campos, medindo 1 ms. e 90 cms. de frente por 75 ms. e 90 cms. de fundos.

§ 1º A Prefeitura de Maranguape procederá, no prazo de um ano, a contar do recebimento do imóvel, a sua remodelação, a fim de que nele seja instalada a biblioteca municipal e outros serviços da edilidade, bem assim aqueles que mediante entendimento com a União, também possam ali funcionar.

§ 2º O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio da União, independente de qualquer indenização, se, no prazo estabelecido, não estiver remodelado e nele funcionando a biblioteca municipal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de fevereiro de 1960. — *Paulo Sarasate.*

*Justificação*

No prédio de que trata o projeto funcionava, por cessão da União, a Sociedade Artística Maranguapense, cujas atividades se extinguíram há quase três anos. No momento, segundo verificou o signatário, que ali esteve, nele funciona apenas uma escola municipal noturna. O prédio está, por outra parte, bastante estragado, à falta de conservação. Nada mais acertado, portanto, do que doá-lo à Municipalidade, a qual dele poderá cuidar devidamente, instalando no mesmo a sua biblioteca, em face de organização, e outros serviços que julgar conveniente.

Sobre o assunto, convém acentuar que, após entender-nos com o Prefeito local, cuja disposição a respeito é a melhor possível, trocamos impressões acerca da projetada doação com o Diretor do Domínio da União, Dr. Romero Estelita, o qual se manifestou favorável à iniciativa.

Sala das Sessões, em 1º de fevereiro de 1960. — *Paulo Sarasate.*

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

**PARECER DO RELATOR**

O diligente deputado Paulo Sarasate descobriu, em sua recente viagem a Maranguape, no interior de seu Estado, que ali havia, bastante entra-

*ch*

- 2 -

gado, um prédio da União Federal, situado na Rua Major Agostinho, esquina com a Rua Afro Campos, medindo 7,40m de frente por 75,90m de fundos. No imóvel funcionara, até há três anos, a Sociedade Artística Maranguapense, e, agora, ali tem sede uma escola noturna. Sugere, então o ilustre parlamentar, que cousa não há mais acertada do que doar dito bem à Municipalidade, "a qual dêle poderá cuidar devidamente, instalando no mesmo a sua biblioteca, em fase de organização, e outros serviços que julgar convenientes". O projeto, que tomou o nº 1.474, de 1960, prevê inclusive que o imóvel reverterá ao patrimônio da União, independente de qualquer indenização, se no prazo de um ano não estiver remodelado e nele funcionando a biblioteca municipal.

Não foi ouvido oficialmente o Domínio da União, mas o deputado Paulo Sarasate declara haver trocado impressões a respeito "com o Diretor do Domínio da União, Dr. Romero Estelita, o qual se manifestou favorável à iniciativa".

Sou dos que assinam em branco qualquer papel que me dê o ilustre autor da proposição. Nenhuma necessidade, para meu convencimento, existe para a audiência do Diretor do Domínio da União. Creio que — por seus títulos e por sua probidade — essas afirmações possam ser subscritas por todos os nobres colegas de Comissão. Mas será subverter uma prática, ainda não quebrada, neste órgão técnico, aprovar desde logo o projeto, sem provocar o pronunciamento expresso daquele Serviço.

Dai porque requeiro seja oficiado com urgência, ao Diretor do Domínio da União, a fim de que se manifeste sobre a aludida proposição.

Sala Afrânio de Melo Franco, de fevereiro de 1960. — *Nelson Carneiro* — Relator.

#### PARECER DO RELATOR

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma A, realizada em 25 de agosto de 1960, opinou, unânimemente, pela constitucionalidade do Projeto nº 1.474-60, na forma do parecer do relator, presentes os Senhores Deputados Oliveira Brito — Presidente — Nelson Carneiro — Relator — Joaquim Duval — Barbosa Lima Sobrinho — Carlos

Gomes — Arruda Câmara — Pedro Aleixo — Vasconcelos Torres e Chagas Freitas.

Brasília, em 25 de agosto de 1960. — *Oliveira Brito* — Presidente — *Nelson Carneiro* — Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER DO RELATOR

O Projeto nº 1.474-60, do nobre Deputado Paulo Sarasate, autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Maranguape, no Estado do Ceará, um prédio situado naquela cidade, para nele ser instalado, depois de devidamente remodelado, a biblioteca municipal e outros serviços da referida edilidade.

Na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto mereceu parecer unânime pela constitucionalidade, depois de ouvido o Serviço do Patrimônio da União que se pronunciou favoravelmente à doação, desde que a escritura respectiva em nome da Fazenda Nacional que lá esta sendo providenciada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, no Estado do Ceará seja ultimada. E' que o prédio em causa foi construído pelo Governo Imperial no ano de 1877 e não se encontra ainda registrado em nome da Fazenda Nacional.

Tratando-se de doação com finalidade social, qual seja a instalação de biblioteca e outros serviços da Prefeitura de Maranguape e, ficando resguardado no § 2º do art. 1º do Projeto autorizatório, a reversão do imóvel ao domínio da União caso a Prefeitura de Maranguape não proceda à sua remodelação necessária e não o utilize com aquelas finalidades, somos de parecer que a doação proposta, isto é a autorização para que essa operação se processe, deva merecer a aprovação da Comissão de Finanças a cujos membros submetemos o presente parecer favorável a essa aprovação.

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em 22 de novembro de 1961. — *Dáger Serra* — Relator.

##### PARECER DO RELATOR

A Comissão de Finanças em sua 25ª reunião ordinária, realizada em 23 de novembro de 1961, sob a presidência do Senhor Cesar Prieto — Presidente — e presentes os Senhores Othen

Caixa: 56

Lote: 39  
PL N° 1474/1960

7

- 3 -

Mader — Celso Brant — Chagas Freitas — Maurício Joppert — Dáger Serra — Clemens Sampaio — Badaró Júnior — Salvador Losacco — Uriel Alvim — Último de Carvalho — Jayme Araújo — Petronilo Santa Cruz — Euzébio Rocha e Valério Magalhães opinam, por unanimidade, de

acôrdo com o parecer do relator, Deputado Dáger Serra, pela aprovação do Projeto nº 1.474-60.

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em 23 de novembro de 1961. — *Cesar Prieto* — Presidente.  
— *Dáger Serra* — Relator.